

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

TAÍSA DA MOTTA OLIVEIRA

**A DEMOCRACIA DELIBERATIVA NA PRÁTICA: ESTUDO DE CASO SOBRE O
CONSELHO DIRETIVO DA UFPR LITORAL**

CURITIBA

2013

TAÍSA DA MOTTA OLIVEIRA

**A DEMOCRACIA DELIBERATIVA NA PRÁTICA: ESTUDO DE CASO SOBRE O
CONSELHO DIRETIVO DA UFPR LITORAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná, Departamento de Ciências Sociais, Setor de Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Rossi Horochovski

CURITIBA

2013

Catalogação na Publicação

Aline Brugnari Juvenêncio – CRB 9ª/1504

Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Oliveira, Taísa da Motta

A democracia deliberativa na prática: estudo de caso sobre o conselho diretivo da UFPR Litoral / Taísa da Motta Oliveira. – Curitiba, 2013.

128 f.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Rossi Horochovski

Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Setor de Humanas, Universidade Federal do Paraná.

1. Democracia. 2. Interação social. 3. Participação política.
4. Ciência política. 5. Políticas públicas. I. Título.

CDD 320

TERMO DE APROVAÇÃO

TAÍSA DA MOTTA OLIVEIRA

A DEMOCRACIA DELIBERATIVA NA PRÁTICA: ESTUDO DE CASO SOBRE O CONSELHO DIRETIVO DA UFPR LITORAL

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Curitiba, 19 de abril de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Profº. Dr. Rodrigo Rossi Horochovski
Orientador
UFPR – Setor Litoral

Profª. Dra. Luciana Fernandes Veiga
Examinadora
UFPR

Profª. Dra. Carla Cecília Rodrigues Almeida
Examinadora
UEM

A Deus por me mostrar sempre que eu sou capaz de realizar todos os meus sonhos.

Ao Fábio por ser um companheiro maravilhoso e por me apoiar sempre.

Aos meus pais Carlos e Vilma por todo amor que me dedicam.

A minha irmã Carlla por ser a minha melhor amiga.

Aos bons amigos, sejam de velhas ou novas amizades, por me aceitarem como eu sou.

A minha princesinha Giulia e aos compadres Maurício e Maria que me deram esse presente divino para me chamar de madrinha.

A Ana Maria por nos guardar e guiar aí do céu (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Não posso esquecer primeiramente de agradecer a Deus que me guia nessa intensa caminhada pelo mundo acadêmico e me dá forças para continuar estudando e me dedicando à tarefa de refletir o mundo através das relações sociais.

Ao meu orientador professor Rodrigo Rossi Horochovski que nesses sete anos de convivência sempre foi compreensível, um bom parceiro nas atividades acadêmicas e que me deu bons conselhos nessa fase que me encontro na comunidade acadêmica. Muito obrigada pela paciência, amizade e credibilidade que me foram dirigidas nesses anos e mais especificamente agora no Mestrado, espero que possamos trabalhar mais vezes juntos.

Ao meu companheiro, marido e eterno namorado Fabio Daia dos Santos Zuza, as minhas lindas enteadas e a toda a sua família, pela amizade e alegria da convivência e do crescimento humano e espiritual, muito obrigada por vocês existirem na minha vida. Agradeço imensamente aos meus pais, irmã, parentes e amigos e amigas, principalmente a Lais Carvalho e Paula Jedyne, pela compreensão e amor incondicional, sem vocês nada na minha vida seria imaginável, muito menos possível.

A minha querida Jamapará distrito de Sapucaia, lá longe no Rio de Janeiro, que passou pela tragédia de perder vinte e dois moradores de uma forma brutal e que luta constantemente para se reerguer juntamente com seus moradores, muitos deles meus parentes (tios, tias, primos, primas, madrinhas, padrinho, afilhada) e muito especiais para mim. Nesse trabalho está contida a garra do pertencimento a vida comunitária desse lugar imprescindível para a minha vida social, moral, religiosa desse “ser social” que aqui se encontra.

Não posso esquecer-me de agradecer a toda comunidade universitária da UFPR-Litoral, principalmente a todos os meus (minhas) 23 entrevistados(as) e parceiros(as) nessa pesquisa, tenho certeza que escreveria o nome de todos vocês aqui, mas não o faço pelo nosso pacto de anonimidade ao presente trabalho.

A todos os professores, técnico-administrativos, aos discentes, trabalhadores terceirizados e demais colaboradores que passaram pelo Conselho Diretivo nesses

meses de pesquisa, sem vocês eu não teria objeto, nem subsídio para esse trabalho. Tenham certeza que fazer parte desse projeto educacional me motiva a continuar estudando e agindo de maneira onde a autonomia é a característica humana que mais prevalece. Um abraço especial para a ex-diretora do setor litoral professora Dra. Vera Lúcia Israel. E também para o professor Dr. Valdo José Cavallet, o professor Dr. Renato Bochicchio e o técnico-administrativo Douglas Ortiz Hamermuller, atuais membros da Direção da UFPR-litoral e de seu Conselho Diretivo. Com carinho também agradeço as secretárias do setor Silvana Swiech Bach e Priscilla Hidalgo Santos pelas informações sobre o Conselho Diretivo dirigidas a mim nesse período do Projeto de Mestrado.

Muito obrigada litoral do Paraná por ser meu paraíso aqui na terra e a toda comunidade do Cabaraquara no município de Guaratuba onde escolhi morar e fazer a diferença na minha comunidade. A todos os meus colegas de turma e professores do Programa de Mestrado em Ciência Política da UFPR. Saudações principalmente ao professor Dr. Paulo Costa, um dos membros incansáveis do Programa de Mestrado em Ciência Política da UFPR que prontamente acatou ao convite feito para fazer parte da minha banca de qualificação. Um muitíssimo obrigada a professora Dra. Luciana Fernandes Veiga, também membra do Programa de Mestrado, que aceitou prontamente participar como avaliadora interna do meu projeto de qualificação e nessa banca final do Projeto. Foi um prazer estudar e debater com todos vocês dessa comunidade acadêmica tão cara a todos nós. A grande arte da Ciência Política foi sendo compreendida a cada encontro que tivemos isso sem dúvida alguma foi muito importante para a formação que sempre almejei.

Não posso esquecer-me de agradecer imensamente a professora Dra. *Carla* Cecília Rodrigues Almeida do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas e do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Estadual de Maringá por prestigiar e debater com a banca o presente trabalho, sendo minha avaliadora externa. As suas contribuições sem dúvida alguma serão muito importantes para o futuro acadêmico dessa pesquisadora, espero continuar esse contato tão caro as nossas instituições de ensino, pesquisa e extensão. E por último, a CAPES por financiar esse projeto acadêmico e de vida através dos dois anos de bolsas do REUNI.

Ando devagar por que já tive pressa
E levo esse sorriso por que já chorei demais
Hoje me sinto mais forte, mais feliz quem sabe,
Só levo a certeza de que muito pouco eu sei
Nada sei.

Conhecer as manhas e as manhãs,
O sabor das massas e das maçãs,
É preciso amor pra poder pulsar,
É preciso paz pra poder sorrir,
É preciso a chuva para florir

Renato Teixeira

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o processo democrático do Conselho Diretivo da UFPR Litoral a luz da teoria deliberativa clássica que foi muito influenciada pela figura do pesquisador alemão Jürgen Habermas. Primeiramente discorro sobre a diferenciação entre dois tipos de racionalidade, a primeira desenvolvida na obra de Max Weber conhecida como “racionalidade instrumental” e a segunda desenvolvida por Habermas recebendo o nomenclatura de “racionalidade discursiva”, trago essas duas maneiras de entender as relações sociais em organismos socialmente úteis, pois entendo a diferença desses dois conceitos para a compreensão do objeto analisado na área da Ciência Política. De acordo com essa pequena diferenciação e da importância da racionalidade deliberativa para o compêndio teórico analisado, começo a escrever sobre os principais conceitos da democracia deliberativa, a partir da obra de Habermas e de alguns debatedores brasileiros dessa corrente teórica, elucidando também a questão “esfera pública” e da “sociedade civil” como conjugações conceituais importantes para a presente teoria. Com esses dados teóricos passo a discutir a relação entre a teoria e a prática desse modelo democrático apresentando a metodologia utilizada para a análise empírica e qualitativa do Conselho Diretivo da UFPR Litoral. É importante ressaltar as entrevistas semi-estruturadas feitas com 18 membros do Conselho Diretivo e a observação de caráter etnográfica das reuniões desse espaço de debate e deliberação como ferramentas dessa análise. Faço também uma pequena compilação analítica dos principais aspectos legais sobre a autonomia universitária presentes na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e bases da educação, com o intuito de organizar minimamente a argumentação sobre esse caráter da política pública estudada. Com isso o próximo passo foi argumentar a importância do processo de institucionalização, deliberação e participação política do Conselho Diretivo em questão para o presente estudo de caso, a partir de uma série de variáveis independentes de três dimensões teóricas propostas por Claudia Feres Faria e Uriella Ribeiro no estudo de arenas políticas importantes para as áreas das políticas públicas brasileiras que seriam: a) “Dimensão Desenho Institucional” organizada a partir das variáveis “arcabouço institucional e funcionamento”, “condições de participação”, “discussão” e “deliberação”; b) “Dimensão Contexto” onde encontramos as variáveis “*associativismo civil*” e “*conformação dos grupos políticos*” e c) “Dimensão Política”, a partir das variáveis “representação” e “participação” com o intuito de gerar o “Índice de Democracia Deliberativa” do Conselho Diretivo em questão.

Palavras-chave: democracia deliberativa, desenho institucional, participação, UFPR Litoral.

LISTA DE SIGLAS

ANDES-SN - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

APUFPR - Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná

CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

COPLAD – Conselho de Planejamento e Administração

COUN – Conselho Universitário da UFPR

DCE - Diretório Central dos Estudantes

FCCH UFRJ - Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro

GEPA – Grupo Especial de Projetos de Aprendizagem

GICH – Grupo de Interações Culturais e Humanísticas

GTEST – Grupo de Estudos e Trabalhos dos Servidores Técnico-Administrativos

ICH – Interações Culturais e Humanísticas

IES – Institutos de Educação Superior

IFCS UFRJ - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro

MEC – Ministério da Educação e Cultura

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PPC – Projetos Políticos Curriculares

PPI – Projeto Político Institucional

PPP – Projeto Político Pedagógico

PROGEPE – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

REUNI – Projeto de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SINDITEST - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Terceiro Grau Público de Curitiba, Região Metropolitana e litoral do Estado do Paraná

SOC – Secretaria dos Órgãos Colegiados

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFPR LITORAL – Universidade Federal do Paraná Setor Litoral

UNILITORAL – Projeto “Universidade no litoral”

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa

UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 1 |
| 2 OS TIPOS DE RACIONALIDADE, A TEORIA DEMOCRÁTICA DELIBERATIVA CLÁSSICA E SEUS PRINCIPAIS CONCEITOS | 5 |
| 3 TEORIA E MÉTODO: DE SEUS PRINCIPAIS CONCEITOS AS VARIÁVEIS EMPÍRICAS | 15 |
| 3.1 O conceito de sociedade civil | 18 |
| 3.2 O conceito de esfera pública | 21 |
| 3.3 A relação entre teoria e metodologia neste estudo | 26 |
| 3.4 Analisando a Constituição Federal e a LDB: o que esses documentos nos trazem de significativo sobre a gestão participativa universitária? | 31 |
| 4 CONHECENDO OS DADOS COLETADOS: ÍNDICE DE DEMOCRACIA DELIBERATIVA DO CONSELHO DIRETIVO DA UFPR-LITORAL | 35 |
| 4.1 Dimensão Desenho Institucional | 37 |
| 4.1.1 Arcabouço institucional e de funcionamento | 37 |
| 4.1.1.1 Histórico Institucional do Surgimento e Desenvolvimento do Conselho Diretivo e de sua importância para o processo político da UFPR-litoral..... | 37 |
| 4.1.1.2 Critérios e procedimentos de Participação no Conselho | 43 |
| 4.1.1.3 Câmaras Técnicas Interdisciplinares, Grupos ou Coletivos e a Definição das Pautas do Conselho Diretivo | 46 |
| 4.1.1.4 Tempo de duração dos Encontros e Espaço Físico | 54 |
| 4.1.1.5 Local de desenvolvimento das reuniões..... | 56 |
| 4.1.2 Condições de Participação..... | 61 |
| 4.1.3 Condições de Discussão | 65 |

| | |
|---|---------|
| 4.1.4 Condições de Deliberação | 70 |
| 4.1.5 Síntese do Comportamento das variáveis que compõem a Dimensão Desenho Institucional | 73 |
| 4.2 Dimensão Contexto | 75 |
| 4.2.1 Associativismo | 75 |
| 4.2.2 Conformação dos Grupos Políticos | 81 |
| 4.2.3 Síntese do Comportamento das variáveis que compõem a Dimensão Contexto | 86 |
| 4.3 Dimensão Política..... | 89 |
| 4.3.1 Representação | 89 |
| 4.3.2 Participação..... | 94 |
| 4.3.3 Síntese do Comportamento das variáveis que compõem a Dimensão Política..... | 99 |
| 5 CONCLUSÃO | 102 |
| REFERÊNCIAS..... | 106 |
| ANEXOS | 111 |

1 INTRODUÇÃO

Com a redemocratização a partir de meados da década de 1980 novos arranjos institucionais do Estado brasileiro puderam ser desenvolvidos e aprofundados, gerando uma série de arenas discursivas, recentes e importantes para a criação de políticas públicas e de gestão dessas políticas na contemporaneidade. Com o intuito de compreender o processo de institucionalização, deliberação e participação de uma das inúmeras arenas criadas no país nessas quase três décadas de revitalização democrática, o presente trabalho tem como objetivo compreender o processo político das demandas institucionais, sejam elas administrativas, pedagógicas ou de cunho comunitário, do Conselho Diretivo formado por docentes, discentes e técnico-administrativos do Setor¹ Litoral (conhecido como UFPR Litoral) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) uma importante universidade pública brasileira.

Depois de um longo estudo de viabilidade que se desenvolveu a partir do Planejamento Estratégico de Gestão da Reitoria da UFPR para os quatro anos entre 2002 e 2006, quando Carlos Moreira Junior era o reitor, a UFPR Litoral se concretiza como um *campus* dessa universidade no ano de 2004 – a partir da Resolução nº 39/04 do Conselho Universitário (COUN) - sendo fruto da parceria entre os poderes federal, estadual e municipal. Em 29 de julho de 2004 o reitor Moreira designa membros para comporem a comissão de acompanhamento da implantação do projeto da “Universidade no litoral”, que na época ficou conhecida como UNILITORAL acabando por receber críticas a esse nome, pois o mesmo sugere uma universidade à parte, uma nova instituição, o que não era, ou é, previsto e por isso ganha destaque o nome de “Projeto UFPR Litoral”. Essa parceria que se deu a partir de um Termo de Cooperação entre a União, o Estado do Paraná e o Município de Matinhos onde está localizado fisicamente o projeto UFPR Litoral, no dia 28 de março de 2005, é muito importante para o setor, que na época de sua criação até o final do ano de 2007 era um *campus* universitário avançado da UFPR.

Nesse termo fica especificado que o governo federal autorizaria as vagas dos servidores técnico-administrativos e professores, tanto para as futuras

¹ Setores são as unidades que compõem a UFPR, equivalentes a institutos, faculdades, centros etc. de outras IES (Instituições de Ensino Superior).

graduações, quanto para os cursos técnicos desse novo *campus* e também a abertura do processo seletivo dos novos discentes da UFPR Litoral que começariam a estudar na instituição em agosto de 2005. Pode-se perceber que o projeto UFPR Litoral é uma iniciativa dos três âmbitos de governo e sem essa cooperação seria mais difícil a sua criação.

A UFPR Litoral, como já informamos, está situada no município de Matinhos, aproximadamente a 120 quilômetros da capital do Estado, sendo um dos setores mais novos da Universidade. O principal objetivo desse setor da UFPR é garantir educação superior pública, gratuita e de qualidade para os moradores da região priorizando a cidadania. E a partir deste objetivo traçar novos modelos de desenvolvimento pautados na sustentabilidade, na manutenção da cultura local, da autonomia e da participação popular na gestão pública dos municípios, da qualidade na criação das políticas públicas, entre outros objetivos, a médio e longo prazo, para a sua criação.

É um setor diferenciado na UFPR uma vez que apresenta um desenho institucional inovador. Esse desenho na sua essência debate a garantia, a partir do seu Projeto Político Pedagógico (PPP), de novos processos pedagógicos inter e multidisciplinares e de uma gestão universitária que vislumbra a garantia de um espaço democrático deliberativo e participativo. A partir disso em meados de 2006 começa-se a desenvolver o seu Conselho Diretivo que tem por objetivo deliberar as suas demandas administrativas, políticas, pedagógicas, comunitárias, entre outras. O Conselho Diretivo é composto pela direção do setor, docentes, técnico-administrativos e discentes.

O advento e a crescente institucionalização desses novos espaços para a criação e o desenvolvimento das políticas públicas e de gestão, como é o caso da UFPR Litoral, são descritos e analisados por inúmeros pesquisadores brasileiros (AVRITZER, 2002; CÔRTES, 2004; FARIA, 1996; SANTOS, 2002; MELO, 2005) gerando interesse e a necessidade de aprofundamento teórico-analítico para a compreensão desse fenômeno social importante. Uma dessas teorias foi desenvolvida pelo pesquisador alemão Jurgen Habermas, e ficou conhecida por seus pares como democracia deliberativa clássica. A democracia deliberativa clássica parte de alguns pressupostos teóricos, esses têm por objetivo analisar arranjos políticos institucionais, movimentos sociais ou da sociedade civil, complexos e de cunho participativo nas sociedades contemporâneas.

Durante a exposição desse trabalho, em seu segundo capítulo, trago primeiramente a discussão sobre dois tipos de racionalidade: a racionalidade instrumental a partir da obra de Max Weber e a racionalidade discursiva presente nos escritos filosóficos de Jurgen Habermas, objetivando traçar as principais diferenças entre essas duas formas de compreender as relações sociais nos estudos principalmente políticos. No gancho dessa discussão começo a analisar a teoria deliberativa clássica da democracia, o que ajudará na compreensão inicial, mas aprofundada do objeto dessa pesquisa, nesse capítulo explicitarei a importância da racionalidade discursiva para o modelo democrático em questão. Começarei a expor os principais conceitos formulados por Habermas na “Teoria da Ação Comunicativa” e a relação que o autor faz entre o “mundo da vida” e o “sistema”, a partir de sua obra propriamente dita e de textos de Leonardo Avritzer.

No terceiro capítulo elucido ainda mais a teoria clássica de democracia deliberativa trazendo para o debate a importância dos conceitos “sociedade civil” e “esfera pública” para o presente compêndio teórico. Com essa explicação passo a analisar a relação entre a teoria e a prática nesse modelo democrático, para isso discuto a metodologia empregada no trabalho. Nesse ponto da análise começarei a discutir a importância do processo de institucionalização, deliberação e participação políticas para o estudo de caso em questão. Farei isso com a ajuda dos conceitos teóricos da democracia deliberativa clássica reelaborados pelas autoras brasileiras Claudia Feres Faria e Uriella Ribeiro, tendo como pretensão definir e estabelecer indicadores normativos, a partir de três dimensões de análise que serão desenvolvidas a longo do capítulo e suas variáveis empíricas, sendo um modelo novo de metodologia na Ciência Política, mas que apesar disso não deixa de ser uma expressiva contribuição para a análise de arenas decisórias no âmbito das políticas públicas.

Entendendo a importância de se conhecer alguns aspectos relevantes do contexto histórico e normativo da política de educação no Brasil pós-constituente, trato, no subcapítulo 3.4 que se intitula “*Analisando a Constituição Federal e a LDB: o que esses documentos nos trazem de significativo sobre a gestão participativa universitária?*”, de debater questões para o conhecimento dessas políticas, principalmente aquelas que tratam da gestão, da deliberação e da autonomia universitária, com o intuito de conhecer algumas questões que tratam da autonomia didático-administrativa das Universidades Federais brasileiras.

No quarto capítulo, a partir dessas considerações, passo a analisar o Conselho Diretivo do projeto institucional da UFPR Litoral propriamente dito com o intuito de criar uma escala normativa para o seu processo político, tendo como norte conceitual a teoria deliberativa. Nessa escala normativa está presente as três dimensões de análise criados pelas duas pesquisadoras e que seriam: a) dimensão desenho institucional, onde analiso as variáveis “histórico institucional do surgimento e desenvolvimento do Conselho Diretivo e de sua importância para o processo político da UFPR litoral” - que subdivide-se nas premissas, “Critérios e procedimentos de Participação no Conselho”, “Tempo de duração dos Encontros e Espaço Físico” e “Local de desenvolvimento das reuniões”; – “Condições de Participação”; “Condições de Discussão” e “Condições de Deliberação”; b) Dimensão Contexto que contém as seguintes variáveis “Associativismo” e “Conformação dos Grupos Políticos”; e por último c) Dimensão Política que compreende a variável “Representação” e também a variável “Participação”.

Com o estudo desse objeto quer se revelar as seguintes problemáticas: em que medida o Conselho Diretivo da UFPR Litoral é participativo, como proposto no seu Projeto Político Pedagógico (PPP) e na legislação competente, a partir da teoria deliberativa de democracia? No cotidiano atual do Conselho Diretivo qual é o seu desenho institucional? Qual são os níveis de associativismo civil que compõe essa instituição participativa? Quem são os principais personagens políticos e institucionais que desencadearam o “Projeto Universidade do Litoral”? Como está posto no seu Projeto Político Pedagógico a UFPR Litoral deve pautar as suas demandas administrativas, políticas, pedagógicas, comunitárias entre outras a partir de uma instância máxima, o seu Conselho Diretivo. Quer-se então com esse trabalho, sendo o seu principal objetivo, entender a dinâmica participativa do Conselho em questão a partir da teoria deliberativa clássica de democracia.

Esse estudo pretende-se importante, pois reflete o posicionamento da autora sobre o grau de institucionalização, deliberação e participação do Conselho Diretivo da UFPR Litoral, o que, poderá ajudar a instituição a repensar as suas estratégias de gestão institucional, propiciando canais discursivos efetivos à vida universitária desse setor nessa arena de disputa política.

2 OS TIPOS DE RACIONALIDADE, A TEORIA DEMOCRÁTICA DELIBERATIVA CLÁSSICA E SEUS PRINCIPAIS CONCEITOS

O intuito dessa seção é primeiramente discutir a diferença entre racionalidade comunicativa e racionalidade cognitivo-instrumental, uma vez que Jürgen Habermas, principal autor da teoria deliberativa clássica da democracia, para a construção de seus escritos, principalmente da “*Teoria da Ação Comunicativa*”, se utiliza da diferenciação desses dois modelos de pensar a maneira de criação da racionalidade. Essa diferença é importante para entendermos os pressupostos que levam a democracia deliberativa a ser um tipo de explicação dos mecanismos democráticos diferente dos modelos hegemônicos de democracia² que se utilizam da racionalidade instrumental para os seus determinantes teóricos.

A racionalidade é um conceito muito utilizado nos estudos das Ciências Sociais, Direito e Filosofia, e teve como um dos seus principais expoentes a figura de Max Weber. Para Weber a racionalidade é cognitivo instrumental, isto é, ela é fruto de um modelo de sociedade centrado no mercado. A premissa da racionalidade instrumental contribui para a compreensão de como foi possível a criação e desenvolvimento da sociedade capitalista moderna. Com o desenvolvimento do Estado burocrático e das novas formas jurídicas do direito racional é que se tem a gênese da racionalidade - formas, meios e fins - desse sistema socioeconômico e cultural.

Primeiramente é importante considerar os apontamentos de Max Weber para uma das associações políticas mais importantes criadas pela humanidade o Estado moderno. Essa instituição só se pode definir sociologicamente através de um dos seus meios específicos próprios: a coação física. O Estado moderno dentro de um território específico é a comunidade humana que adquire o monopólio legítimo da coação física sendo aquela instituição que reivindica o “monopólio do uso legítimo da violência física” (WEBER, 2008, p. 56). Adquirindo esse aval através da relação de dominação de homens sobre outros homens. Para que essa dominação seja possível, os indivíduos de um território se submetem a autoridade invocada por essa instituição.

² Sobre esse assunto ver HELD, D. “Modelos de Democracia”. Belo Horizonte: Paidéia, 1987.

O Estado moderno também conseguiu reunir os diversos meios materiais de organização da sociedade, separando-o do quadro administrativo autônomo e privado que anteriormente eram os proprietários legítimos desses meios. Essa separação é comum a toda a moderna organização estatal. O uso desses meios a partir da racionalidade instrumental e da dominação legal está sob o poder a que obedece diretamente aquilo que podemos enunciar de: “aparato da burocracia”.

Esse aparato, em sua forma mais pura, é formado por um “quadro administrativo burocrático”. Só aquele que dirige a comunidade política legítima tem a posição de senhor, lembrando que suas atribuições são antes de tudo atribuições legais. Esse quadro administrativo, a priori, é formado por funcionários individuais, que tem por características: a) serem pessoas livres; b) competentes para as funções que exercem; c) assinarem um contrato jurídico de trabalho; d) comprovarem qualificação profissional; e) receberem um salário em dinheiro como remuneração por seu trabalho; entre outras características (WEBER, 1999 p. 144). Lembrando que esses funcionários não administram os seus meios materiais de empreendimento, esse é controlado pelo Estado moderno.

Essa mudança significativa na estrutura social só foi possível com o advento do direito racional do Estado ocidental moderno. Falaremos então sobre a gênese desse sistema jurídico, ele se origina em seus aspectos formais no direito romano. Essa forma jurídica tem como características importantes ser um direito previsível e altamente lógico, como uma máquina, não aceitando a interferência de aspectos ritualísticos e religiosos do senso comum. “A criação de um direito deste tipo foi conseguida, ao aliar-se o Estado Moderno aos juristas, para impor suas pretensões de poder” (WEBER, 2004, p.520). Utilizando ainda uma citação de Weber, “o ocidente, dispunha de um direito formalmente aperfeiçoado, produto do gênero romano, e os funcionários formados na base deste direito eram superiores a todos os demais como técnico administrativos” (WEBER, 2004, p.524).

O direito para cumprir esse papel teve de se adequar. A sua adaptação ocorreu via científica, ajustando-se à racionalidade cognitivo-instrumental da ciência moderna. O direito tornou-se científico. A juridicização da vida social tornou-se um fato e o direito passou a se preocupar apenas com a racionalidade instrumental, com o formalismo técnico-racional e com a aplicação lógica e coerente das normas,

pensadas a partir de um ordenamento jurídico que se basta a si mesmo. Percebe-se a importância dada aos advogados nesse contexto. Essa categoria profissional é uma das grandes responsáveis, na teoria compreensiva, pela atribuição dessa racionalidade instrumental ao sistema capitalista moderno. Resumindo as idéias de Weber sobre o desenvolvimento conjunto desses três fatores importantes para a compreensão da sociedade moderna, cito um trecho de seus escritos: “o ‘progresso’ em direção ao Estado burocrático, que sentencia e administra na base de um direito racionalmente concebido, encontra-se em conexão muito íntima com o desenvolvimento do capitalismo moderno” (WEBER, 2004, p. 530).

Na racionalidade instrumental prevalece o sucesso individual depreendido por um processo de julgamento ético norteado pelo comportamento pessoal através de leis de mercado, abrangendo assim as ações racionais como produtos sociais. Essas são norteadas dessa maneira a partir do entendimento da capacidade de julgamento individual dos indivíduos como comportamentos socialmente desejados. Esse tipo de racionalidade fez surgir uma nova forma de individualidade no ser humano que passa a ver na alta lucratividade econômica, na aquisição material, o principal objetivo social. Assim, o prisma econômico torna-se o espaço privilegiado da ação humana, onde os indivíduos têm que se encaixar, inserir e se moldar. A economia

Força o indivíduo, à medida que esse esteja envolvido no sistema de relações de mercado, a se conformar às regras de comportamento capitalistas. O fabricante que se opuser por longo tempo a essas normas será inevitavelmente eliminado do cenário econômico, tanto quanto um trabalhador que não possa ou não queira se adaptar às regras, que será jogado na rua, sem emprego. (Weber, 2004, p. 48).

Ou seja, a razão tornar-se-á instrumental quando vista como “instrumento” perdendo a sua capacidade de criar e determinar os objetivos comuns a toda humanidade, tornando-se um “meio” de dominação do homem sobre os recursos naturais e do homem sobre o próprio ser humano. Assim essa razão é instrumental, pois ela se coloca, pode-se dizer assim, a serviço do lucro a partir da mão de obra dos indivíduos expropriados do capital e das ferramentas de trabalho em um mundo de exploração capitalista.

Apesar da ampla dominância da racionalidade instrumental na sociedade capitalista, as suas principais características, o individualismo e os valores de

mercado, não se tornaram os únicos pressupostos que ganharam força com o seu advento. Os movimentos de resistência ao sistema capitalista fizeram emergir experiências que são alternativas a sua racionalidade instrumental³. Essa racionalidade paradoxal ao sistema capitalista privilegia o desenvolvimento humano a partir de processos permanentes de educação e a adoção de princípios como a cooperação, o entendimento mútuo, a resolução negociada dos conflitos e a gestão democrática – deliberativa e participativa.

A razão é comunicativa quando se pratica o diálogo nas relações sociais dos indivíduos com o mundo, ou seja, quando ela se abre aos questionamentos e aos debates entre os vários atores multiculturais em instâncias de poder também multiculturais. O significado de razão comunicativa está em se estabelecer o diálogo onde todas as formas de poder legítimo possam ser questionadas, esclarecidas ou justificadas, para que a sociedade como um todo possa escolher da forma mais livre possível quais as finalidades ou objetivos ela deseja construir, reformar ou dilapidar. Para essa racionalidade primeiramente é preciso escolher finalidades comuns a toda humanidade e depois determinar os fins para se chegar aos objetivos mais latentes.

Essa exposição inicial nos dá subsídio para compreender que na modernidade da sociedade capitalista ocorreu um “processo primário de diferenciação das esferas de racionalidade” (AVRITZER, 1996, p. 16), que acabou dissociando o complexo mundo das estruturas sistêmicas, do processo de racionalização do mundo social, ou “mundo da vida” para utilizar um conceito fundamental da teoria deliberativa⁴ (HABERMAS, 2010). Essas estruturas sistêmicas formam tanto o subsistema econômico quanto o subsistema administrativo que se diferem do mundo da vida e entre si de diferentes maneiras.

Leonardo Avritzer (1996, p.16-17) interpretando Habermas, aponta que o subsistema econômico – bolsa de valores, bancos, crédito, empresas capitalistas, etc. - se organiza em torno da lógica estratégica, a partir de um intercâmbio que admite a comunicação entre os cidadãos através do código positivo da recompensa, que entendo como o lucro. Já o subsistema administrativo – a burocracia do Estado e suas instituições como os três poderes (judiciário, legislativo e executivo) -

³ Sobre esse assunto ver SANTOS; B. Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

⁴ Habermas inicialmente pensou na democratização do cotidiano, das esferas informais. O desenvolvimento posterior da teoria é que foi incorporando as instituições, em especial a partir da crítica interna da própria teoria deliberativa. É nessa percepção que vão autores como Joshua Cohen e o próprio Leonardo Avritzer.

organiza-se em torno da lógica do poder reconhecendo a comunicação social através do código negativo da sanção, que se sintetiza, assim interpreto, no sistema jurídico legal.

A partir dessa constatação do mecanismo de diferenciação das esferas de racionalidade é que pode emergir e se estabelecer ao longo e separadamente das estruturas sistêmicas (subsistemas econômico e administrativo), uma relação distinta da sociedade civil, dos movimentos sociais e populares, dos cidadãos como um todo, com cada um desses subsistemas, o que para a teoria deliberativa ficou conhecido como “campo da interação social” – ou “mundo da vida”. Essa interação está organizada em torno da ideia de um “consenso normativo” gerado a partir daquilo que Habermas chama de “estruturas da ação comunicativa” (HABERMAS, 2010). Essa ideia gerou aquilo que pode ser considerado como seu “*modelo de interpretação sociológica*” ou mesmo sua “*teoria da sociedade*”. É por isso que se pode dizer que Habermas atribui um caráter normativo à democracia restabelecendo uma relação particular entre democracia, ética formal e bem comum – essa última característica estaria ligada as regras utilizadas pelos participantes na prática democrática. Para o autor a reprodução dos mecanismos democráticos depende dos processos de formação e renovação da cultura política dos cidadãos, por isso a sua crítica aos modelos de democracia hegemônicos, como o elitismo democrático e a teoria da escolha racional. Sobre esse assunto Habermas escreve

O problema da relação entre norma e realidade não pode ser evitado pelo caminho das definições empiristas, temos que retornar aos modelos de democracia já introduzidos, os quais possuem um conteúdo normativo para averiguar se as concepções implícitas de sociedade oferecem âncoras para uma ciência social. (HABERMAS, 1997, p.18).

Lembramos que as teorias tradicionais como o pluralismo ou o elitismo democrático não enxergam a possibilidade da justificação da democracia em termos normativos, mas sim nos processos que ocorrem no sistema político institucional, como as eleições, os partidos políticos, as atividades parlamentares, entre outros.

Como principal autor dessa vertente encontramos Joseph Schumpeter, que ao escrever o consagrado livro “*Capitalismo, socialismo e democracia*”, redefiniu o termo democracia na segunda metade do século XX. Em seus escritos consta que a democracia, como arranjo político fundamental para as sociedades modernas e contemporâneas, é um mecanismo social para se eleger uma minoria de

governantes, uma elite poderosa, que a partir do voto de uma maioria de cidadãos devidamente autorizados para tanto, torna-se legítima para a sociedade, estando à minoria dos indivíduos satisfeita ou não com o resultado do processo eleitoral. A principal característica dessa participação dos cidadãos votantes é garantir a entrada de representantes de seus interesses e também daquilo que é comum a todos – que conhecemos como política pública – no jogo político das instâncias com poder legítimo, que nas sociedades de hoje são conhecidos como governos nacionais. O governo deve ser constituído mediante a competição dessa elite pelos votos do povo. Dá-se a essa competição o nome de “teoria concorrencial”, pois está implícita a luta dos possíveis governantes pela aceitação dos eleitores (SCHUMPETER, 1961; *apud* OLIVEIRA, 2011, p. 5-6).

Esse modelo foi criado em favor da aceitação da democracia apenas como um método político para se chegar as decisões mais rapidamente: “desse modo, Schumpeter toma uma preocupação procedimental, com as regras para a tomada de decisão e a transforma em um método para a constituição de governos” (SANTOS; AVRITZER, 2005, p.45). A partir dessas considerações Schumpeter separa a sua metodologia democrática das ideias do liberalismo político defendendo a ideia de que “se, pelo menos por questão de princípios, todos forem livres para concorrer à liderança política apresentando-se ao eleitorado, isso trará, na maioria dos casos, embora não em todos, uma considerável margem de liberdade de expressão para todos”, (BRANDÃO, 2006, p.137 *apud* OLIVEIRA, 2011, p. 6). Para sintetizar o raciocínio do autor, Carole Pateman descreve seu método usando as seguintes palavras, “Schumpeter comparava a competição política por votos à operação de mercado (econômico): a maneira dos consumidores, os eleitores colhem entre as políticas (produtos) oferecidas pelos empresários políticos rivais, e os partidos regulam a competição o mesmo modo que as associações de comércio na esfera econômica” (PATEMAN, 1992, p.11).

É possível dizer que esse pensamento nega a própria concepção de democracia grega que significa “poder do povo” e institui um novo modelo, dando a esse termo o sentido de “poder para as elites, através do povo”, em uma época constante de novos governos democráticos emergentes pelo mundo. A doutrina schumpeteriana da democracia adota integralmente o argumento de manipulação dos indivíduos nas sociedades de massas. Para Schumpeter, os indivíduos na

política cedem a impulsos irracionais e extra-rationais e agem de maneira quase infantil ao tomar decisões (SANTOS; AVRITZER, 2005, p.45).

A teoria das elites também é importante nesse processo. O elitismo foi, e é, considerada entre os pares como uma crítica as ideias democráticas e socialistas que estiveram em voga no final do século XIX e começo do século XX. Essa teoria sustentou a hipótese que promulgava a existência em qualquer sociedade ou grupo, em qualquer época da história humana, a existência de uma minoria, uma elite que por seus dons particulares, competências e recursos detinham e detém o poder político em relação à maioria ou a massa da população, baseando-se em indícios maquiavélicos de explicação do poder, onde os poderosos governam uma massa de indivíduos que se deixam governar, garantindo a manutenção do poder das elites. E também por encontrar apoio em explicações científicas vigentes na época que conferiam a massa de indivíduos da sociedade um caráter irracional. Acrescentando a essas explicações a sua derivação política, uma vez que afirmavam que existia uma minoria de indivíduos organizados em oligarquias, organismos políticos, classes eleitas de dominantes, sendo essas as principais nomenclaturas utilizadas pelos elitistas para as instituições políticas (OLIVEIRA, 2011, p. 7-8).

É importante dizer que o período político em que essa corrente nasce está em constante mudança e transformação, sendo caracterizado historicamente e sociologicamente como uma época em que se desagrega uma antiga ordem social em que se rompem os laços de dominação tradicional. Assim foi possível analisar o nascimento de novos atores políticos e sociais como a massa urbana e proletária sendo uma realidade histórica marcada por grandes guerras e revoluções. Os primeiros e principais escritores dessa corrente são, em ordem histórica de produção teórica, Gaetano Mosca (2004), Vilfredo Pareto (2004) e Robert Michels (1982). Para esses pensadores a democracia e o próprio socialismo como sistemas políticos antagônicos são apenas abstrações e ideais metafísicos de doutrinas políticas que servem como formas de legitimar o poder de uma minoria ou classe dirigente, essa sim real e compreensível nas relações sociais. Esses autores estavam na contracorrente dos teóricos democráticos e dos movimentos sociais, negando-as através da crítica da igualdade política. Os três se apresentaram como pensadores realistas bem radicais quanto aos seus posicionamentos, pois escreveram que a democracia e o socialismo não podem se efetivar pelo simples fato que em todo o processo histórico da humanidade nunca se teve de fato a organização social (os

Estados Nacionais, os Feudos, ou qualquer outro tipo de arranjo interno) sendo gerida pela maioria da população. E que só se é possível à mudança de uma minoria de poderosos por outra que venha a existir ao longo do tempo, isso garantiria a base elitista desses pensadores que veem na teoria concorrencial seu arcabouço teórico e interpretativo da realidade (OLIVEIRA, 2011, p. 10).

Depois dessas considerações, voltamos ao assunto. Como aponta Avritzer (1996, p.17), a “relação entre cada um dos subsistemas com o mundo da vida constitui o ponto focal para a elaboração de um diagnóstico das sociedades modernas”. Essa relação pode ser estabelecida através de vários mecanismos, mas os mais utilizados nas sociedades são o dinheiro, através do subsistema econômico, e o poder, através do subsistema administrativo.

A tese de Habermas para esse processo de diferenciação pode ser entendido a partir dessa assertiva

[...] subsistemas regidos por meio de controle e as formas organizacionais do mundo da vida não são o que conduz à racionalização unilateral ou a reificação da prática comunicativa cotidiana. [Está é provocada] pela penetração das formas econômicas e administrativas de racionalidade em áreas de interação que resistem a ser convertidas nos meios dinheiro e poder. [Porque essas áreas] são especializadas na transmissão cultural, na integração e na socialização, elas permanecem dependentes do entendimento mútuo enquanto mecanismo de coordenação da ação. (HABERMAS, *apud* AVRITZER, 1996, p. 17)⁵.

Seguindo essa mesma lógica, Avritzer (1996, p.17) ainda explica dois conceitos utilizados por Habermas e que foram reelaborados por ele em sua teoria do agir comunicativo, a partir da obra de dois autores importantes: o já citado Weber e o também alemão Karl Marx. Essa reinterpretação de Habermas tem como objetivo explicar a relação existente entre os subsistemas econômico e administrativo com o mundo da vida. O conceito de burocratização weberiano é analisado por Habermas que o modifica passando esse a ser identificado não pela vigência do capital, isto é mercado, mas pela penetração da administração pública do Estado moderno naquilo que ficou conhecido como arenas sociais (movimentos sociais, Conselhos Gestores de Políticas Públicas, Fóruns de debates, Orçamentos Participativos, etc.) que são regidas pela ação comunicativa. Já o conceito de reificação de Marx passa a ser entendido não como a regência do capital sobre a sociedade, mas pela sua penetração nessas mesmas arenas. Este marco, então,

⁵ Essa passagem encontra-se na obra “Teoria da Ação Comunicativa”.

torna-se tripartite uma vez que entende a modernidade a partir da tensão entre o Estado e o mercado de um lado e as estruturas do mundo da vida por outro.

A racionalidade comunicativa, como foi exposta nesse capítulo, é comum à realidade do mundo da vida, isto é, ao mundo científico, político, religioso, enfim, ao mundo que denominamos de social, ou nas palavras de Lüchmann podemos entendê-lo como sendo “a esfera das tradições, da política compartilhada, da solidariedade e da cooperação” (2012, p. 72). A partir das instituições geradas por essas associações de poder socialmente úteis, a universidade, o parlamento, a igreja, etc., é que se tem canais discursivos que podem de alguma forma, gerar poder legítimo a esses mecanismos sociais, suscitando assim uma forma de tomada de decisão entre pessoas livres e iguais que chamaríamos de democracia deliberativa. Sendo esse um dos principais preceitos dessa normatização teórica imprescindível para a deliberação democrática entre a sociedade civil, o Estado e o terceiro setor.

Essa racionalidade está pautada nas seguintes premissas do pensamento:

- a) a premissa da autorrealização: que diz respeito aos processos de concretização do potencial inato do indivíduo, complementados pela satisfação;
- b) a premissa da autenticidade: que está baseada na Integridade, na honestidade, e na franqueza dos indivíduos nas interações;
- c) a premissa do julgamento ético: que se fundamenta na deliberação baseada em juízo de valor processando-se através do debate racional sobre pretensões de validade emitidas pelos indivíduos nas interações;
- d) a premissa da autonomia: que tem a ver com a condição plena dos indivíduos para poderem agir e expressarem-se livremente nas interações;
- e) a premissa dos valores emancipatórios: que são considerados como valores de mudança e aperfeiçoamento social nas direções do bem-estar coletivo, da solidariedade, do respeito à individualidade, da liberdade e do comprometimento, presentes nos indivíduos e no contexto normativo do grupo;
- e por último, f) a premissa do entendimento: que tem a ver com as ações pelas quais se estabelecem acordos e consensos racionais, mediadas pela comunicação livre, e que coordenam atividades comuns sob a égide da responsabilidade e satisfação sociais (SERVA, 1997, p. 22).

A racionalidade deliberativa como podemos perceber trata do desenvolvimento humano, da promoção da consciência e da emancipação humana. A sua ética está baseada na ética da convicção, diferentemente da ética da responsabilidade proposta por Weber (2004, p. 52), aparecendo implícita a toda

ação referida a valores, sendo seu critério a racionalidade substantiva. Esse tipo de racionalidade, segundo os nossos entendimentos⁶, é um atributo natural do ser humano que se manifesta pela utilização do senso ético e através da qual as pessoas pautam suas ações.

A partir dessas considerações sobre esses dois tipos de racionalidade encontrados na sociedade capitalista é que foi possível a criação da teoria democrática deliberativa que tem nos estudos de Habermas um de seus grandes pilares. Como bem aponta Lüchmann “o reconhecimento do pluralismo cultural e social, bem como dos conflitos de interesses sociais estimula o autor a redefinir a democracia, deslocando o foco da cidadania virtuosa para o dos espaços públicos e dos procedimentos comunicativos” (LÜCHMANN, 2002, p. 21).

Resumindo, para Habermas a democracia se constitui de fluxos de comunicação tendo o seu início nas redes de comunicação da esfera pública, que têm por objetivo gerar e estabelecer a direção do processo de produção de poder nas sociedades democráticas, ela é dependente desses fluxos e se constitui a partir da relação de tensão e complementaridade entre a administração, a participação social e a racionalidade (AVRITZER, 1996, p. 20). Com essa diferenciação importante para apreender o caráter comunicativo dessa análise gostaríamos de pautar as principais características da teoria deliberativa.

⁶ Como essa afirmação é categórica, quer-se mostrar a opinião da autora a respeito do assunto, seguindo uma lógica de adequação à teoria deliberativa clássica. Frisou-se isso, pois a discussão da natureza humana é muito mais elaborada e complexa do que a que a apresentamos nesse trabalho.

3 TEORIA E MÉTODO: DE SEUS PRINCIPAIS CONCEITOS AS VARIÁVEIS EMPÍRICAS

Primeiramente gostaríamos de esclarecer que a teoria deliberativa da democracia foi inicialmente desenvolvida por Habermas, mas apresenta uma série de outros autores como Amy Gutmann, Cass Sustein, Iris Marion Young, James Bohman, John Rawls, Joshua Cohen que incorporam a ênfase nos mecanismos discursivos como algo intrínseco a democracia⁷. O modelo ou processo deliberativo, do qual trata essa vertente teórica da democracia, foi criado em meados da segunda metade do século XX por Habermas e esse autor defende o conceito argumentativo de deliberação política dando destaque aos aspectos discursivos nesse processo. Como o próprio autor esclarece “esse processo democrático estabelece um nexo interno entre considerações pragmáticas, compromissos, discursos de auto-entendimento e discursos de justiça, fundamentando a suposição de que é possível chegar a resultados racionais equitativos” (HABERMAS, 1997, p.19).

Leva em conta a igualdade da participação política elencando a democracia direta como um fenômeno social extremamente importante para a tomada de decisões. Sobre Habermas, primeiramente é possível afirmar que a sua teoria é baseada nessas premissas deliberativas, o autor defende o conceito argumentativo de deliberação dando destaque aos aspectos discursivos nesse processo por aquilo que se indica como racionalidade comunicativa, que foi trabalhado por mim no capítulo anterior. Para ele então “o processo da política deliberativa constitui o âmago do processo democrático” (Habermas, 1997, p. 18).

Como um dos focos fundamentais dessa vertente, encontramos a imagem da soberania democrática com a defesa das instituições políticas liberais. “Como no modelo liberal, os limites entre Estado e sociedade são preservados, todavia, no modelo discursivo, a sociedade civil, como a base social da esfera pública autônoma, é diferenciada do sistema de ação econômica e da administração pública” (FARIA, 1996, p. 35). É importante dizer que mesmo utilizando na formulação de sua teoria características da democracia liberal, Habermas utiliza-se

⁷ Sobre as diferenças fundamentais de abordagem teórica entre os principais autores dessa corrente ler o artigo de FARIAS, C. F. “Democracia Deliberativa: Habermas, Cohen e Bohman” Lua Nova. v. 49. p. 47-68, São Paulo: 2000.

também de pressupostos republicanos uma vez que “a concepção republicana vincula a legitimidade da lei ao procedimento democrático da gênese dessa lei, estabelecendo assim uma conexão interna entre a prática de autodeterminação do povo e o império impessoal da lei”⁸ (HABERMAS, 1995, p. 42).

A democracia deliberativa é normativa, como já explicamos, e tem no ideal da “boa política”, ou seja, na discussão livre das questões que interessam a um coletivo entre os análogos, uma de suas mais importantes características. Como aponta Reese-Schäfer “Habermas completa aqui o passo a uma idéia da democracia deliberativa, na qual os processos de formação de opinião recebem tratamento equivalente aos da decisão administrativa [...] A democracia deliberativa é, ao mesmo tempo, parâmetro normativo do presente e projeto utópico-real do futuro” (2008, p. 91).

Essa teoria prioriza o diálogo com a intenção de se chegar ao entendimento mútuo entre os participantes, tendo nisso seu caráter normativo, mas também regulativo, por meio da “situação da fala ou discurso ideal”, que se traduz por um tipo de debate público. Pode-se pensar que seria improvável que se deixe os interesses particulares para se admitir um único interesse racional universal. Sendo esse o principal motivo pelo qual a “situação da fala ou discurso ideal” é apresentada como ideal (MIGUEL, 2005, p. 13 e 14).

Outra característica da deliberação é em consideração a comunicação “face a face”, sendo essa “...uma comunicação gerada pelos indivíduos como tais, isto é, que não se apresentam como representantes ou porta-vozes de grupos específicos” (MIGUEL, 2005, p. 15). Nesse caso, o ideal dessa forma de comunicação só seria alcançado na micropolítica (assuntos que são pertinentes a um único sindicato, uma única associação de bairro, um único gabinete de prefeitura), sem se abranger a macropolítica (assuntos que são pertinentes a todos os indivíduos dos bairros, cidades, estados, países e até do mundo inteiro como, por exemplo, as políticas sobre o meio ambiente, ou sobre a fome). Nesse sentido, essa característica apresenta uma série de críticas, uma vez que em sociedades extensas e populosas como os Estados-Nações contemporâneos é praticamente impossível a participação “face a face” entre todos os indivíduos a que se abrange os assuntos discutidos.

⁸ Habermas compara essas duas concepções da política no artigo “*Três Modelos Normativos de Democracia*”. Lua Nova, Cedec, São Paulo, n.36, p.39-53, 1995. Nesse artigo ele também desenvolve a sua concepção procedimental da política deliberativa.

Os valores democráticos do procedimento deliberativo, ou do ideal normativo, para essa vertente podem ser assim elencados⁹: a) a participação de todos os envolvidos no debate onde qualquer fala, contribuição, idéia, etc., que seja pertinente ao debate público pode ser apresentada, isso leva então a falta de representação política e de certa forma da exclusão dos envolvidos. O ponto negativo a essa característica é que fica difícil de racionalizar o que é ou não pertinente ao debate; b) apenas a alegação, argumentação, fala, contribuição, idéia, etc. racional é levada em conta pelos participantes o que gera certa igualdade entre eles, a maior crítica a esse ponto é que isso nunca acontece de fato; c) os participantes do debate público ideal buscam atingir o consenso, gerando a condição de apropriação das idéias alheias; d) a publicidade dessas questões deve acontecer durante todo o processo de discussão e depois dele; e) a ausência de qualquer tipo de coerção quanto à fala dos envolvidos e f) igualdade de oportunidade para adentrar ao debate público (MOUFFE, 2006, p. 167).

Vale lembrar que a falta de qualquer um desses valores compromete a legitimidade dos resultados, apresentados durante e após a “situação de fala ideal”. Seyla Benhabib, falando justamente sobre os procedimentos deliberativos escreve o seguinte “não há regras que em princípio limitem a agenda da conversação ou a identidade dos participantes, desde que qualquer pessoa ou grupo excluído possa demonstrar justificadamente que são afetados de modo relevante pela norma proposta em questão” (BENHABIB, 1996, p.70 *apud* MOUFFE, 2006, p. 168).

Em linhas gerais seriam essas as principais características que tornam a teoria deliberativa da democracia um arsenal teórico diferenciado para entender os procedimentos democráticos, analisando essas considerações outros conceitos foram assimilados pela democracia deliberativa clássica e serão aqui discutidos a partir da já citada racionalidade deliberativa. A democracia deliberativa, sobretudo em sua formulação original por Habermas, é alvo de diversas críticas importantes, boa parte das quais é interna à própria teoria¹⁰.

⁹ Observamos que são considerações feitas pelos comentadores e debatedores da obra de Habermas e não por ele próprio em seus escritos.

¹⁰ Não nos propomos neste trabalho a aprofundar o assunto das críticas à teoria deliberativa clássica para adentrar nessa discussão: YOUNG, I. M. 2001. Comunicação e o Outro: Além da Democracia Deliberativa. In: SOUZA, J. *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

3.1 O CONCEITO DE SOCIEDADE CIVIL

Como explicar esse conceito a partir da teoria deliberativa? Entendemos a sociedade civil como a totalidade de instituições não governamentais, organizações e associações cívicas dentro do domínio público e os movimentos sociais de um dado país em certa conjuntura histórica (LIPINSKI, 2007, p. 680). Uma de suas características essenciais é que essas organizações são de base relativamente autônoma ao Estado uma vez que podem receber subsídios privados e agrupar voluntários. Outra característica é que elas são e estão fundamentadas na participação democrática da comunidade como um todo em seus espaços políticos e administrativos (LIPINSKI, 2007, p. 685). São várias as abordagens desse conceito, mas, para nós, é importante entender a sociedade civil como um modelo normativo separado da economia e do Estado, mas que se relaciona com ambos e sofre influência de ambos¹¹.

Não podemos esquecer o objetivo principal da sociedade civil que é de fazer a mediação entre o espaço público (as instituições do Estado) e o espaço privado (lares, empresas, clubes, grupos informais e voluntários, entre outros). Nesse sentido, situa-se entre essas duas esferas da sociedade, entrecruzando-as e tornando as reivindicações de ambas razoáveis de serem debatidas na sociedade.

A sociedade civil é apontada como uma categoria importante para a construção da esfera pública democrática uma vez que está balizada com aquilo que chamamos de mundo da vida, tendo fortes traços com a racionalidade comunicativa desenvolvida na teoria de Habermas. Apresenta, assim, um contingente maior com os problemas dos cidadãos comuns através dos seus mecanismos de aproximação com esses indivíduos, suas demandas sociais, e o Estado.

A retomada do conceito de sociedade civil em Habermas está pautada no reconhecimento de que na atual perspectiva histórica o núcleo de sua atuação está no conjunto das instituições não-econômicas e não estatais. Por exemplo, os movimentos sociais, como o MST, têm por característica “ancorar as estruturas de comunicação da esfera pública nos componentes sociais do mundo da vida”

¹¹ O conceito de sociedade civil é polissêmico e eu escolhi esta explicação teórica do conceito, sobre as diferenças entre as teorias sobre sociedade civil ler NOGUEIRA, M.A.; Sociedade civil, entre o político-estatal e o universo gerencial. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.18 no.52 São Paulo: 2003.

(HABERMAS, 1997, p. 99). Habermas incorpora em seus estudos a análise de Cohen e Arato (1992) que atualizam o conceito de sociedade civil e a articulam com uma noção pública diferentemente da perspectiva liberal e de seu modelo normativo. Essa nova concepção de sociedade civil promovida por esses autores e adotada pela democracia deliberativa, está calcada principalmente na manifestação social de múltiplas manifestações coletivas em diferentes contextos e que serão consideradas centrais nos processos de (re)democratização dos países.

É interessante lembrar que a retomada desse conceito de sociedade civil hoje está ancorada e intimamente ligada aos movimentos sociais, ou novos movimentos sociais. Nas palavras de Lüchmann “movimentos ecológicos, organizações não governamentais, levantes populares contra Estados autoritários, organizações pacifistas, feministas, raciais, enfim, a emergência de uma multiplicidade de movimentos sociais, vão se constituir em base empírica suficiente para se repensar as relações entre Estado, mercado e sociedade” (2002, p.26). Caracterizando-se como principais mecanismos de combate do mundo da vida ao modelo de racionalidade instrumental.

Os indivíduos compartilham tradições, expectativas para o futuro, internalizando alguns valores e princípios, isso, pois fazem parte de uma sociedade, acabando assim por desenvolver identidades individuais e coletivas. A partir disso é que se desenvolvem as instituições responsáveis pela reprodução das culturas, identidades e solidariedades também. São justamente essas instituições que representam a categoria sociedade civil e onde encontramos como característica básica uma práxis comunicativa voltada para o entendimento entre as partes. Sendo essa característica a maior de todas as expectativas da participação popular nos espaços institucionais, aquela onde habita o seu real propósito.

Na relação em que Habermas faz entre sua teoria da Ação Comunicativa e o conceito de sociedade civil, aquilo que chamamos de aparelho estatal deve ser estudado de maneira sistêmica e neutra com relação aos mecanismos que o determinarão. O poder social legislativo, por exemplo, acaba por ser muitas vezes influenciado pela sociedade civil através da esfera pública e, claro, pelo parlamento, tendo como uma das funções da administração pública implementar os resultados do processo legislativo, o que gera resistências dos atores que detém esse o poder social.

Como sintetiza Dultra, esse poder social é autônomo ao poder democrático uma vez que é utilizado para impor a vontade de certas instituições que tem força para influenciar a administração pública. Essas instituições são autarquias, fundações, empresas públicas e de economia mista onde “o poder social age fora do poder democrático e por interesses sistêmicos próprios” (DULTRA, 2006, p. 6). A forma de adesão pela opinião pública por essas instâncias é pelo uso de uma linguagem muito convincente: dinheiro e poder. Podendo ser visto também como a “possibilidade de um ator impor interesses próprios em relações sociais, mesmo contra as resistências de outros. O poder social tanto pode possibilitar como restringir a formação do poder comunicativo” (HARDT, 2001, *apud* DULTRA, 2006, p. 60). As relações econômicas estão muito imbricadas nesse conceito e a superação desse tipo de poder social está ligada a importância da solidariedade que depende da força encontrada na própria sociedade civil.

Para Habermas a sociedade civil tem como dever ético fazer oposição ao poder social do mercado e da burocracia estatal, sendo que o principal elemento que distingue a sociedade civil da esfera pública é o seu aspecto institucional. Ressaltamos com isso a idéia do autor que considera que o poder administrativo é influenciado constantemente pelo poder comunicativo da opinião pública e da sociedade civil (DULTRA, 2006). Essas duas instâncias podem influenciar a agenda estatal, mas não podem se abdicar dela para sua organização e respaldo social e político. Sendo um espaço das pessoas privadas que se articulam em grupos e movimentos sociais para influenciar o poder político do Estado, se alicerçando nos poderes de cidadania à expressão, reunião e associação livres e sem coerção de nenhuma forma.

O núcleo institucional formador da sociedade civil vem das associações e organizações sociais não estatais e sem fins lucrativos que de certa forma reverberam para o restante da sociedade os problemas sociais enraizados nas sociedades contemporâneas, através da esfera pública. Essa esfera não é uma instituição ela representa e se caracteriza por horizontes indeterminados e fluídos, permeáveis de ações e reações, onde, “os fluxos comunicativos são filtrados e sintetizados a ponto de se condensarem em *opiniões públicas*” (HARDT, 2001, *apud* DULTRA, 2006, p. 7). Essa opinião pública pode ser manipulada, mas nunca criada ao bel prazer, ela tem força para legitimar e influenciar o Estado a partir de um bom

argumento e da participação de vários grupos e movimentos sociais da sociedade civil.

2.2 O CONCEITO DE ESFERA PÚBLICA

Um dos fatores decisivos para entendermos a relação entre sociedade civil e o Estado, na teoria deliberativa, é a concepção de esfera pública. Segundo Sergio Costa (1995) esse conceito pode ser entendido de duas maneiras distintas: o primeiro é chamado de modelo funcionalista e o segundo tem o nome de modelo teórico-discursivo¹² (pp. 55– 65). No primeiro modelo a esfera pública é vista como um “sistema intermediário, cuja função política consiste na absorção de temas e opiniões, bem como na transmissão das opiniões públicas que resultam desse processamento, tanto aos cidadãos quanto ao sistema político” (GEHRARDS e NEIDHARDT, *apud*, COSTA, 1995, p. 55). Aqui a esfera pública é vista como mercado de opiniões onde os atores sociais estão em constante disputa por um recurso que é escasso, esse recurso que é chamado de opinião pública.

A opinião pública para os funcionalistas não integra imediatamente a forma de opinião política. É preciso que essa passe por um processo que Costa chama de “*policy process*” que diferencia a formulação pública e apresentação de argumentos sobre uma dada realidade e a formação da opinião pública propriamente, só a partir desse momento essa realidade é absorvida pelo sistema político. A partir desse modelo, para que um problema social se torne público ele depende menos de sua substância e importância do que de fatores prático-estratégicos. Aqueles que têm maiores acessos a recursos comunicativos, indiferente da sua posição ideológica, por exemplo, conseguem mobilizar e ser incorporados na agenda política com mais facilidade do que aqueles que têm um acesso menor aos recursos.

Os atores de articulação desse modelo são chamados de “atores de protestos” que fazem o contraponto aos atores formais da vida política, ou os atores partidários, políticos profissionais. Aqueles atores, como aponta Costa, são os sindicatos, grupos de interesses, movimentos sociais e grupos de protesto e a sua força de organização e sua base de recursos é mais limitada do que a de outros

¹² Vamos tratar dessas duas definições nessa parte do texto que fala sobre a teoria da deliberação, pois elas são importantes para entender o próprio conceito de esfera pública. A esfera pública é um conceito primordial para Habermas em todo o seu conjunto teórico, mas principalmente no livro “Mudança Estrutural da Esfera Pública” (2003).

grupos, grupos de interesse, que mobilizam a opinião pública. Os grupos de interesse se utilizam de vários meios de influência para atingir a opinião pública, como o dinheiro, poder, contatos pessoais, etc. Já os atores de protesto se utilizam da mobilização para atingir os seus objetivos junto a sociedade e a opinião pública. Esse modelo é sistêmico onde a política tem um papel diferenciado dos outros fatores como a economia, sendo que o “sistema político ainda preserva suas funções de direção e coordenação dos demais sistemas” (COSTA, 1995, p. 56).

Já o segundo modelo, chamado de teórico-discursivo foi desenvolvido por Habermas, partindo da crítica ao modelo de uma esfera pública despolitizada, como no modelo funcionalista, pois não fornece um critério normativo plausível sob o qual poderia emergir uma formação discursiva da opinião e da vontade política e se desenvolver legitimidade democrática. Nesta passagem fica clara a explicação do autor sobre o que é a esfera pública para a sua concepção teórica, a esfera pública é a

esfera cujo lócus de organização é o espaço entre a sociedade civil e a autoridade estatal [...] a existência de uma esfera de discussão entre os indivíduos privados e a autoridade estatal implica no estabelecimento de uma polêmica a cerca das características da política em uma esfera que nem é estatal e nem privada [...]. (HABERMAS, 1997, 31 e 32).

A esfera pública, nessa abordagem, tem o papel de protetora e garantidora da manutenção do mundo da vida e a função simbólica de integração social, cabendo à esfera pública ser o espaço social da prática comunicativa, surgindo como uma “zona de conflitos”, que é resultado de princípios opostos de integração social (LUBENOW, 2007, p.112-113).

Como aponta Lubenow, existem dois preceitos teóricos cruciais nessa teoria da esfera pública. Aquilo que Habermas chamará de “função de mediação”, que significa o potencial emancipatório de gerar comunicativamente a legitimidade do poder. E a sua dimensão ambivalente, que é o seu oposto, ou o potencial manipulativo de gerar lealdade pelo poder. Aqui a esfera pública tem a ver com “espaço social” no qual pode emergir uma formação pelo discurso da opinião e vontade política, colidindo em seu entorno conflitos pelo controle dos fluxos comunicativos que atravessam o mundo da vida, a sociedade civil, o sistema político e administrativo da sociedade. A esfera pública é vista como uma “caixa de ressonância” que tem como função “filtrar e sintetizar temas, argumentos e

contribuições, e transportá-los para o nível dos processos institucionalizados de resolução e decisão” (LUBENOW, 2007, p.113). Introduzindo no sistema político os conflitos existentes na sociedade civil, com o intuito de influenciar e direcionar processos que regulam o poder desse sistema. Fazendo isso através de uma abertura estatal que se estabelece através do mundo da vida.

Uma das características da esfera pública então é de ser “um espaço irrestrito de comunicação e deliberação pública, cuja extensão e cujos limites internos e externos não podem ser anteriormente estabelecidos, limitados ou restringidos” (HABERMAS, 1953, p. 435-436 e 452 *apud* LUBENOW, 2007, p.113). Assim o que determina a esfera pública habermasiana, é que esse espaço não pode ser antecipado e a exclusão de temas ou contribuições não acontece. Nessa teoria, esfera pública é um espaço indeterminado quanto aos conteúdos da agenda política e aos indivíduos e grupos que podemos encontrar nela.

Como aponta Raicheles a partir da teoria habermasiana a probabilidade da construção de uma esfera pública ativa politicamente depende de dois pressupostos fundamentais:

[...] da capacidade da esfera pública para reproduzir ao mínimo o conflito estrutural entre pluralidade de interesses (...) o qual dificulta a emergência de um consenso fundamentado em critérios gerais. De outro lado, a possibilidade efetiva de reduzir o poder da burocracia no interior das organizações sociais, cujas decisões não são submetidas ao controle social, o que debilita, dessa forma, o caráter público dessas organizações. (RAICHELIS, 2000, p. 56).

A esfera pública, então, pode ser vista de duas formas distintas, ambas tem suas vantagens e os seus problemas. O modelo funcionalista acaba passando por cima, por exemplo, das “naturezas distintas e os diferenciados graus de enraizamento social dos diversos atores da esfera pública” (COSTA, 1995, p. 63). E já o modelo teórico-discursivo acaba por apresentar problemas quando é para ser utilizado como instrumental para entendermos a dinâmica da esfera pública da maioria dos países democráticos contemporâneos. Uma vez que “a relevância pública dos atores da sociedade civil é devida exclusivamente ao conteúdo e ao apelo argumentativo de suas intervenções (...)” (COSTA, 1995, p. 63).

Como enunciado em artigo de Leonardo Avritzer e Sergio Costa (2004), na última década do século XX, desenvolveu-se uma nova abordagem sociológica da democratização. Nessa abordagem a democracia é resignificada passando a

incorporar os valores democráticos na prática cotidiana, nas relações entre as pessoas, isso é, nas relações sociais e na cultura política das sociedades. Quer-se compreender com essa nova maneira de se estudar a democratização que é na mediação entre o Estado, as instituições políticas e a sociedade que é onde está o “movimento de construção da democracia” a partir de estudos dos modelos concretos de relacionamento entre esses pilares societários. Para esse estudo acaba-se incorporando os conceitos de sociedade civil e espaço público e é importante lembrar que tais categorias não são exclusivas dessa abordagem sociológica, mas sim apresentam usos múltiplos e diversos com uma conotação própria para cada uma das contribuições teóricas em que elas são utilizadas.

A esfera pública, segundo os autores, representa um elemento central e importante no processo de reconstruir a teoria crítica, trazendo a continuação de uma tradição crítica à cultura de massas que se inicia com a Escola de Frankfurt na Alemanha. Essa reconstrução permitiu estabelecer uma nova relação entre teoria crítica e teoria democrática através do caráter normativo desta, produzindo uma mudança efetiva dentro daquela tradição teórica. Duas dimensões do conceito de esfera pública são importantes para eles, a primeira enuncia que há uma nova forma de relação entre a racionalidade e a participação, que chamaram de “argumentativa crítica”, com a organização política no lugar da ação direta. Isso garantiria, segundo os mesmos autores, uma possibilidade de ir além do debate entre os elitistas e os democratas participativos. A segunda aponta para a tensão entre a autonomia da crítica cultural e o caráter comercial do processo de produção cultural (2004, p.704).

Com isso posto eles nos esclarecem que existem duas áreas de investigação sobre o conceito de esfera pública em Habermas que são ao mesmo tempo produtivas e contraditórias. A primeira dessas áreas tem o interesse na compreensão de teorias que tenham a ver com os movimentos sociais e a sociedade civil, iremos chamá-los de “públicos”, partindo da ideia de desenvolvimento de uma esfera que seja dialógica e interativa abarcando os movimentos sociais e associações voluntárias: a) na criação e tematização de novas questões para o debate; b) no estabelecimento de novos fluxos de comunicação e naquilo que chamam de, c) validade moral dos assuntos na arena pública. Já a segunda área do conceito de esfera pública gera o estudo dos meios de comunicação de massas sendo validada no mundo científico e acadêmico a partir da

obra “*Mudança Estrutural da Esfera Pública*” (HABERMAS, 2003). É justamente nessa área, segundo os autores, que se estabelece a emergência da criação e observação posterior de analistas políticos de um espaço de mediação entre a esfera privada e o Estado que se caracterizaria pela discussão livre e racional do exercício da autoridade política pelos atores da sociedade civil.

Para eles há duas mudanças fundamentais nessa segunda área de investigação. A primeira trata da separação entre os interesses que são vinculados a economia doméstica, espaço privado de manutenção da vida social e da subjetividade humana, que trata da capacidade reflexiva dos indivíduos sobre a sua vida e de outros quando os assuntos são de interesses materiais. A segunda está relacionada com a mudança na relação da classe social burguesa com o poder, pois essa classe governante é a primeira da história cuja fonte de poder, nesse caso o dinheiro, é independente do poder estatal localizando-se na esfera privada.

Para os mesmos autores, Habermas quando tematiza a esfera pública em sua obra relaciona-a diretamente com a separação entre aquilo que é público e aquilo que é privado na sociedade contemporânea, pois com a influência maciça e progressiva da sociedade sobre o Estado rompeu com a possibilidade de avanço da era moderna por conta dessa tensão crescente entre o mercado e a esfera pública de interesses (AVRITZER, COSTA; 2004, p.708). Com isso houve a emergência de públicos que discutissem criticamente os meios de comunicação na contemporaneidade, não só os meios de comunicação, que muitas vezes são privados, mas também os modelos de criação e gerenciamento de políticas públicas, por exemplo.

Na continuação da discussão entre Avritzer e Costa sobre a construção do modelo discursivo de esfera pública, eles asseveram que houve uma revisão por parte de Habermas das teses centrais do livro “*Mudança Estrutural da Esfera Pública*”, mas que nessa revisão continua existindo a tese de que o espaço público é a categoria que estabelece a mediação entre a sociedade e o Estado com o seu sistema político (2004, p.711). Essa revisão pode ser entendida a partir de três momentos diferentes. No primeiro momento dela, segundo os autores, Habermas relativiza a sua tese de que os cidadãos, na sociedade de massas, típica de uma concepção moderna de mundo, teriam passado de um estado politicamente ativo,

para um estado privado, se transformando em consumidores de entretenimento em vez de atores da esfera pública.

No segundo momento Habermas diz que a legitimidade política não pode ser, e estar contida, nas vontades individuais dos cidadãos, mas sim na formação da vontade coletiva e da opinião como um processo comunicativo entre os sujeitos na arena política. Esse processo é o que garantiria a mediação entre o sistema político e o mundo da vida dentro da esfera pública. No terceiro momento de revisão das suas teses Habermas, de acordo com seus debatedores, quer demonstrar a ambivalência do conceito de esfera pública, pois nela acontecem tanto os fluxos comunicativos¹³ que se originam no complexo mundo da vida, quanto à lealdade política e a influência do consumo a partir da utilização dos meios de comunicação de massa.

3.3 A RELAÇÃO ENTRE TEORIA E METODOLOGIA NESTE ESTUDO

A partir daqui trataremos de elencar com um mínimo de precisão os pontos teóricos e metodológicos fundamentais para esse trabalho, com o intuito de esclarecer a importância do resgate bibliográfico que propomos no subcapítulo anterior. Os conceitos acima explicitados sugerem aprimoramentos contínuos à teoria deliberativa da democracia, possibilitando alterações, ampliações e acréscimos que permitiriam a conciliação da sua roupagem prescritiva, de um lado, e descritiva, de outro, na compreensão e análise de arranjos participativos reais, como é o caso do Conselho Diretivo da UFPR Litoral.

Essa vertente teórica da democracia tem como ápice para seu surgimento as questões sociais e políticas, a partir da valorização de suas dimensões públicas, e isso estaria ligado ao fato dos espaços públicos ganharem um novo vigor, onde eles estariam aptos a esclarecer os rumos da ação governamental e das políticas públicas.

Esse trabalho tem como interesse analisar o formato deliberativo do Conselho Diretivo da UFPR Litoral sem perder o foco na abordagem clássica¹⁴ de

¹³ Esses fluxos podem ser entendidos como o “conjunto de associações voluntárias desvinculadas do mercado e do Estado que denominamos de sociedade civil” (AVRITZER; COSTA, 2004, p. 715) que trabalharemos no próximo subtítulo desse trabalho.

¹⁴ “a ausência da ideia de esfera pública, central na teoria deliberativa ‘clássica’ como locus privilegiado de formação de uma opinião pública reflexiva que envolve mobilização, tematização e interpretações de diferentes temas, perspectivas e interesses, empobrece [...] a proposta

democracia deliberativa, entendendo-a como aquela proposta por Habermas em sua teoria, mas com importantes acréscimos que a reorientam. A partir disso, privilegio a conexão do desenho participativo e institucional com os conceitos de esfera pública, sociedade civil e ação comunicativa sem deixar de reconhecer os possíveis limites dessa abordagem teórica e conceitual, incorporando novas variáveis tornando-a ainda mais proveitosa para os pesquisadores que se propõem a estudá-la.

É importante destacar que a principal variável dessa pesquisa é o grau de aderência do Conselho Diretivo da UFPR Litoral à democracia deliberativa. Para compreender essa variável tornou-se necessário um estudo de caso, uma vez que se foca em uma comunidade de ensino, pesquisa e extensão a Universidade Federal do Paraná – setor Litoral, sendo esse o único universo estudado. Um estudo de caso “é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos” (GIL, 1999, p.73). Esse estudo de caso, então, está baseado na observação de caráter etnográfico¹⁵ do Conselho Diretivo, para isso a participação como ouvinte nas reuniões que acontecem periodicamente, assim como as entrevistas semi-estruturadas¹⁶ com atores e participantes do Conselho foi uma tarefa muito importante para o presente ensaio.

No roteiro de entrevista semi-estruturada direcionamos o nosso objetivo as perguntas apresentadas no Anexo 2 e para alcançar o principal objetivo desse trabalho o primeiro procedimento utilizado foi o estudo do referencial teórico e bibliográfico sobre o tema, como está fundamentado nesse capítulo teórico, discutindo-o juntamente com os principais debatedores da democracia deliberativa no Brasil. Esse estudo preliminar foi importante para entendermos categorias da

supostamente ‘realista’ de deliberação democrática. Tal esfera, vale lembrar, também faz parte de um sistema maior, caracterizado por diferentes níveis que comportam diferentes tipos de comunicação e ação” (FARIAS, 2010, *apud* HOROCHOVSKI; CLEMENTE, 2012).

¹⁵ A etnografia é a ferramenta metodológica fundamental utilizada nas pesquisas antropológicas, mas nessa pesquisa será utilizada de maneira não convencional, pois se trata de uma pesquisa qualitativa na área da Ciência Política. Não temos a pretensão de desenvolver uma etnografia, mas sim de utilizar alguns preceitos metodológicos da Antropologia como a descrição e a observação densa do cotidiano estudado. Sobre o assunto pesquisar MINAYO, M.C. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2007.

¹⁶ As entrevistas semi-estruturadas com participantes da comunidade acadêmica da UFPR-litoral foi escolhida como parte do arsenal técnico e metodológico uma vez que a pesquisadora encontra-se em constante participação no ambiente estudado. Sobre esse assunto ver MERTON, R.; KENDALL, P., The Focus Interview. The American Journal of Sociology, Vol. 51, nº 6, p. 545-546.

Ciência Política que são fundamentais para esse projeto, como a democracia, a sociedade civil, a questão da esfera pública, entre outros.

O estudo perpassa também a pesquisa documental, uma vez que um dos seus objetivos é estudar e compreender o funcionamento do Conselho Diretivo da instituição através da análise de conteúdo de informações relevantes para o mesmo. A pesquisa documental trás subsídios importantes para esse trabalho, pois, “há de se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos substituem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica” (GIL, 2006, p. 46). O estudo dos principais documentos do Conselho ajudará a captar a dinâmica interna do processo decisório no espaço estudado, a interação entre os envolvidos e o processo histórico desse importante espaço para a comunidade da UFPR Litoral. Partiremos dessa pesquisa para entender a variável grau de institucionalização do Conselho assim, como o estudo de outros documentos históricos publicados em jornais, revistas, documentos institucionais, vídeos, blogs, etc., relevantes que tragam informações sobre o objeto desse estudo.

A observação participante e a entrevista desenvolvida ao longo dessa pesquisa, como instrumental técnico, têm como finalidade descrever densamente o cotidiano desse espaço deliberativo, assim como entender variáveis importantes para a pesquisa¹⁷. A partir da idéia já exposta nesse capítulo sobre a incorporação de novas variáveis ao compêndio da visão clássica da teoria deliberativa da democracia, é que operacionalizaremos os conceitos propostos pela democracia deliberativa, de acordo com as dimensões criadas pelas pesquisadoras brasileiras Claudia Faria e Uriella Ribeiro (2010).

Um desses conceitos é variável institucional, isso é aquela que trata do grau de institucionalização, democratização e representação do Conselho Diretivo. Em outras palavras o seu *desenho institucional*, que perpassa o arcabouço e funcionamento do Conselho, condições de participação ou exclusão dos atores, igualdade de oportunidade para adentrar ao debate público, discussão e deliberação

¹⁷ O roteiro da observação participante encontra-se em anexo. Para dar credibilidade ao processo usei um caderno de campo onde anotava todas as informações que achava relevante a partir desse roteiro pré-estruturado que pôde mudar de reunião a reunião do Conselho. Esse roteiro é bem livre e eu pude escrever nele: falas dos atores e suas expressões corporais, dúvidas enquanto ao processo que estava sendo discutido, relação entre teoria e prática, organização espacial do pleito, número de participantes em cada reunião, situações quanto ao clima institucional, entre outros, que iriam surgindo durante os relatos de campo.

das demandas. Incluindo assim os aspectos que dão “importância para a efetividade, a equidade e a extensão da participação no interior [de instituições participativas], uma vez que ela oferece os parâmetros – regras e procedimentos para a sua atuação” (FARIA; RIBEIRO, 2010, p.5). Por desenho institucional entende-se a organização as regras e procedimentos para a atuação dos atores nos espaços deliberativos. É uma variável importante para entendermos as seguintes perguntas: a) quem participa?; b) que temas discutem e decidem?; c) quando o fazem e com que recorrência?; e também sobre o histórico institucional dos espaços analisados. “Essa variável tornou-se central nas discussões sobre instituições participativas (...) Dado que os desenhos não são neutros, suas escolhas e variações incidem diretamente nesta atuação, produzindo assim, uma série de conseqüências para os resultados da participação” (FARIA; RIBEIRO, 2010, p. 5).

Outra dessas dimensões são as variáveis *contextuais*, que tratam de definir a efetividade da deliberação a partir do grau de associativismo civil dos atores envolvidos no Conselho Diretivo e a conformação política desses mesmos atores que implementaram esse esquema participativo. Podendo também indicar as “características setoriais da política a qual a instituição participativa está vinculada” (FARIA; RIBEIRO, 2010, p. 7), o que é muito importante uma vez que a Política Nacional da Educação brasileira trata da autonomia universitária como um dos pressupostos básicos da gestão das universidades e institutos públicos.

A terceira e última dimensão *política* com a qual analisaremos o alcance de duas variáveis a representação e a participação social desses atores, isso é, tentaremos, nesse espaço, compreender a interação entre as práticas associativas, políticas e culturais que determinam não só o sucesso da instituição participativa, mas a escolha do próprio desenho institucional.

Essa pesquisa busca fazer uma análise do formato deliberativo do Conselho Diretivo da UFPR Litoral tentando assim compreender o que a literatura chama de grau de institucionalização e de deliberação a partir dos pressupostos teóricos da ação comunicativa. É importante indicar e compreender as limitações dessa abordagem e a probabilidade da incorporação de novos elementos que a ajudem a torná-la mais fecunda empiricamente. Procuramos com o nosso trabalho gerar e estabelecer uma escala normativa, que nos ajude na compreensão da experiência participativa do Conselho Diretivo do setor, aferindo o quanto a experiência se

aproxima ou se afasta dos pressupostos teóricos da democracia deliberativa, tal como se teorizou no capítulo anterior.

Priorizamos o exame dessa instituição, pois ela apresenta características importantes da teoria deliberativa, como, para citar uma apenas, a presencialidade dos atores nas tomadas de decisão na arena pública, permitindo a comunicação face a face entre os participantes. Portanto nesse trabalho só analisamos o espaço do Conselho Diretivo, sem levar em conta outros arranjos participativos organizados pelos mesmos atores no mesmo espaço físico e político que é a UFPR Litoral, ou que se operem em ambientes virtuais como a internet.

As dimensões que foram apresentadas durante o capítulo e que ajudam nas análises do processo deliberativo do Conselho Diretivo formam um roteiro (Anexo 3), onde “cada uma das dimensões [se compõe de] duas ou mais variáveis, cuja mensuração se deu por meio da constatação, [...] da presença (fraca ou forte) ou ausência de elementos que, segundo nosso entendimento, são constitutivos da democracia deliberativa” (HOROCHOVSKI; CLEMENTE, 2012, p. 10).

Este roteiro nos permite quantificar o desempenho da instituição do Conselho Diretivo da UFPR Litoral uma vez que gera pontos para cada uma das dimensões constitutivas da democracia deliberativa que foram trazidas até o momento. Quando as variáveis dessas dimensões estiverem ausentes a pontuação será nula. Para a presença forte das variáveis atribui-se dois pontos, e para a presença fraca, de alguma das variáveis, atribui-se um ponto. Pode-se perceber que do conjunto de três dimensões teóricas analisadas, desenvolveu-se oito variáveis e dessas construiu-se um índice denominado IDD – Índice de Democracia Deliberativa (HOROCHOVSKI; CLEMENTE, 2012, p. 11). Esse índice é composto por uma escala de dezesseis pontos para todas as variáveis e quanto mais próximo desse índice, maior o grau de aderência do Conselho Diretivo da UFPR Litoral à democracia deliberativa.

3.4 ANALISANDO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E A LDB: O QUE ESSES DOCUMENTOS NOS TRAZEM DE SIGNIFICATIVO SOBRE A GESTÃO PARTICIPATIVA UNIVERSITÁRIA?

A partir da Constituição Federal de 1988 entende-se, em linhas gerais, que a educação é um direito socialmente definido sendo fundamental para a garantia dos direitos humanos, fazendo parte do rol de direitos subjetivos do cidadão brasileiro (como está contido no parágrafo segundo do Artigo 208) frente ao Estado Nacional. Garantindo assim meios de conferir efetividade aos preceitos legais e constitucionais sobre o assunto. Como nos indica Raposo,

O tratamento constitucional do direito à educação está intimamente ligado à busca do ideal de igualdade (...). Os direitos sociais abarcam um sentido de igualdade material que se realiza por meio da atuação estatal dirigida à garantia de padrões mínimos de acesso a bens econômicos, sociais e culturais a quem não conseguiu a eles ter acesso por meios próprios. Em última análise, representam o oferecimento de condições básicas para que o indivíduo possa efetivamente se utilizar das liberdades que o sistema lhe outorga. (RAPOSO, [20-], sem pág.).

Com isso posto mais precisamente no seu capítulo III Artigo 205, podemos compreender normativamente a educação no Brasil como um dever estatal e familiar, devendo ser incentivado pelo conjunto da sociedade. O mesmo Artigo estabelece para a educação três metas importantes: a) o pleno desenvolvimento humano da pessoa, entende-se, a realização plena do ser humano; b) o preparo para o exercício da cidadania, isto é, inserir o cidadão no contexto do Estado Democrático de Direito e c) a qualificação para o trabalho. Com isso a educação representa tanto a força motriz do desenvolvimento individual do cidadão, como da própria sociedade em que esse está inserido.

Sobre o ensino, esse deve ser pautado com base nos princípios de igualdade de condições para o acesso e permanência em seus espaços, com a coexistência de instituições públicas e privadas, sendo garantida a gratuidade e, o que mais nos interessa nessa análise, a gestão democrática do ensino em âmbito público (art. 206, incisos I a VII). O artigo 207 é o mais importante para esse trabalho uma vez que aponta, deixando claro, que as universidades brasileiras têm autonomia para gerir os seus aspectos didático-científicos, administrativos e de

gestão financeira desde que não descumpram com o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A minha hipótese é que a partir desse enunciado, em particular, sejam possíveis novos desenhos institucionais que visem garantir a participação e a deliberação de qualidade de um grupo amplo de cidadãos em arenas discursivas nas próprias instituições com o objetivo de garantir autonomia¹⁸ universitária, pelo menos em seu aspecto político institucional. Possibilitando juridicamente a auto-organização dessas instituições educacionais, desde que essas não firam os preceitos jurídicos constitucionais. A autonomia geraria uma série de benefícios como a construção de uma identidade política própria dessas instituições em seus setores, campus, coordenações, entre outros, sendo imprescindível para as universidades gerar vínculos importantes com a sociedade, tornando-a ainda mais responsável pelos seus deveres em potencial. “Parece ser consenso, portanto, que o direito à autonomia não a libera de uma certa vinculação ou mesmo prestação de contas à sociedade. Daí a expressão, já bastante comum nos meios acadêmicos, de que autonomia não é soberania” (MANCEBO, ano?-).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi instituída no governo de Fernando Henrique Cardoso pela Lei 9.394/96 de 20/12/1996 e tem por objetivo estabelecer os rumos da educação no território brasileiro, definindo também, como é de sua alçada, as diretrizes e bases do ensino superior no Brasil.

Esse documento tem os seus prós e seus contras quando o assunto é o ensino superior. Sendo um instrumento jurídico muito importante para esse campo na nossa sociedade, ele aponta uma série de paradigmas para o ensino superior que passam, por um lado, por novos processos de descentralização e flexibilização da administração pública que gerou, por exemplo, o Conselho Nacional da Educação (CNE) que caminha como um importante definidor e fiscalizador das políticas públicas na área da educação. E por outro lado novas formas de controle e padronização utilizando-se de processos avaliativos como o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENAD) para testar os desempenhos dos futuros profissionais e rotular as universidades.

¹⁸ Entendemos autonomia nesse trabalho a luz dos estudos de Mancebo a partir de Ranieri que afirma que essa significa autonormação onde “o direito da universidade regular, com normas próprias, situações intencionalmente não alcançadas pela lei, tendo em vista garantir e proteger os interesses para os quais existe, qual seja, o ensino, a pesquisa e a extensão. Deste modo, conforme o constitucionalmente determinado, a universidade torna-se uma instituição normativa, produtora de direitos e obrigações” (MANCEBO, ano?-).

Esse documento não define, se reportando de uma forma genérica, aos tipos de instituições, isso é, a distinção da instituição de educação superior e a universidade. Incorporando assim as atribuições de autonomia própria somente a instituições que se definem como universidades. Pode-se compreender a partir disso que outros espaços como fundações de ensino superior, faculdades, institutos, entre outros, não alcançam esse status autônomo do qual tratamos acima (Art. 53).

Procurando sempre ferramentas que nos ajudem a compreender a questão da gestão universitária encontramos no Art. 56 da LDB um bom argumento jurídico para a exigência de participação e deliberação política nessas instituições. Esse artigo promulga o seguinte: as instituições públicas de ensino superior devem obedecer ao princípio de gestão democrática assegurando a existência de órgãos colegiados deliberativos. Dando um peso importante para o estudo que defendemos, uma vez que vem assegurar justamente o nosso objeto de pesquisa.

O parágrafo único que vem após o Artigo 56 da LDB nos mostra um aspecto interessante dessa lei, e que pode descaracterizar o caráter paritário desses órgãos. Nesse ponto do documento, os docentes podem em casos determinados como mudança de dirigentes e substituição de estatutos e regimentos ocupar setenta por cento (70%) dos assentos nessas instâncias deliberativas. Demonstrando que a comunidade acadêmica como um todo não foi considerada nesse documento, gerando assim, uma assimetria de poder considerável entre os técnico-administrativos, os docentes, os discentes e a sociedade civil organizada, quando o assunto é democratizar a universidade pública brasileira.

Outro aspecto interessante e que está implícito nesse documento é a natureza representativa desses órgãos colegiados. Quando a lei discute que “os docentes ocuparão setenta por cento *dos assentos* em cada órgão colegiado e comissão” (BRASIL, 2012, p. 43), entende-se que a preferência a colegiados com representantes de cada categoria é a norma e a regra, e que a participação direta dos envolvidos ficará em segundo plano. É importante esclarecer que a partir da teoria deliberativa essa participação direta é a mais aceitável uma vez que se trata de uma comunidade extremamente complexa, onde os atores sociais têm várias opiniões diferenciadas sobre os assuntos e sobre a política institucional das suas instituições de ensino.

De acordo com “UNB Agência” houve uma modificação substantiva quanto a esse assunto nas ultimas eleições para a Reitoria das instituições de ensino federais brasileiras. De acordo com o site da instituição

Das 54 universidades federais brasileiras, 37 delas (68% do total) adotam modelo paritário nas eleições. Segundo levantamento realizado pela UnB Agência, apenas 16 universidades usam o modelo proporcional, onde os votos dos professores têm 70% do peso total, enquanto alunos e servidores têm 15% cada [...] ‘Acho que a alta adesão das universidades federais ao modelo paritário reflete a legitimação do princípio da autonomia universitária’, avalia o reitor Edward Brasil, que está em seu segundo mandato à frente da Universidade Federal de Goiânia (UFG). Na maior e mais antiga universidade federal do Brasil, a do Rio de Janeiro, o modelo paritário é adotado desde a redemocratização do país, no final dos anos 80. (UNB AGÊNCIA, 2012).

Mostrando uma possível mudança no rumo da escolha dos dirigentes dessas instituições em todo o território nacional. A pergunta que faço é se esse processo é apenas na escolha dos Reitores, ou se ele se constitui nos próprios Conselhos Gestores das instituições que são os órgãos deliberativos e consultivos das Universidades e Institutos Federais espalhados por todo o Brasil? Acredito que essa mudança de paradigma se dará gradualmente com a incorporação de novos desenhos institucionais, como é o caso da UFPR Litoral e que será debatido mais adiante, a partir de pressões populares das categorias dos técnico-administrativos e discentes ao longo dos anos. É bem provável que a UFPR discuta ainda esse ano através de uma Comissão formada por membros do COUN seu modelo de gestão incorporando a paridade unificada em seus Conselhos Deliberativos, revendo o Estatuto e o Regimento da Universidade que são instrumentos legais datados na década de 1970 em plena ditadura militar.

4 CONHECENDO OS DADOS COLETADOS: ÍNDICE DE DEMOCRACIA DELIBERATIVA DO CONSELHO DIRETIVO DA UFPR-LITORAL

O Conselho Diretivo do Setor Litoral da UFPR tem um claro viés político, por isso frisa-se que compreender a qualidade da participação dos atores nessa arena social é muito importante para o desenvolvimento e aperfeiçoamento desse mecanismo de poder instituído nessa unidade universitária. O uso de uma teoria que principia a racionalidade deliberativa como uma ferramenta útil no estudo da gestão universitária, pautando-se na autonomia dessas instituições frente à sociedade, como está posto na lei, é o que nos ajuda a clarificar o papel dos cidadãos atores em debate nessa arena discursiva, a partir do estudo do Conselho Diretivo da UFPR Litoral. Apreende-se a partir do cotidiano do Conselho que a análise dos fluxos discursivos e do comportamento dos atores é relevante quanto se pretende construir explicações sobre a dinâmica institucional e política de órgãos socialmente úteis, como é a universidade, para a dimensão dos direitos subjetivos dos cidadãos brasileiros e que isso pode ser explicado normativamente a partir das dimensões, já retratadas, da democracia deliberativa.

O Conselho Diretivo é uma instância fundamental para expressar e reiterar os princípios ideológicos da UFPR Litoral presente em seu Projeto Político Pedagógico¹⁹ (PPP), uma vez que garante a participação e a deliberação dos assuntos pertinentes ao setor a uma variedade de atores políticos que influenciam a gestão e a organização política da comunidade universitária. Com o advento de novas formas de gestão e deliberação universitárias é possível a horizontalidade do processo de participação, deliberação e institucionalização política das demandas existentes dentro das instituições universitárias no território brasileiro e esse Conselho pode ser visto como um avanço singular nessa direção.

Esse fator é o que motiva o estudo dessa dinâmica dentro do espaço do Conselho Diretivo da UFPR Litoral, uma vez que essa é uma nova área de pesquisa para o campo da democracia deliberativa e da Ciência Política como um todo no Brasil. Outro fator determinante para essa pesquisa é que não há nenhum outro estudo dessa magnitude sobre o objeto de estudo delimitado, uma vez que esse é um modelo novo discutido dentro do Projeto Político Pedagógico e Institucional

¹⁹ Que pode ser encontrado em: <http://www.litoral.ufpr.br/sites/default/files/PPP%20-%20UFPR%20-%20LITORAL.pdf>

desse setor da Universidade Federal do Paraná. Acredita-se que a partir desse estudo serão formuladas novas propostas para a gestão democrática dentro do serviço público brasileiro, principalmente dentro das universidades. Sendo algo imprescindível para viabilizar novas tomadas de decisão que visem atender o objetivo democrático, principalmente da democracia deliberativa.

A análise de como se dão as reuniões do Conselho Diretivo da UFPR Litoral é importante para entender se o que está posto nas diretrizes do Projeto Político Institucional da instituição está sendo, de fato, priorizado. E de uma maneira onde os pressupostos democráticos de participação e de deliberação principalmente, estejam sendo alcançados e potencializados na dinâmica da gestão organizacional. E espera-se ao final do processo de pesquisa, que essa tese não se dissolva, provando a existência de novas formas de resolução de problemáticas organizacionais horizontais, onde a participação de todos os envolvidos na tomada de decisão institucional é de crucial importância.

A partir daqui analiso cada uma das variáveis presentes na tabela 1 desse trabalho, para no final do capítulo que ora apresento gerarmos o “Índice de Democracia Deliberativa” do Conselho em voga. Usarei então, como base analítica, partes das entrevistas semi-estruturadas²⁰ com dezoito atores da comunidade acadêmica que foram devidamente gravadas e transcritas. A composição dos entrevistados está assim dividida: a) cinco técnicos administrativos de carreira que trabalham no setor; b) oito docentes alocados na UFPR Litoral e c) cinco discentes que estudam no setor e que podem estar cursando tanto cursos de graduação e tecnologia, quanto de especialização na instituição²¹. Nesse trabalho compreendi que seria melhor não divulgar a qual categoria – discente, docente e técnico – o indivíduo pertence, pois gostaríamos de manter o anonimato dos participantes da entrevista. Pensei em trazer as falas das pessoas unicamente, a partir do meu trabalho e da sua construção teórica sem dar nomes a nenhum ator em sua singularidade e particularidade por conta do constante envolvimento da pesquisadora com o seu objeto de pesquisa.

²⁰ Lembrando que as dez perguntas que fizemos aos nossos entrevistados encontram-se em um de nossos anexos, elas têm a ver com as variáveis de análise apresentadas no capítulo teórico-metodológico.

²¹ Devo resaltar nesse ponto do trabalho que cada transcrição das entrevistas é uma letra do alfabeto, a primeira transcrição que fiz é o primeiro entrevistado que receberá sempre que aparecer no trabalho a letra “A” e será reportado, a partir da nomenclatura “Participante A” e assim sucessivamente, até chegar ao meu último entrevistado que intitulei de “Participante R”.

Essa análise também será feita através daquilo que intitulei de observação de caráter etnográfico, que fiz durante um ano e meio das reuniões do Conselho Diretivo, totalizando mais de quinze encontros do Conselho e também é claro de documentos institucionais e não institucionais. Passo agora a analisar as variáveis de cada uma das dimensões aqui em voga.

5.1 DIMENSÃO DESENHO INSTITUCIONAL

5.1.1 ARCABOUÇO INSTITUCIONAL E DE FUNCIONAMENTO

5.1.1.1 Histórico Institucional do Surgimento e Desenvolvimento do Conselho Diretivo e de sua importância para o processo político da UFPR Litoral

Para relembrar o histórico dessa instituição levantarei as falas de alguns dos meus entrevistados sobre esse assunto.

Em 2005 quando nós começamos os trabalhos aqui, alguns professores já estavam nomeados na carreira da EBTT [...] E começamos a nos reunir em algo que ficou conhecido como 'Ambientação' e essas reuniões eram para todos os concursados. Já em 2006 nós começamos a nos reunir em sala para discutir as problemáticas oriundas do semestre com professores e voluntários que antecederam a nossa chegada e com os professores que estavam chegando naquele momento, muitos eram voluntários porque a posse dos servidores administrativos de carreira aconteceu em 9 de março de 2006, mas nós já estávamos aqui e essas reuniões começaram a ser rotineiras mesmo sem que muitos cursos ainda não tivessem sido implementados. (PARTICIPANTE O).

A partir dessas reuniões de ambientação foi se criando a necessidade de um fórum deliberativo para os encaminhamentos do *campus* litoral, nessa época as Câmaras Pedagógicas dos Cursos ainda não existiam, o que existia era um coletivo maior que ainda não se constituía como Conselho Diretivo. Nesse momento a comunidade acadêmica começou a fazer alguns grupos de estudos para gerir o *campus* da maneira mais responsável possível, mas mesmo assim a comunicação e a participação dos atores responsáveis ainda não era efetiva. De acordo com o relato do “*Participante Q*”

nós precisávamos estabelecer um nome para essas reuniões e como nós ainda não éramos setor eu comentei [...] que quando a escola técnica ainda

não era um setor da UFPR ela tinha um Conselho Diretor e daí se estabeleceu esse Conselho Diretivo. É importante dizer que nos outros setores da universidade o nome que se dá para essas reuniões é Conselho Setorial e por nós, na época, não sermos um setor ficou estabelecida essa nomenclatura. E isso se estabeleceu no início de 2006, eu não sei te dizer a data certinha, mas desde que começamos aqui já existia um esforço coletivo nesse sentido. Isso ficou conhecido como Conselho Diretivo e sempre nos deu um certo respaldo legal enquanto instituição que permanece até hoje. (PARTICIPANTE Q).

O objetivo do Conselho Diretivo é dar transparência as informações e poder possibilitar a participação da comunidade acadêmica e dos atores associados a comunidade externa. Podendo ser entendido como um espaço

Para a gente fazer uma discussão pedagógica, uma discussão também é, das estruturas, ou seja, das questões a serem tomadas, o que [deve] ser feito, tomada de decisões mesmo sobre as funcionalidades, os encaminhamentos do ponto de vista administrativo também. Estávamos em um momento inicial e isso exigia uma construção, não só do ponto de vista, por exemplo, da estrutura, estrutural, porque não existiam os prédios, as salas, biblioteca e uma série de outras estruturas necessárias para o trabalho, como assim também o espaço para a gente discutir uma proposta que vinha sendo tratada como uma proposta inovadora, que na época, pelo menos, eu não compreendi na sua plenitude, na sua audácia [...]. Nesses momentos iniciais esse espaço servia muito para a gente através dos discursos ir nos colocando, vamos dizer assim, entrando nesse universo. Nesse universo novo e tentar compreender quais são os fundamentos que estavam ali, quais são realmente os fundamentos teóricos nesse caminho epistemológico de uma construção de uma outra educação [...]. (PARTICIPANTE F).

Acabando por ser um espaço em sua concepção original, onde se discutiam vários elementos institucionais, desde a parte administrativa, até o pedagógico. Essa origem partiu dos princípios de formação e de auto-formação daqueles que chegavam e se ambientavam ao espaço da UFPR Litoral, era evidentemente também um espaço de condução do trabalho institucional que orientava professores e técnico-administrativos nessa nova realidade do trabalho coletivo.

Nós colocávamos todo esse empenho, era realmente um empenho emocional, nós nos dedicávamos para além de uma abordagem racional ou estruturalista, ou enfim, tentando tomar as decisões mais administrativas, nós colocávamos uma coisa além disso. Posso dizer que colocávamos uma concepção de sociedade, uma concepção de educação, uma concepção de envolvimento de outro tipo de desenvolvimento, que no meu caso eu trabalhava com essas abordagens, então eu, politicamente assumia esse contexto. Eu acreditava muito nesse espaço, assim, no espaço coletivo de construção e acredita sinceramente nele (PARTICIPANTE R).

Como disposto no Estatuto da Universidade Federal do Paraná, Artigo 34 (UFPR, 1954), todos os setores da UFPR devem apresentar um Conselho Setorial, garantindo que todas as unidades da UFPR tenham instâncias deliberativas com poder de decisão sobre suas ações, então por menor que seja a unidade ela terá algum tipo de Comitê Gestor que gerenciará os trabalhos administrativos e pedagógicos da instituição.

É interessante perceber o que são esses “Setores da UFPR”, eles se equivalem as Faculdades, Centros de Estudos, Institutos e Escolas sendo essas as nomenclaturas mais usuais desses órgãos em outras Universidades Federais do país. Por exemplo, na Universidade Federal do Rio de Janeiro existe o Centro de Filosofia e Ciências Humanas (FCCH) onde dentro dessa instituição está contido o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), no qual se encontra o curso de Graduação em Ciências Sociais. Já na UFPR existem 14 setores, os dois últimos por sinal muito recentes aprovados pelo Conselho Universitário em 27 de novembro de 2012. Irei exemplificar apenas dois deles: o Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, conta com os seus diversos Departamentos como o Departamento de Graduação em Ciências Sociais e o Setor Litoral, conta com as suas devidas Câmaras dos Cursos. Trago essas informações apenas como um conhecimento a mais para os leitores entenderem essa nomenclatura utilizada pela UFPR para designar a sua configuração organizacional baseada em Setores e Departamentos e com o advento da UFPR Litoral suas Câmaras dos Cursos.

A UFPR Litoral teve que se reportar a Reitoria da Universidade de alguma maneira e por isso é criado o Conselho Diretivo²², mas as reuniões desse coletivo só foram ter status de Conselho com autonomia administrativa para poder deliberar sobre suas ações a partir de 5 dezembro de 2007, quando a UFPR Litoral passou a ser o 12º setor da UFPR²³. Essa passagem foi acompanhada pela equipe de “Comissão de Avaliação da UFPR Litoral”, criada pela Resolução nº 18/07 em 27 de

²² É importante dizer que na legislação da UFPR como um todo é usado o nome de “Conselhos Setoriais” para se reportar as instâncias deliberativas de cada setor. O Conselho Diretivo da UFPR Litoral é o único que explicita em seu Regimento Interno o termo “Conselho Diretor” para se reportar ao seu Conselho. É interessante notar que em todo esse trabalho uso o termo Conselho Diretivo, pois encontrei esse termo em vários documentos da Direção do setor quando ela menciona o Conselho, sendo usual esse termo entre a comunidade acadêmica. O que acontece então é que no Regimento que está em fase de aprovação pelo Conselho Universitário (COUN) o termo utilizado é “Conselho Setorial”, mas os atores sociais reconhecem no cotidiano institucional o seu conselho como sendo o “Conselho Diretivo”, por isso uso essa nomenclatura durante todo o trabalho.

²³ Como explicitado no Estatuto da UFPR, artigo 10, parágrafo 2. Incluído pela Resolução nº 121/07-COUN de 5 de dezembro de 2007, publicada em 11 de dezembro de 2007.

junho de 2007, que era formada por alguns membros da antiga Comissão de Acompanhamento²⁴, ganhando a partir dessa data novos participantes incluindo discentes da instituição (UFPR Litoral, 2008). Antes dessa mudança significativa para seu desenho institucional, a UFPR Litoral era considerada um Órgão Suplementar da Universidade, juntamente com o *campus*, agora setor, de Palotina e o Centro de Estudos do Mar (CEM), por exemplo, e se reportava à Reitoria servindo à Universidade nos programas de ensino, pesquisa e extensão e era competido ao Reitor da instituição designar seus diretores.

A partir dessa passagem de *campus* universitário para setor é que foi possível dar posse a Diretoria do setor UFPR Litoral no dia 15/04/2008. Esse processo de escolha dos dirigentes institucionais no setor aconteceu no final do ano de 2007, contando com chapa única formada por um diretor geral e sua vice-diretora e todos os membros da comunidade universitária que quiseram participar puderam fazer parte da Consulta Pública. Em 2012, depois de quatro anos, houve nova Consulta Pública para a direção do setor litoral. Essa Consulta foi organizada por uma “Comissão Organizadora do Processo de Consulta Pública” para o mandato 2012-2016 – ela era formada por servidores da instituição e discentes da mesma, sendo três integrantes para cada categoria, um dos membros docentes era o Presidente dos trabalhos - que construiu o Regimento da Consulta Pública, esse processo político institucional aconteceu no dia 29 de março de 2012 (UFPR LITORAL, 2012).

Essas eleições contaram com duas chapas, a primeira dessas chapas, intitulada “Pela Cidadania plena no Litoral do Paraná”, era formada por três membros da situação – dois professores como Presidente e Vice-presidente (que também viria ser o diretor administrativo) e um técnico administrativo na direção pedagógica. A chapa da oposição tinha como nome “UFPR para Todos” e também era formada por três membros – dois professores como Presidente e Vice-presidente (concorrendo a diretora pedagógica) e um técnico-administrativo na direção administrativa.

A partir da composição dessas duas chapas aconteceu no setor o processo de campanha eleitoral, durando cerca de duas semanas, com a organização de um debate público entre os concorrentes organizados pelos discentes da instituição. De

²⁴ Que será mencionada novamente em outro espaço de análise dessa pesquisa.

acordo com documentos oficiais da “Comissão Organizadora do Processo de Consulta Pública” datado de 30 de março de 2012, “a Consulta Pública teve o processo de votação ocorrido normalmente, das 09h00min às 22h00min. Contudo, cumprindo o que determina o Mandado de Segurança nº 5014189/75.2012.404.7000/PR, a apuração dos votos não foi realizada e as três urnas utilizadas foram entregues intactas ao Núcleo de Concursos da UFPR em malotes e com lacres numerados” (UFPR Litoral, 2012).

O mandado de segurança foi expedido pela Justiça Federal, um dia antes da Consulta Pública, por conta de uma denúncia feita pela Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná (APUFPR), por conta da participação dos funcionários terceirizados no pleito em questão, esse mandado de segurança endereçado a Comissão Organizadora apontava que essa:

[adotasse] as medidas necessárias para que na escolha da Direção da UFPR Setor Litoral [fosse] providenciada uma urna separada para a coleta dos votos dos servidores terceirizados. A fim de não se conhecer o impacto deste contingente no resultado da votação, até ulterior deliberação deste juízo, notadamente após a vinda das informações fica impedida a apuração dos votos de quaisquer das urnas. (UFPR Litoral, 2012).

A Comissão Organizadora acatou o pedido da Justiça e as urnas pós-votação ficaram lacradas até segunda ordem no Núcleo de Concursos (NC) da instituição. A decisão da Justiça Federal foi pela não validação dos votos dos funcionários terceirizados nessa Consulta Pública, que foram incinerados de acordo com a proposição desse órgão, e no dia 18 de abril de 2012 os votos dos técnico-administrativos, docentes e discentes foram computados dando a vitória para a chapa da situação, que contava na época (até hoje) com a figura da Direção Geral do setor para a continuação de seu cargo. Os números de votantes aptos em todas as categorias, tirando os votos dos terceirizados que foram computados, mas não utilizados no pleito de votação, refletem uma ampla participação da comunidade acadêmica: 90% dos técnicos administrativos (73 votaram na chapa da situação e 8 na chapa de oposição), 85% dos servidores docentes (44 votaram na chapa da situação e 49 votaram na chapa de oposição) e 63% dos estudantes (529 votaram na chapa da situação e 399 votaram na chapa de oposição), votaram nesse processo de Consulta Pública.

É interessante analisar esses números uma vez que percebemos um percentual grande de técnico-administrativos votantes na chapa da situação, uma

das hipóteses da qual eu corroboro é que eles puderam ter tido influências nessa votação das deliberações das reuniões, que antecederam a Consulta, do Grupo de Estudos e Trabalhos dos Servidores Técnico-Administrativos (GTEST)²⁵, por isso esse número tão expressivo de votos para a chapa “Pela Cidadania plena no Litoral do Paraná”. Já entre os docentes tivemos nesse pleito um quase empate, uma vez que essa categoria na instituição, e para mim isso fica bem claro nas reuniões do Conselho Diretivo, aponta para uma dicotomia entre a situação e a oposição política do setor. O voto dos discentes foram os mais surpreendentes dando vitória a chapa da situação, mas a chapa “UFPR para todos” conquistou quase 43% do total de votos válidos, mostrando que essa categoria da comunidade acadêmica está bem dividida entre a oposição e a situação em processos de escolha institucional desse caráter.

A partir dessa Consulta Pública no dia 26 de maio de 2012 a nova chapa da situação é empossada pelo Reitor da Universidade, dando um novo caráter para as Direções de Setores da UFPR. Digo isso, pois a partir do Regimento Interno e do Organograma funcional do setor²⁶ - não aprovado pelo COUN da instituição - da UFPR Litoral foi possível à ascensão de um novo ator na Direção da Instituição, agora o poder institucional desse setor é tripartite e garante a participação de um técnico-administrativo em sua constituição. Mesmo com essa não aprovação do Regimento no COUN a Reitoria da instituição seguiu a decisão regimental organizada como uma das pautas do Conselho Diretivo da UFPR Litoral, essa resolução é um grande motivo da importância de espaços com fluxos contínuos de deliberação participativa nas instituições públicas, pelo seu caráter de constante mudança nas regras e normas geradas por esses espaços. Por mais que o Regimento Interno, que será tratado com mais detalhamento nos próximos subcapítulos, ainda não esteja devidamente aprovado pela instância superior da UFPR, as suas premissas de criação de mais uma direção para o setor litoral foram acatadas pela Reitoria e pela instituição em si. Esse pequeno histórico institucional surge como apêndice a explicação dessa variável analítica, uma vez que retoma os principais acontecimentos políticos do setor em voga, dando mais clareza aos leitores desse trabalho sobre a sua importância para a política institucional.

²⁵ Grupo Institucional que será explicado mais adiante.

²⁶ Anexo 4 e 5 respectivamente.

5.1.1.2 Critérios e procedimentos de Participação no Conselho

Uma das principais características do Conselho Diretivo da UFPR Litoral são as suas reuniões periódicas, semanais até meados do segundo semestre de 2011, e no seu cotidiano atual, anterior à greve de maio de 2012, quinzenais, que delimitam as problemáticas a serem debatidas para o bom funcionamento da instituição e que são fixadas em calendário próprio aprovado anualmente em sua Semana de Planejamento. Elas também podem ter caráter especial como mencionado no Artigo 9º de seu Regimento Interno que estipula reuniões extraordinárias e solenes.

No mesmo Regimento Interno, Artigo 5º, está estipulado que a participação no Conselho Diretivo se dará de forma paritária, isso quer dizer que as decisões políticas do setor serão tomadas por sua diretoria composta pelo Diretor Geral, Diretor Pedagógico e Diretor Administrativo que estiverem na reunião; por todos os servidores docentes ativos na instituição na proporção de 1/3 do total de membros do Conselho que estiverem presentes na reunião; por todos os servidores técnico-administrativos ativos na UFPR Litoral na proporção de 1/3 do total de membros do Conselho que estiverem presentes na reunião; e pelos representantes do corpo discente em todos os níveis educacionais também na proporção de 1/3 dos membros do Conselho que estiverem presentes na reunião.

É importante trazer a tona as especificações da paridade, segundo Nancy Fraser duas condições são imprescindíveis para que haja paridade participativa: a) uma condição objetiva – “a distribuição dos recursos materiais deve se dar de modo que assegure aos participantes [da interação social] independência e voz”; e b) uma condição intersubjetiva – “os padrões institucionalizados de valoração cultural devem expressar igual respeito a todos os participantes e assegurar igual oportunidade para alcançar estima social” (FRASER, 2001, p.29). Nesse sentido, a alternativa capaz de aprofundar a noção de paridade participativa é tornar explícitas as desigualdades, assumi-las, tematizá-las publicamente e não simplesmente imaginar que estariam suspensas no espaço público (FRASER, 1997, p.79).

Pode-se afirmar, assim, que Fraser olha para as diferenças (culturais, étnicas, de status, etc) sob dois focos: a) o da esfera pública – neste espaço, contrariamente ao que sustenta a teoria habermasiana, a autora acredita que as

diferenças entre os parceiros da interação não devem ser suspensas ou ignoradas, como se eles fossem iguais, mas sim explicitadas, tematizadas publicamente, e nesse ponto concordo com a autora, uma vez que se o processo é paritário e todos aqueles que queiram participar podem fazê-lo, certas diferenças culturais e de discursos aparecerão no pleito; e b) o da justiça social – aqui, a questão da diferença liga-se, de modo mais próximo, ao tema do reconhecimento: deverão ser empregados remédios contra déficits de reconhecimento sempre que às diferenças exibidas pelos sujeitos corresponderem padrões de valoração simbólica que oprimam, subordinem ou desprezem identidades específicas.

Como estipulado no Parágrafo 2º do mesmo artigo regimental, o Conselho irá solicitar aos estudantes a indicação de seus representantes para um mandato anual, permitida uma recondução. O interessante é que essa solicitação pelo menos a partir das minhas observações não foi implementada, ficando a cargo dos estudantes essa participação que no caso da realidade do Conselho pode acontecer de uma maneira quase universal. O que é muito salutar uma vez que quem se interessar pela pauta pode participar de forma organizada – a partir de um coletivo, centro acadêmico, Diretório Central dos Estudantes (DCE) – ou individualmente pedindo direito a fala e deliberando a partir do voto. No Brasil a representação estudantil em espaços de tomada de decisão nas universidades e instituições públicas de ensino superior é feita, na grande maioria das vezes, por representantes do Diretório Central dos Estudantes, ou de centros e diretórios acadêmicos, fazendo com que a participação se restrinja a um número pouco expressivo de estudantes.

Sobre isso o “*Participante J*” relata o seguinte:

A gente tem esse direito de se organizar e participar das reuniões e deliberar pelos nossos interesses [...] porque se a gente consegue mobilizar um grande grupo de estudantes maior do que o de técnicos e de professores a gente vai ter peso e voz para votar e decidir um por um, mas na época [dos trabalhos de criação do Regimento Interno] muitos professores não gostaram muito dessa ideia da paridade qualificada justamente por conta do peso que os estudantes conquistariam no Conselho. Mas se a gente conquistou essa paridade aqui no Conselho Diretivo da UFPR Litoral e na Reitoria [nas últimas eleições para Reitoria da UFPR no ano de 2012] não vejo nenhum problema dos votos serem universais com paridade para as três categorias até porque não é em todas as reuniões do Conselho que vão aparecer todos os alunos, mas é importante e uma conquista gigantesca poder fazer valer em lei institucional esse direito (PARTICIPANTE J).

Esse fator é um fator de peso na dinâmica do Conselho Diretor da UFPR Litoral uma vez que a paridade estudantil e dos técnicos-administrativos²⁷ na tomada de decisão institucional nas universidades brasileiras, está longe de ser colocada em discussão nos altos escalões do MEC. Esse aspecto provém de uma luta histórica do movimento estudantil e da categoria dos técnico-administrativos em âmbito nacional e a UFPR Litoral se torna uma instituição destaque nesse tipo de normatização, priorizando pelo menos legislativamente o diálogo e o debate aberto entre e com essas categorias da comunidade universitária.

Sobre a participação paritária dos técnico-administrativos e dos discentes no Conselho Diretivo da UFPR Litoral, e a sua relação com o peso de influência dos docentes nos Conselhos deliberativos nas instituições federais de ensino superior, e a mudança disso no Conselho da UFPR Litoral o “*participante M*” nos diz o seguinte:

A gente conquistou 33% de votação [tantos técnico-administrativos, quanto discentes no Conselho], quer dizer que é democrático quando os professores votam com os seus 70%? Mesmo qual for a proposta que ganhar os professores tem um peso maior que os discente e os técnicos juntos [isso nos outros Conselhos brasileiros da educação superior], porque é isso que significa esses 70%! Esse número não é cabalístico é um número que dividida as opiniões dos professores, e que mesmo assim garante uma superioridade com relação as outras categorias. Ou seja as outras categorias juntas tem 30%, então mesmo que os professores não cheguem a um consenso, ainda assim a opinião do professor será preponderante, ou seja os estudantes e os técnicos não tem vez nenhuma nesse modelo de Conselhos que estão em voga no nosso país e isso não é democracia! Democracia é divisão de poder e você trabalhar isso no Conselho Diretivo da sua instituição não é fácil! Mexe com as estruturas instituídas, mexe com o poder, mas se a gente não começar isso dentro de uma Universidade, como que isso chegará dentro da escola e da sociedade? Por isso que é um espaço tão caro o Conselho. (PARTICIPANTE M).

Sobre a participação da sociedade civil no Conselho pouco foi resolvido e não houve consenso sobre esses mandatários e seu poder de deliberação nessa arena social, mas no Regimento Interno no Parágrafo 3º, do Artigo 5º, fica clara que essa participação poderá ser normatizada através de resoluções complementares ao artigo em documento posterior ao Regimento.

²⁷ Lembrando que a legislação competente tanto a LDB quanto o Estatuto da Universidade Federal do Paraná colocam uma proporção de constituição dos Conselhos de 70% de docentes, 15% de técnicos e 15% de discentes.

5.1.1.3 Câmaras Técnicas Interdisciplinares, Grupos ou Coletivos e a Definição das Pautas do Conselho Diretivo

A partir do documento sobre a Trajetória de Implantação da UFPR Litoral pode-se entender que,

A pauta do Conselho Diretivo pode ser definida a partir das demandas das Câmaras de Cursos, em assuntos pontuais ou de interesse coletivo, da direção do setor ou da comunidade discente. [...] Além dos desafios inerentes à construção de cursos com um novo conceito pedagógico do processo ensino aprendizagem, o Conselho tem como missão relatar as experiências de integração com a educação pública dos municípios da região e planejar novas ações no sentido de ampliar a relação da universidade com a educação básica. (UFPR Litoral, 2008).

O que são as Câmaras Pedagógicas dos Cursos? De acordo com o Regimento Interno da UFPR Litoral que está em tramitação no COUN e do documento que trata da “Trajetória de Implementação do Setor”, são órgãos “designados pelos nomes dos cursos [...] e são compostas por professores agregados por proximidade ou distanciamento da formação específica” (UFPR Litoral, 2008, p. 44), além de seus coordenadores e vice-coordenadores. Esses tanto podem ser docentes da instituição quanto técnicos administrativos lotados no setor, que são escolhidos para ocupar esses cargos por regime de votação da comunidade universitária, por servidores do quadro técnico administrativo, por representantes discentes – pelo menos um por turma e escolhidos pela comunidade discente - e por membros da comunidade externa - se for de interesse das Câmaras.

Cada professora ou professor deve integrar duas Câmaras, sendo que em uma delas ela ou ele representa a sua área de formação acadêmica e na outra como representante interdisciplinar. As Câmaras dos cursos também contam com o apoio técnico de secretárias e secretários lotados no setor para qualquer eventualidade. Elas se reúnem quinzenalmente, pelo menos duas vezes ao mês e são coordenadas pelo período de um ano com direito a uma recondução de seus coordenadores e vices.

Além das Câmaras de Cursos existentes há no setor uma série de outras instâncias deliberativas que podem vir a influenciar as pautas do Conselho. Aquelas que estão institucionalizadas são os seguintes grupos de trabalho: a) Grupo de Interações Culturais e Humanísticas (GICH) – que delibera sobre um dos espaços

de formação acadêmica mais importantes para o “Projeto Universidade no litoral” que ficou conhecido a partir do Projeto Político Pedagógico da instituição como Interações Culturais e Humanísticas (ICH) representando, no mínimo 20% da carga horária curricular de todos os cursos. É um espaço curricular formativo interdisciplinar que abrange encontros que ocorrem semanalmente integrando e interagindo os estudantes de diferentes cursos, possibilitando a troca e a articulação de diversos saberes, visando sobretudo sensibilizar e despertar a comunidade acadêmica para a compreensão da problemática sócio-cultural, política e ambiental;

b) Grupo Especial de Projetos de Aprendizagem (GEPA) – Esse grupo delibera e sanciona assuntos pertinentes aos “Projetos de Aprendizagem” dos discentes, outro espaço de formação curricular obrigatória no modelo pedagógico desenvolvido na UFPR Litoral, também interdisciplinar. Nesse espaço os alunos são instigados a desenvolver projetos de sua autoria de acordo com seus interesses, mediados pelos professores da casa a escolha do estudante, de acordo com a área de saber do docente, estimulando e desafiando os discentes na construção de seus processos de aprendizagem;

c) Grupos de Estudos e Trabalhos dos Servidores Técnico-Administrativos (GTEST) – onde os técnico-administrativos, estudam, debatem e decidem assuntos pertinentes a seus espaços de trabalho e estudo, tendo como pauta principal a organização do corpo técnico, de sua rotina de trabalho e a forma de participação dessa categoria no projeto político pedagógico do setor e no seu Conselho Diretivo. Há também as instâncias deliberativas dos discentes como os Centros Acadêmicos, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) e vários coletivos que agrupam os estudantes por temáticas específicas, como o “LEQUE” que trata de questões relacionadas a gênero, diversidade, raça e cidadania, o “GAB 0” que reúne os estudantes quando o assunto é Assistência Estudantil e a “Motirõ” sendo uma Sociedade Cooperativa que desenvolve trabalhos bem interessantes na área sócio-ambiental.

As pautas do Conselho Diretivo podem, então, ser influenciadas por esses elementos constitutivos da organização interna da própria UFPR Litoral, assim como de assuntos externos a dinâmica da instituição como a Reitoria e as Prós-Reitorias da UFPR, o MEC, os sete municípios do litoral do Paraná, entre outros espaços que tem comunicação direta ou indireta com o setor.

Qual é o procedimento usualmente usado para a criação das pautas? Como já indicamos elas podem ser demandas de todas essas instâncias e o “Participante

E” nos explicará que os atores se comunicam com a Presidência do Conselho, que também é a Diretoria do Setor, a partir de sua secretaria, pessoalmente com um dos três diretores e por email institucional próprio, nas palavras do “*Participante J*”

[As pautas podem ser encaminhadas para o Conselho] tanto pessoalmente conversando com um dos diretores, quanto na Secretaria da Direção, como por email, qualquer dúvida e isso é uma das atribuições, talvez a principal, da secretaria do Conselho, que também é a secretaria da Direção, pode ser tirada com as servidoras técnicas-administrativas que recebem todas as solicitações e conversam pessoalmente com a pessoa, ou grupo de pessoas e quando necessário solicitam a demanda por documento para daí organizar essa intervenção junto ao Conselho. Quando há necessidade a secretaria marca reunião com a Direção, então a forma de organizar a pauta é dessa forma. [...] É mais provável que o assunto chegue na secretaria antes do que [...] nos diretores, é, para chegar [nos membros da direção] circunstancialmente encontra-se a pessoa que faz alguma fala ou pedido de pauta, mas a forma organizada do setor é por email da coordenação do Conselho Diretivo e/ou pessoalmente na secretaria da Direção, não na Direção propriamente dita. Quando há necessidade daí a secretaria pede por escrito, ou passa para os diretores analisarem a demanda e conversar com o mandatário. (PARTICIPANTE J).

Para entendermos os principais assuntos discutidos nas pautas das reuniões do Conselho entrei em contato com a Direção do setor que me cedeu, a partir dos “Informes Litoral” – veículo de comunicação institucional - todas as pautas relativas ao período dessa pesquisa, isto é, em um recorte temporal que vai de maio de 2011 a dezembro de 2012. No Quadro 1 podemos ver um resumo de todos os assuntos debatidos nesse período:

| |
|--|
| Afastamentos do país para eventos de várias naturezas |
| Apresentação da Programação de eventos do setor (Encontros, Fóruns, entre outros) |
| Apresentação de quatro PCC's de cursos de Graduação e Tecnólogo |
| Apresentações de Projetos de Ação Docente e pedidos de afastamento para estudo |
| Apresentações de projetos de aprendizagens dos alunos para envio ao Comitê de Ética em Saúde |
| Aprovação de ajustes curriculares de cursos do setor |
| Aprovação de editais da FDA para diversos cursos de extensão |
| Aprovação de projetos de Iniciação Científica proposto por alunos e professores do setor |
| Aprovação, para certificação de evento proposto pela Fafipar |
| Aquisição de materiais para projetos de extensão do setor |
| Casa dos estudantes em Matinhos - Moradia estudantil e estadia dos estudantes durante a temporada de verão |
| Coordenação e Calendário para construção do Regimento do Setor - Regimento Setorial; Leitura da |

| |
|---|
| minuta provisória; Instalação da mesa coordenadora dos trabalhos; Discussão item a item |
| Encaminhamentos da proposta de Mestrado pelo Setor - Relatos e encaminhamentos relativos ao Programa de Pós-Graduação da UFPR – Litoral |
| Estudo e diretrizes da CENTRAN |
| Função gratificada para os coordenadores de Câmara dos Cursos |
| Homologação da Consulta Pública para Escolha da Direção do Setor Litoral da UFPR, mandato 2012-2016 |
| Homologação de solicitação de redistribuição ou permuta de servidores do setor |
| Homologação de testes seletivos para professores Substitutos |
| Homologação dos processos de consulta pública para Coordenação das Câmaras dos Cursos no setor |
| Manutenção do Curso de Fisioterapia no Setor |
| Mobilidade acadêmica internacional. Relatos dos alunos que participaram dessas viagens de estudos |
| Mudança de turno do Curso de Saúde Coletiva |
| Mudança na data do Conselho Diretivo |
| Outorga de Grau a alunos |
| Participação em evento externo |
| Planejamento do Setor para o primeiro semestre de 2013 |
| Processos de redistribuição/docente |
| Redefinição do calendário acadêmico setorial |
| Relato de professores sobre a experiência do Estágio no curso de Gestão Imobiliária |
| Renovações de afastamento para estudo |
| Resgate histórico do eixo pedagógico “Projetos de Aprendizagem” |
| Retornos de participações em eventos de várias naturezas a comunidade acadêmica |
| Solicitação de contratação de Professores efetivos e substitutos em diversos cursos do setor |
| Solicitação de inserção de servidores em programas de pós-graduação da UFPR como docentes e colaboradores |
| Solicitação de substituição na representação setorial em várias instâncias da Instituição (PROGRAD, COUN, CEPE, entre outros) |

QUADRO 1 – TOTALIDADE DAS PAUTAS DEBATIDAS ENTRE MAIO DE 2011 E DEZEMBRO DE 2012 NO CONSELHO DIRETIVO DA UFPR-LITORAL. FONTE: A autora (2013)

Esses foram todos os assuntos de pauta debatidos nesse espaço durante o recorte temporal exposto. Podemos notar claramente a natureza dos assuntos debatidos, a maioria deles como se pode observar trata de demandas específicas dos atores incorporados ao pleito, questões muitas vezes pessoais são aquelas que mais aparecem como podemos ver explicitado, a partir dos dados contidos no quadro 1. Renovação de pedidos de afastamento para estudo e de afastamento para

viagens acadêmicas, com o necessário retorno dessa participação em eventos de várias naturezas a comunidade acadêmica, foram os assuntos que mais apareceram como pautas do Conselho nesse período em que foi possível acompanhar as suas várias reuniões.

Uma dessas discussões do Conselho Diretivo que chamou a atenção foi a questão da coordenação dos trabalhos de criação do Regimento Interno e me atarei a relatar sucintamente um pouco desse processo. A partir de ordem temporal começarei a relatar o processo de criação do Regimento Interno da UFPR Litoral que aconteceu entre os meses de outubro a novembro do ano de 2011, época em que já acompanhava as reuniões como pesquisadora do Conselho.

Tive acesso a todo o processo histórico dos autos desse processo, por conta de um email solicitado a representante da categoria discente do setor litoral no COUN. Ela digitalizou todo o processo e encaminhou uma cópia física do mesmo para a Direção do Setor e cópias virtuais para seus pares representantes do Conselho das categorias dos docentes e técnico-administrativos, a partir dos “Informes Litoral” em uma iniciativa de tornar esse processo público a esses atores. Não sei informar quantos discentes tiveram acesso a essa documentação uma vez que esse veículo não é comumente utilizado pela assessoria de comunicação do setor para vinculação de informações a essa categoria da comunidade acadêmica. Mas sei a partir de relatos dos mesmos, pertencentes ao movimento estudantil e coletivos de estudantes, que os discentes conseguem com representantes das outras categorias a partir da redistribuição dos “Informes Litoral” por email, as pautas de discussão dessa arena.

No dia 01/12/2011 o Presidente do Conselho Diretivo, através de Ofício institucional encaminha ao Conselho de Planejamento e Administração (COPLAD) a proposta de Regimento do Setor Litoral, acompanhada do “Relatório da Comissão de Coordenação dos Trabalhos de Construção do Regimento Interno do Setor Litoral”, onde consta toda essa construção interna sobre o Regimento. Faz parte desse documento da Comissão a informação que o processo de construção do Regimento se adensou entre os anos de 2008 e 2009 perdendo forças institucionais no fórum de debates, conseguindo ser retomado a partir de um mandado de segurança emitido pela Justiça Federal uma vez que o setor existe desde 2007 e a

sua regimentação ainda não fora feita. Esse processo se restabeleceu através da formalização de uma portaria da Direção do setor que designou membros para essa Comissão.

O Relatório completo da presente Comissão é composto pela seguinte série de documentos:

a) Cópia da Portaria no.111/Setor Litoral, de 20 de outubro de 2011, que designa os membros da Comissão composto por uma docente na coordenação dos trabalhos, um docente na vice-coordenação do trabalho, uma servidora técnica-administrativa na relatoria da comissão, outra técnica-administrativa também relatora do processo e dois discentes como participantes dessa categoria no processo dos autos, contabilizando seis membros escolhidos por voto direto de seus pares no Conselho Diretivo;

b) Cronograma das reuniões para discussão do Regimento Interno;

c) Documento intitulado “Metodologia para finalização dos trabalhos de construção do Regimento do Setor Litoral para as próximas reuniões” (datado de 24 e 25/11/2011);

d) O Projeto Político Pedagógico do Setor Litoral da UFPR, de setembro de 2008, onde constam a Resolução no.39/04-COUN, que cria o *Campus* Litoral, a Resolução no. 121/07-COUN, que cria o Setor Litoral, o Parecer do Núcleo de Ensino de Graduação/PROGRAD aprovando o PPP do Setor, o Parecer do CEPE que aprova o PPP do Setor Litoral e a Resolução no. 24/08-CEPE que trata desse parecer favorável ao PPP;

e) Atas rubricadas e assinadas pelos seis membros da Comissão de Coordenação dos Trabalhos de Construção do Regimento do Setor Litoral intituladas: “Atas das reuniões do Conselho Diretivo da UFPR Litoral - Pauta: Discussão do Regimento”. As atas, acompanhadas de listas de presença, se referem a reuniões realizadas nos dias: 25/11/11, 24/11/11, 22/11/11, 18/11/11, 16/11/11, 08/11/11, 04/11/11, 27/10/11, 25/10/11, 11/10/11;

f) Solicitação por parte da Comissão para extensão do prazo de entrega do Relatório para o dia 30 de novembro de 2011;

g) Parecer, sem data, da Conselheira Relatora do COPLAD onde está escrito “Assim, sou de parecer favorável à referida proposta de regimento do setor litoral nos termos do art. 18, III do Estatuto da UFPR que estabelece a competência deste

conselho para aprovar os regimentos dos setores. Considerando a extrema novidade do regimento do litoral, o qual importará em mudanças no Estatuto e Regimento Geral da UFPR, em relação às mesmas, remeta-se ao egrégio Conselho Universitário [COUN] para, no específico e no âmbito da sua competência, discuti-las e aprova-las”;

h) Minuta de voto majoritário, datada de 13 de dezembro de 2011, assinada pela Conselheira Coordenadora da Comissão, onde está escrito o seguinte: “Diante das Considerações apresentadas, a relevância das modificações propostas em relação a estrutura atualmente vigente a disposição estatutária de que cabe ao Conselho Universitário aprovar o Estatuto e o Regimento Geral da Universidade e suas modificações (art.23, inciso II, do Estatuto), sou de parecer favorável à que a matéria seja remetida ao COUN para análise e deliberação”;

i) Designação de um dos seus conselheiros para relatar o processo no COUN;

j) Em 30/03/12, diligência proposta pelo conselheiro do COUN à Direção do Setor Litoral para que indique outras Instituições Federais de Ensino Superior com Regimento similar ao proposto;

k) Em 31/10/12, resposta à diligência por parte da Direção do Setor Litoral onde indica-se essas Instituições podendo-se ler o seguinte comentário: “Destacamos que a maioria dos *campi* fora de sede das unidades criadas pela política de expansão universitária, que já contam com a regimentação aprovada, possuem aspectos similares à proposta do Setor Litoral, entre elas destacamos as seguintes: - Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA; - Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS; - Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR”;

l) Ofícios 144/2012-SOC e 152/2012-SOC, ambos solicitando à Direção do Setor Litoral a devolução dos autos do processo;

m) Em 28/11/12, foi mandado à PROGEPE as portarias de nomeação “dos recém empossados Diretores do Litoral” para anexação das mesmas ao processo de regimentação;

n) Na data de 29/11/12, resposta à diligência por parte da PROGEPE com as Portarias no. 2103, de 09 de maio de 2012, que nomeia o professor Valdo José Cavallet Diretor do Setor Litoral; Portaria no. 2104, de 09 de maio de 2012, que nomeia o professor Renato Bochicchio Vice-Diretor do Setor Litoral e Portaria no. 2131, de 25 de maio de 2012, que nomeia o servidor técnico-administrativo Douglas Ortiz Hamermuller Coordenador Pedagógico do Setor Litoral;

o) Parecer do Conselheiro Relator do processo no COUN, em que o mesmo conclui: “Assim sou de parecer favorável a proposta de regimento do setor litoral nos termos do art.18, III, do Estatuto da UFPR no que está contemplado na legislação atual e as novidades contidas na presente matéria sejam remetidas para apreciação e posterior deliberação da Estatuinte em construção” e

p) Em 13/12/12 os autos do processo são entregues a conselheira discente do setor no COUN em decorrência de pedido de vistas a documentação apresentada, e como última informação em 14/03/13 novo pedido de vista ao processo é relatado por um dos membros do setor litoral no COUN, que não teve acesso por conta da relatoria do pedido de vistas não estar pronto até o presente momento.²⁸

Muitas indagações são feitas por parte de alguns técnico-administrativos e docentes da instituição sobre a legitimação do Regimento Interno do setor, uma vez que ele ainda não foi definitivamente deliberado no COUN e está em desacordo com o que promulga o Regimento Geral da Universidade Federal do Paraná datado de 1952, em plena era desenvolvimentista. Sobre esse assunto entendo que as premissas que promulgam a democracia deliberativa clássica nos apontam caminhos para uma nova relação entre a legislação competente, tanto em instancias mais gerais como as do MEC e as mais específicas quanto da Universidade Federal do Paraná, devendo respeitar os fluxos de debates existentes nas arenas progressivas, levando em consideração a variável autonomia universitária e a cidadania dos sujeitos.

A legislação competente ao Conselho Diretivo foi desenvolvida em conjunto entre as três categorias que formam o conjunto comunidade acadêmica da UFPR Litoral em seu fórum máximo de deliberação, respeitando a Constituição Nacional e entendo a sua legitimidade justamente por conta dos mecanismos discursivos utilizados – montagem de grupos de trabalho onde todos poderiam participar de forma organizada. Esse fato é interessante para entendermos o grau de democracia deliberativa como um todo da instituição analisada, porque para mim, a partir da literatura competente exposta durante esse trabalho, o processo de criação e

²⁸ A compilação desses dados, a partir da relação dos documentos apresentados, foi desenvolvida com ajuda do relato da Conselheira Discente do setor litoral no COUN endereçado a Secretaria dos Órgãos Colegiados (SOC) da presente instituição, a quem agradeço imensamente pelas informações e emails trocados no decorrer desse Projeto.

implementação do desenho participativo que se deu a partir da mudança de *campus* para setor se torna viável institucionalmente com as discussões do Regimento Interno e sua adequação técnica a realidade vivida e ansiada pelos atores sociais que a legitimam, e esse é um ponto crucial para entendermos essa variável.

5.1.1.3 Tempo de duração dos Encontros e Espaço Físico

É importante apontar que as reuniões do Conselho já foram organizadas em dois esquemas diferentes. No primeiro esquema, as reuniões eram semanais e tinham duração de cerca de quatro horas. Já no segundo esquema, e que está amparando o cotidiano atual do Conselho, as reuniões são quinzenais com duração de cerca de quatro horas. Essa questão tem gerado uma série de discussões entre a comunidade acadêmica, e a partir das observações que fiz durante a pesquisa e as falas dos meus entrevistados, fica claro que para alguns as reuniões a cada quinze dias é pouco produtiva uma vez que as demandas a serem debatidas são muitas. Para outros as reuniões a cada quinze dias está coerente com a demanda de trabalho dos técnicos e professores. Sobre esse assunto então, trarei algumas falas que priorizam ambos os lados desse prognóstico para entendermos os prós e contras desses dois esquemas de funcionamento.

Por exemplo, o “*Participante B*” diz o seguinte

Nós temos um dia na semana que não é semanal, mas que agora é quinzenalmente a tarde toda das 14hs as 18hs. Eu acho que o tempo é um tempo bom, mas mesmo assim tem momentos que é o caso agora por causa dos quatro meses de greve, aonde não houveram reuniões, [onde] ficaram muitas coisas pendentes e coisas que passaram por *ad referendum* no Conselho e muitas coisas que não foram debatidas. Daí acaba que vai passando de uma reunião para outra e o tempo se torna curto [para debater todos os problemas típicos do setor]. Eu acho assim, existe o espaço, mas no momento, por essas reuniões estarem passado de semanal para quinzenal se tornou mais difícil ainda debater todos os assuntos pertinentes da melhor maneira possível. (PARTICIPANTE B).

Pode-se notar que o argumento é coerente, afinal no ano de 2012 foi instituída uma greve muito longa no âmbito da UFPR, e outras instituições públicas

de ensino superior federal e estadual, envolvendo não só os professores, mas também os técnico-administrativos e discentes da instituição. O que pode ter gerado uma série de demandas que ainda nesse ano não foram totalmente debatidas pela comunidade acadêmica, e aqui não estou falando de assuntos meramente burocráticos, mas também assuntos de caráter pedagógico, uma vez que semestres desses dois anos letivos foram se sobrepondo.

Nessa mesma linha de raciocínio sobre o tempo apareceu entre os participantes uma fala muito intrigante, na qual a pessoa diz o seguinte sobre o tempo de duração dos encontros:

Bom o tempo, eu sempre acho que o tempo é insuficiente, embora eu não saiba dizer se sou maioria nisso, porque tenho a impressão de que se nós fizéssemos uma votação sobre o tempo talvez tivéssemos aí uma divisão forte, colocando que o tempo é exagerado. Eu pertencço então aquela metade que vai dizer que o tempo no educacional é insuficiente, nós não estamos em um tribunal de decisão, nós estamos em um espaço educacional do coletivo. Se a educação ela é coletiva, se ela tem que ter trocas uns aprendem com os outros mediatizados aí pelo mundo, o Conselho ele não é um espaço deliberativo pura e simplesmente, ele é um espaço de troca política intensa e não há como fazer trocas políticas, entendendo-se política como leitura de mundo e as compreensões e reflexões que se tem sobre o mundo, com quatro horas semanais e agora quatro horas quinzenais sejam suficientes, de forma alguma, ela são insuficientes (PARTICIPANTE E).

Esse diálogo é muito interessante para a nossa análise uma vez que remete à ideia da importância da discussão propriamente dita nos espaços coletivos que gerenciam a Universidade e de certa forma reforça o papel teórico da democracia deliberativa nesse tipo de instância. O participante encara o tempo do Conselho como um tempo insuficiente de discussão, uma vez que se tenta levar a maioria de assuntos e demandas possíveis para esse espaço e nesse ponto vejo a clareza de sua resposta. O que nos resta analisar sobre o assunto é a forma como esse tempo é utilizado nas reuniões e isso será debatido mais adiante.

Já aqueles que preferem as reuniões a cada quinze dias usam argumentos como esse para defender o seu ponto de vista

Eu acho que tem vários temas que acabam sobrecarregando esse espaço e enquanto não tivermos um pouco mais dessa clareza do que é o espaço do Conselho o tempo sempre será pouco. Se algumas reuniões do Conselho fossem antecipadas em outros espaços de discussão esse tempo que nós temos de 15 em 15 dias estaria perfeito, por exemplo, se chegaria nesse espaço e se faria uma contextualização mais rápida e eficiente do que está acontecendo e já poderíamos ter um processo de votação, o que seria bem diferente do que acontece hoje né, onde você tem que contextualizar, abrir a discussão para que as pessoas se oponham ou defendam a decisão e isso gera um debate muito alongado (PARTICIPANTE K).

Munindo-se de um argumento de antecipação dos assuntos em outros espaços para o não sobrecarregamento das demandas nesse ambiente de discussão política, o “Participante K” alega que essa falta de discussão anterior geraria um desgaste do espaço, uma vez que as discussões são feitas em sua maioria no Conselho Diretivo. Ele não é o único participante que trata sobre esse prisma a questão do tempo de duração das reuniões e saliento que essa organização poderá mudar constantemente a partir da dinâmica desse Conselho. Esse é um ponto analítico interessante, porque se reafirma a ideia da constante readaptação dos espaços de decisão coletivas que são de interesse da organização, do grupo de atores que está sendo analisado. Essa informação para o Desenho Institucional é valiosa, assim como o próximo quesito analisado.

5.1.1.5 Local de desenvolvimento das reuniões

As reuniões do Conselho Diretivo já aconteceram em vários e diferentes lugares da instituição e estamos contemplando essa variável dentro do arcabouço institucional e funcionamento do Conselho, justamente porque ela irá influenciar significativamente o nosso desenho institucional. Lembramos que o Conselho é aberto de forma paritária para a participação de todas as categorias que formam a comunidade acadêmica e em princípio espera-se uma grande participação dos envolvidos nesse espaço. Será que o ambiente onde acontecem as reuniões é um local profícuo ao debate? Nesse local as pessoas conseguem desempenhar uma comunicação “face a face” como apregoa a teoria clássica da democracia

deliberativa? A partir desses questionamentos é que desenvolveremos esse subcapítulo a partir, é claro, das observações feitas e refeitas durante o processo de pesquisa e das entrevistas conferidas pelos atores em questão.

Como mencionei, existem vários lugares onde acontecem as reuniões do Conselho Diretivo, mas gostaria de abarcar nesse trabalho apenas dois lugares: a conhecida Sala do Conselho ou Refeitório (porque nas origens do setor essa estrutura serviria de cantina), que foi utilizado por muito tempo para essa finalidade e que hoje só é usado poucas vezes quando o outro local está ocupado e o Auditório do Setor, onde até o final do ano passado estava acontecendo a maioria das reuniões do Conselho da instituição. É necessário informar que o auditório no final do ano passado acabou sendo interditado, por conta de rachaduras que apareceram em sua estrutura. Com isso, as reuniões do Conselho Diretivo voltaram ao Refeitório no presente ano.

O primeiro desses lugares é um local relativamente pequeno, cheio de carteiras e mesas de estudo sem muito conforto, mas com ar condicionado, um quadro grande para anotações, datashow, bebedouro e um banheiro masculino e outro feminino. Em seguida apresento uma foto desse espaço.



FOTO DA SALA DO CONSELHO OU REFEITÓRIO DA UFPR-LITORAL FONTE: www.litoral.ufpr.br

Já o segundo lugar é espaçoso, abarcando 400 pessoas sentadas em carteiras confortáveis, tem ar condicionado, local para fazer anotações, datashow e banheiros maiores para homens e mulheres.



FOTO DO AUDITÓRIO DA UFPR-LITORAL FONTE: www.litoral.ufpr.br

A primeira fala que usarei para analisar esse quesito trata da utilização do auditório para as Reuniões do Conselho:

O antigo refeitório é uma sala terrível para reunião. Com o auditório melhorou bastante mesmo que a disposição das cadeiras não favoreça muito o olho no olho, o cara a cara, mas pela dimensão que o Conselho, se for colocar que toda a comunidade tem direito, tomou não teria lugar melhor tem que ser no auditório mesmo, não vejo um outro lugar para serem feitas as reuniões. Do jeito que está para mim essa questão física o auditório é o melhor lugar, a disposição não seria a ideal, mas pelo contingente, pelo numero de pessoas que podem ter acesso ao Conselho eu acho que aqui na Universidade o melhor lugar é o auditório ainda, né. (PARTICIPANTE G).

Para o “*Participante G*” então a utilização do auditório para as reuniões do Conselho é determinante para a sua composição paritária, mesmo que isso exclua a comunicação “face a face”. É interessante notar que esse participante é um dos únicos que declaram essa informação, para a grande maioria dos depoentes as reuniões do Conselho fluem melhor no espaço do Refeitório e trarei algumas dessas falas

Eu particularmente gostava mais quando a gente utilizava a sala do refeitório [sala de reuniões no subsolo do prédio administrativo do setor]. Eu acho que ela era mais no circuito do PPP Litoral, agora que as reuniões estão sendo feitas no auditório, vc não consegue ter a disposição de quem está presente, e ao mesmo tempo fica, mesmo que não fique em cima do palco, fica lá na frente quem está comandando a reunião. Eu gostava mais

quando era aqui na sala do Conselho, porém o espaço, como eu já disse, está crescendo muito de pessoas tanto técnicos quanto alunos, então acaba que a gente precisa sempre de um lugar maior né. (Participante A).

O “*Participante A*” trás questões bem plausíveis para o debate uma vez que ele afirma que o espaço do Refeitório conta em seu bojo como referência a dinâmica interna da UFPR Litoral, que se afirma enquanto política institucional como um espaço inovador das relações pedagógicas e administrativas, uma vez que a hierarquia institucional sempre foi, pelo menos nos discursos e documentos de implementação do setor, um fator a ser evitado. Essa característica pode influenciar consideravelmente a dinâmica do Conselho Diretivo uma vez que a ambientação pode gerar resultados positivos ou negativos, dependendo das condições de participação dos atores. Para salientar essa questão o “*Participante F*” defende o seguinte ponto de vista.

Antes era naquela sala [na conhecida sala do Conselho] onde a maior parte das pessoas consegue ficar um olhando para o outro, se enxergando, e eu a considero muito melhor do que o atual espaço que é mais confortável, tem o ambiente mais climatizado e umas poltronas mais macias, mas ele impede de ficar olhando para os meus companheiros, porque não é só a fala, existe o corpo, as expressões, os posicionamentos, ou seja, tudo fala! Então ele [o auditório] impede a comunicação, se não tiver um espaço onde as pessoas possam se ver, ver as suas expressões corporais a sua totalidade, entender os movimentos, a temática,- quem senta perto de quem - toda uma disposição espacial que acontece, então nessa composição de Conselho a gente tem que entender isso e isso deve ser levado em consideração. Infelizmente, hoje, poucas pessoas percebem isso,mas quando gente começa a falar as pessoas dizem que isso é verdade. (PARTICIPANTE F).

Demonstrando uma preocupação no sentido de encarar o espaço como um grande gerador de opiniões pelas pessoas que dele participam, posso utilizar essa fala também no sentido de encontrar vestígios de um modelo institucional, onde os princípios da teoria deliberativa estariam dando o norte para o arcabouço da participação. Na realidade esse espaço do Refeitório é interessante, pois garante uma maior interação entre os participantes do debate que ao se olharem e debaterem da onde se encontram se sentem mais contemplados em relação ao espaço do auditório. No auditório aquele que está dirigindo o Conselho fica na parte da frente da sala, com um microfone na mão dando e retirando a palavra de seus companheiros e isso acarreta, mesmo sem uma forte motivação, uma relação de

poder estranha aos olhos dos outros participantes, como fica elucidado nessa última fala sobre a questão:

Quando a reunião era na sala do antigo refeitório a disposição do público era as carteiras em forma de U, onde as pessoas podiam olhar umas para as outras. Com a mudança para o auditório eu acho que isso psicologicamente influencia, uma vez que as pessoas ficam mais acanhadas e gera uma relação de poder com quem está falando ali na frente dos expectadores, uma vez que nessa hora muitos atores virem de fato expectadores por conta da dinâmica do local [...] [a questão da mudança do local das reuniões] fica muito latente para aquelas pessoas que chegaram na instituição e já pegaram o Conselho aqui no auditório com uma disposição mais hierárquica e tradicional isso pode influenciar bastante. Para mim isso não tem problema, mas isso influencia muito a conduta de pessoas mais tímidas ou com problemas para se comunicar onde uma sala de reuniões, menor e mais aconchegante por conta disso, não tivesse o mesmo impacto. (PARTICIPANTE K).

Para terminar esse tópico gostaria de indicar mais uma vez a importância da disposição do público quando o assunto é discussão e deliberação em Conselhos Diretivos. Quanto mais o espaço for participativo gerando canais de discussão “face a face”, melhor serão os andamentos dos trabalhos e isso tenho observado desde que essa mudança de local das reuniões se efetivou. Parece-me que, e muitos de meus entrevistados me ajudaram a apurar essa informação, a aproximação das pessoas em locais propícios ao debate gera uma “situação de fala ideal”, que só será mantida a partir do momento que as pessoas não se sintam coagidas pela hierarquia institucional de seus superiores, que nesse caso do Conselho Diretivo estaria ligada diretamente a condução das reuniões pela Presidência do Conselho, em ambientes que propiciem um debate mais plural envolvendo todos aqueles que de alguma forma desejam participar do pleito.

Essa adequação se faz necessária uma vez que houve um forte impacto negativo a essa mudança de espaço físico. Aqueles que apontam o auditório como o melhor lugar para a realização, o fazem com base no número de participantes que pode existir nas reuniões, mas analisando o Conselho ao longo de meses, observo que esse local gerou certa apatia dos atores e que a discussão aberta em modelo não hierárquico é mais contundente a dinâmica desse espaço de geração de poder político e institucional.

Uma das possíveis mudanças nesse sentido seria o de passar as reuniões do Conselho Diretivo para o espaço da Tenda do setor. Por mais complicado que seja o seu espaço físico, ela abarcaria um número grande de participantes em um caráter maior de igualdade espacial e hierárquica de seus atores. Na sequência segue uma foto desse espaço físico do setor:



FOTO DA TENDA DA UFPR-LITORAL Fonte: www.litoral.ufpr.br

5.1.2 Condições de Participação

Como já foi salientada a participação no Conselho Diretivo da UFPR Litoral é paritária entre as três categorias existentes – técnicos, professores e discentes e esse fato sem dúvida é muito relevante quando tratamos das condições de participação dos atores na instituição em voga. Nesse modelo de arranjo participativo é computada a participação do maior número de atores sociais possíveis nos processos de deliberação e decisão, mesmo havendo uma discrepância expressiva entre o número de participantes por categoria, onde pelo menos numericamente os discentes levam uma vantagem significativa. Uma

informação importante é o tamanho da UFPR Litoral (número de professores, técnicos, estudantes) e conseqüentemente, quantos integrantes potencialmente compõem o seu Conselho Diretivo. Por exemplo, atualmente a instituição conta com cerca de 100 docentes, 90 técnicos e mais de 1500 estudantes, de modo que o Conselho é formado por mais ou menos 300 pessoas – ou 400, se for incorporada a participação da sociedade civil da região²⁹.

Como o “*Participante B*” nos aponta:

eu acredito que como o Conselho está posto hoje ele é aberto para a participação de todos, sem delimitar nem voz, nem voto, então eu acredito que hoje ainda está funcionando dessa forma, embora o Regimento também tenha aprovado isso e por mais que ele não tenha sido aprovado pelo COUN a gente o segue e trabalha nesse sentido [...] O Regimento do setor litoral comporta esse vínculo de que todos podem falar e ter direito a voto proporcional e paritário. Então eu acredito que nesse momento essa paridade é profícua e que nossa dinâmica de participação é extremamente ao contrário do que acontece nos setores da UFPR lá em cima [Curitiba]. Lá em cima são representantes por setor [que participam das reuniões o que] é bem diferente do que acontece aqui. Por já ter participado de outros setores dessa instituição eu nunca participei, eu já fiz essa fala no Conselho, de um espaço onde eu tivesse direito a voz, direito a voto, que me ouvissem [...] [Nessas reuniões em outros setores] nunca estavam todos os técnicos, todos os docentes, ou o departamento inteiro nas reuniões, então como eu nunca participei eu não sabia de nada, nem das pautas. (PARTICIPANTE B).

É interessante perceber como as pessoas reagem a esse fato marcante da dinâmica interna desse Conselho Diretivo, a partir das observações e das entrevistas isso ficou ainda mais claro. Muitos docentes veem nessa participação paritária qualificada dos técnico-administrativos e dos discentes como um empecilho a tomada de decisão, alegando o despreparo técnico de caráter pedagógico destas duas categorias.

Já técnico-administrativos e docentes quando tratam da participação proporcional dos discentes e do peso que ela pode ter no Conselho, validam-se em um discurso que passa pela instabilidade da participação discente. Uma vez que esses um dia acabam saindo da instituição em curto ou médio prazos, enquanto que quem alega essa problemática seguirá uma carreira profissional e de vida dentro do

²⁹ Essa discussão da participação da sociedade civil se dará ao longo dessa análise em subcapítulos posteriores.

setor a longo prazo, havendo uma diferença básica entre as duas primeiras categorias com a categoria discente, que é questão trabalhista e profissional.

Esses posicionamentos influenciam essa condição de participação tão peculiar ao seu desenho institucional, uma vez que a reação de certos grupos de servidores a participação discente na mesma proporcionalidade deles não agrada, sendo algo que incomoda certas pessoas e ou grupos de pessoas. Assim como a participação do corpo administrativo do setor, que hoje a partir das discussões do GTEST têm tratado várias temáticas e pautas do Conselho anteriormente a esse espaço de formação política o que gera certa autonomia política desse grupo de atores.

Sobre esse assunto escrevo o que nos fala o “*Participante Q*”, a partir da seguinte ideia:

A educação [...] ela é muito mais complexa e mais ampla, ela tem a alteridade, ela tem a inda e a vinda, ela não pressupõe só professor ou os técnicos falando, comunicando e decidindo, e no PPP do litoral que é um projeto de busca a autonomia dos sujeitos para a emancipação, os direitos no nosso espaço de deliberação são iguais para as três categorias. Por isso que o Conselho está organizado em uma forma paritária qualificada, cada categoria tem 1/3, então não há como cortar a voz do sujeito, embora tenha gente que defenda [esse corte] e não são poucos. (PARTICIPANTE Q).

A questão da falta de alteridade na continuação da participação aberta a quem deseja participar por certas pessoas e/ou grupos de pessoas, é uma variável significativa e que gera uma série de nuances relativas à questão da centralidade do poder principalmente em relação aos docentes. Que pelo menos historicamente, dentro e fora da UFPR, em qualquer instituição pública de ensino superior, foi a categoria que mais usufruiu desse esquema normativo.

Reverter velhos paradigmas não é uma tarefa simples, ou fácil e requer sensibilidade para compreender as posições políticas e ideológicas dos grupos envolvidos. Essa característica da centralidade do poder nas mãos dos docentes, quando o assunto é a deliberação institucional, nos mostra a dificuldade de se

implementar tal modelo de participação, discutido e válido no setor, na própria instância deliberativa gerando um mal estar velado, ou explícito, de alguns atores e isso certamente influencia na tomada de decisão do Conselho Diretivo. Mesmo assim entendo essa condição de participação, muito pelo viés participacionista enxergando em seu desenho institucional uma alternativa viável de adequação a essa centralidade do poder típica dos Conselhos Universitários em todo Brasil.

E para fechar esse subcapítulo usarei das palavras de um dos entrevistados que enxerga que

[O Conselho Diretivo] do jeito que está, da maneira que está portando elementos contraditórios, faz parte do contexto e eu acho que nesse sentindo tomara que ele continue assim. A gente tem que entrar talvez em uma 'harmonização', um dia a gente chegue com relação a isso que te falei da isonomia e da isotopia, o respeito pelo meu espaço, as diferenças, mas eu não vejo tudo do lugar onde eu estou, por isso eu preciso do aluno para me falar do lado dele e preciso do técnico para me falar de suas expectativas, sonhos, desejos. Infelizmente aqui a gente não está tendo essas três estruturas representadas conforme tinham que estar, entendeu, elas estão muito soltas ainda, mas as contradições elas vão existir sempre e tomara que existam. (PARTICIPANTE D).

O mecanismo da condição de participação nesse contexto é típico nas pesquisas da área da democracia deliberativa, justamente por denotar a participação do maior número de envolvidos possíveis na arena de disputa, para o debate e negociação das demandas que envolvem o Conselho³⁰. Por promulgar em sua instituição e em suas bases legais de debate várias mudanças no âmbito organizacional do setor - que de passagem não foi discutido ainda de forma a mudar os paradigmas políticos da instituição em si no COUN da centenária UFPR, sobre esse caráter paritário e outras inovações democráticas uma vez que o Estatuto da Universidade é de 1952 - a UFPR Litoral inova o desenho institucional dos Conselhos Diretores da UFPR, sendo um exemplo a ser seguido pelas arenas de debates existentes na Universidade.

A UFPR Litoral gera empiricamente através de seu Conselho Diretivo os princípios fundamentais da democracia deliberativa, como o diálogo entre os atores

³⁰ Quer-se deixar claro que o como se dá essa participação e sua organização, a partir da análise da autora sobre o tema, se dará em um subcapítulo a parte.

e mais, a sua discussão ampliada adquirindo um fluxo comunicativo, que pode ser ou não intenso, para o processo de concretização desse Conselho Diretivo, o que é fundamental para ampliar o caráter democrático dessa instituição. A participação por paridade qualificada gerará tensões cada vez mais constantes para esse aumento do fluxo comunicativo, e é sobretudo isso o que entendemos e esperamos com essas condições de participação postas na legislatura competente e no cotidiano da instituição.

5.1.3 Condições de Discussão

A instância do Conselho Diretivo da UFPR Litoral prevê uma discussão ampla e livre pelos participantes. Em todas as reuniões do Conselho há uma coordenação que conduz as reuniões, integrada pelos membros da direção do setor e sua secretaria geral que repassa as pautas para o corpo técnico e docente da instituição, sendo um canal imprescindível entre a comunidade acadêmica e a direção que organiza as demandas através de informes e pautas previamente em um veículo próprio de emails chamado “Informes Litoral”³¹. Não há regras claras que garantem que os diversos atores discutam as suas ideias no pleito, como nos aponta o “*Participante J*”

Se a gente calcular a quantidade de horas que uma pessoa fala e a quantidade que a outra fala, a gente vê um desnível enorme, uma disparidade enorme entre aqueles que tem o poder para falar, fazer uso da palavra, o microfone, né. Por exemplo, a principal delas que a gente pode ver é a seguinte situação, quando é lançada uma questão alguém questiona faz um pequeno levantamento e aí vem a resposta, essa resposta demora entre 15, 20, 30, 40, 50 minutos, aí os outros falam 5 minutos e vem uma nova resposta com a mesma quantidade de tempo. Talvez aja até uma iniciativa de se esclarecer, mas isso se confunde e uma série de outros elementos que são da indução, de organização do discurso em torno de uma posição dominante em relação a outra que é só receptiva vem a tona. (PARTICIPANTE J).

³¹ Mais informações sobre esse veículo serão trazidas no decorrer do presente estudo.

Essa indefinição no tempo das falas pelos atores é uma característica interessante a ser analisada, pois remete ao próprio modelo de discussão do Conselho Diretivo. A partir das observações que fiz durante o período de um ano e meio, é possível afirmar que em muitas das reuniões as condições de debate plural entre os atores era duramente reprimida pelo tom das discussões e pela assimetria de poder que foi se estabelecendo entre os dois grandes grupos que compõe o Conselho Diretivo. Esses dois grupos dividem a comunidade acadêmica (mais substancialmente professores e técnicos) em dois grandes blocos: aqueles que são contra o direcionamento dado pela Direção do Setor às questões administrativas e pedagógicas – o entenderemos como o grupo de oposição ao modelo de gestão dado pela direção à UFPR Litoral, que concorreu na última Consulta Pública com chapa própria – e aqueles que são a favor da forma de condução desses trabalhos pela direção, ou grupo da situação. Esclareço que esses dois grupos não se dividem por questões partidárias mais significativamente, mas sim pela forma de organização da gestão do setor e de algumas questões ideológicas na condução do Projeto Político Pedagógico do mesmo.

A imprecisão na contagem do tempo de falas dos participantes é um dos fatores que acarretam esse intenso conflito de posições e escolhas políticas, uma vez que aqueles ditos como opositores garantem não ter espaço para a discussão livre de impedimentos morais nesse espaço, na medida em que quem organiza a dinâmica e administra a duração do tempo de fala do Conselho é o grupo da situação que está à frente da organização dessa arena. Em muitos dos encontros de que participei, essa dicotomia se tornava clara e era possível ver e sentir a reação das pessoas quanto a isso e a preocupação daqueles que se sentem descontentes em que suas pautas específicas, ou seus posicionamentos contrários ao do grupo da situação, os levassem a um desgaste emocional e profissional muito grande e um fardo institucional na mesma proporção.

Esse ponto é prejudicial para a manutenção dos fluxos de debate e discussão no setor e é importante que se ajustem certos padrões de controle das falas dos participantes, uma vez que o claro viés político do Conselho aparecerá em suas nuances e a contradição dos discursos e ideologias é fundamental para o processo democrático da instituição. Gerar tais padrões seria um dos meios de dar transparência e fidelidade aos trabalhos, uma vez que todos os grupos têm que se

sentir considerados para que o debate consciente aconteça da melhor maneira possível. Essa assimetria que foi criada em torno do poder de fala dos Conselheiros é um dos fatores que desmobiliza a participação dos atores, porque eles não se sentem contemplados no debate motivando o desconforto e até a não participação de muitos atores nesse espaço do Conselho. Assim nos fala o “*Participante G*” sobre esse assunto

O tempo tem que ser controlado e não quer dizer que se deve engessar o Conselho e sim controlar para que as coisas fluam melhor, as vezes a gente perde muito tempo em um tema que não é nem assunto de pauta é informe, então nisso a gente tem muita falha ainda. Como resolver eu não sei, tem que ter alguém duro na queda lá para controlar e dizer: "oh, acabou o seu tempo, passa para o outro, corta o microfone" e assim por diante. Eu acho que a gente esta caminhando, é uma construção. Se continuar não controlando o tempo iremos perder muita gente nos espaços, porque acaba sendo cansativo, improdutivo e acho que não é essa a intenção. As pessoas vão ter que trabalhar dentro delas a importância da presença delas no Conselho, porque a vida da gente é decidida ali. (PARTICIPANTE G).

Nesse trabalho não temos a pretensão de dizer como esses padrões de controle devem ser, mas o que podemos afirmar é que é preciso respeitar a qualidade de Conselheiros de ambos os lados e criar discursivamente, em um processo nada fácil de entendimento mútuo, esses filtros de discussão. Isso tudo para a evolução constante desse modelo democrático de disputa política, ou então teremos uma paralisação nada casual da discussão em seu processo político.

Essa variável fica bem retratada na fala do “*Participante C*” que nos diz o seguinte:

Eu nunca tive a oportunidade de participar do Conselho em função da carga horária do meu trabalho, mas eu sempre ouço falar dos colegas que participam que ainda é pouco produtivo e as brigas pessoais tomam conta da cena. [Para mim] o ego das pessoas ainda não está totalmente lapidado, para poder juntar soluções, porque tem que se ter uma humildade e muitas vezes os egos exacerbados dos participantes impedem a visão das transparências que a gente precisa ter na elaboração das discussões. Por não ter participado, eu não tenho uma vivência nesse espaço democrático, mas enxergo isso claramente a partir da participação em outros espaços democráticos. (PARTICIPANTE C).

Esse relato reflete um pouco da visão daqueles que estão vendo o Conselho de fora e que se relacionam com os Conselheiros e é preciso haver uma mudança profunda nesse sentido, ou então teremos um processo de esvaziamento cada vez maior desse espaço de discussão. A variável “discussão” – aqui mensurada pela presença de “espaços e fluxos de debates e negociações” - nesse espaço está comprometida pela não geração de controle dos fluxos de debates entre os participantes, o que vem criando um desconforto enorme nesse modelo de discussão. Por essa variável, demonstra-se justamente a importância da criação desses filtros e critérios mínimos de controle das falas pelos participantes para o bom andamento das discussões no Conselho Diretivo.

Outro aspecto que dificulta o processo de discussão no Conselho Diretivo é a falta de aprofundamento dos temas que estão sendo debatidos e a importância que se dá a discussão de assuntos meramente burocráticos para o setor – como afastamentos dos servidores, relatório pós-viagens dos servidores e discentes, pedido de verba para viagem, abertura de editais, entre outros. Isso é uma barreira, uma vez que a priorização em torno da discussão de um modelo de educação mais inovador, democrático e aberto fica em segundo plano nessas reuniões. Não estamos afirmando que essas discussões não existem, elas existem, até no próprio espaço do Conselho, mas não se usufrui desse espaço, com esse modelo de tomada de decisão paritário, em sua plenitude e aprofundamento tão caros a democracia deliberativa e ao desenvolvimento sociopolítico dessa instituição. Isso pode ser relatado em um exemplo dado pelo “*Participante P*”

[Um grupo de professores de certa Câmara de Curso] precisavam fazer pedido de vaga para a contratação de novos professores, na reunião que eles pediram isso como pauta nem deu tempo de discutir, ficando esse assunto para uma outra reunião. Isso porque se discutiu tanto, conversou-se tanto sobre o problema de ir para algum Congresso, evento e ter que voltar com o retorno da viagem para dentro da reunião que essa pauta tão importante não foi sequer começada a ser discutida e analisada pelos pares. Eu acho pouco construtiva esse tipo de reunião, as vezes passamos a tarde inteira e não discutimos coisas importantes, tem varias atividades aí para serem desenvolvidas dentro do setor e acabamos tendo que ouvir esses relatos durante horas e não discutindo assuntos relevantes onde seria interessante ouvir a opinião de todos aqueles que queiram se posicionar e deliberar. (PARTICIPANTE P).

Parece que o modelo implementado em seu Regimento Interno é algo realmente inovador gerando uma série de quebra de paradigmas se condizendo com as premissas da teoria deliberativa clássica, mas no cotidiano das discussões feitas todo esse potencial não é utilizado na condução dos trabalhos do Conselho. Esse é mais um dos fatores que acabam inibindo a participação e a discussão nesse espaço.

A criação de normativas internas para o trabalho mais burocrático, vamos dizer assim, se faz necessária urgentemente e usar do espaço do Conselho Diretivo para esse trabalho é fundamental. É preciso organizar esse espaço para que isso aconteça – grupos de trabalho, comitês, comissões técnicas, até mesmo a criação de fato da Câmara Administrativa seria interessante, onde essas pautas seriam encaminhadas para esse órgão e ele, através de sua secretaria, relataria esse tipo de questão mais técnica e burocrática através da leitura de suas atas para a aprovação, ou não, no espaço do Conselho Diretivo, por exemplo. Isso representaria uma folga no trabalho do Conselho Diretivo no recebimento desse tipo de demanda pelos servidores e discentes, e a instituição priorizaria a Direção Administrativa criada a partir do seu Regimento Interno³² nesse tipo de questão.

Essa seria uma medida cabível para que em um futuro próximo sejam priorizados assuntos mais pontuais no Conselho Diretivo para o aperfeiçoamento do Projeto Político Pedagógico da UFPR Litoral. Esse espaço deve ser tomado por discussões de caráter substantivo para o desenvolvimento de ações pedagógicas e comunitárias em um sentido de construção e consolidação efetiva do PPP, e como exemplos desses assuntos, trago o seguinte: planejamento do setor em todas as suas áreas de fomento, avaliação institucional conjunta, dinamização de conhecimentos pedagógicos, administrativos e estudantis, garantindo um espaço inovador de aprimorando das questões do GEPA, do GICH, do GTEST e das

³² No Regimento Interno do setor aprovado pelo Conselho Diretivo da instituição está posto em seu capítulo VI, Artigo 23, a criação da “Câmara Administrativa” do setor que será um órgão deliberativo e consultivo, diretamente subordinado ao Conselho Diretivo e suas normatizações. No Artigo 25 do Regimento Interno estão contidas todas as responsabilidades desse órgão que poderiam ser assim elencados: “I. normatizar, regulamentar e deliberar sobre as atividades administrativas de acordo com as normativas superiores do Conselho Setorial [...]; II. Planejar, avaliar, alterar e acompanhar a execução das tarefas da área administrativa [...]; III. discutir, propor e deliberar sobre alocação e realocação interna e externa de servidores técnico-administrativos na UFPR-litoral; IV. exercer outras atribuições previstas em Lei, Regulamento ou Regimento, no âmbito de sua competência”. Explicita-se a pergunta: porque esse órgão ainda não está exercendo o seu papel de destaque nos processos internos de condução dos trabalhos administrativos no setor? A discussão sobre a sua efetivação se faz necessária para aliviar o Conselho Diretivo desses parâmetros.

Câmaras dos Cursos, entre outros temas que criem direcionamentos propícios ao diálogo e crescimento da instituição enquanto um modelo pedagógico e institucional único.

Muitas das vezes esses espaços são aqueles que realmente deliberaram sobre os assuntos pedagógicos isso é uma característica importante, mas que acaba fragmentando as decisões entre essas várias instâncias. Quando o interessante seria trazer esse debate para o Conselho Diretivo, onde os atores conheceriam as ideias e o que está sendo materializado nesse âmbito em todos os cursos do setor e na parte administrativa em uma constante avaliação pedagógica e técnica dos espaços acadêmicos e burocráticos. Pode-se afirmar que em muitas das discussões esses espaços simultâneos estão à frente do Conselho Diretivo quando se pretende decidir algo institucionalmente, pois muitos dos atores entendem que eles são mais importantes para a discussão dessas questões justamente pelo fluxo de debates gerados nessas arenas.

Faz-se necessária essa mudança estrutural do Conselho Diretivo priorizando de fato o caráter discursivo que nele pode estar pautado, pois a discussão de assuntos burocráticos está criando um Conselho débil na tomada de decisão substantiva ao aperfeiçoamento das bases de seu Projeto Político Pedagógico (PPP), Projeto Político Institucional (PPI) e Projetos Políticos Curriculares (PPC's) dos cursos. Na realidade o que se constata é que muitos assuntos dessa magnitude são deliberados em outros espaços institucionais, até mesmo em processos não transparentes em gabinetes da instituição o que agrava ainda mais esse processo político.

5.1.3 Condições de Deliberação

Esse fator é um fator delicado ao nosso estudo uma vez que entendemos deliberação como um procedimento de debate e discussão, conhecida como “deliberação argumentativa” (AVRITZER, 2000, p. 37), voltada ao processo de consenso comunicativo sobre as características da ordem social, em disputa constante pelos atores de uma instituição democrática. E através desse conceito

entende-se que o Conselho Diretivo da UFPR Litoral é um modelo democrático que precisa rever o seu procedimento deliberativo e as formas de se gerar consensos, isso porque se apreendeu durante o trabalho de campo que poucos assuntos discutidos nesse espaço têm realmente relevância para a dinâmica de poder interna a instituição.

Como nos aponta o “*Entrevistado P*”

Eu espero que nas reuniões sejam tratadas outras pautas que nos ajude a compreender e administrar a nossa Universidade de maneira participativa, mas isso está longe de acontecer, assim como o esgotamento de qualquer assunto pertinente a esse espaço voltado a alcançar acordos mútuos e ou soluções. Então você chega lá você pega uma pauta de reunião do Conselho e as pautas são direcionadas a assuntos muito específicos e até na minha opinião, muito simples (PARTICIPANTE P).

Esse argumento denota uma clara visão de que muitos dos assuntos, em sua grande maioria, debatidos nesse espaço são matérias meramente burocráticas, ficando provada essa constatação a partir das pautas debatidas. Os assuntos colocados em discussão muitas vezes não requerem uma discussão substantiva dos fatos e isso é altamente prejudicial à deliberação, uma vez que espera-se discutir assuntos pertinentes a política institucional do setor e melhorias de seus processos pedagógicos e administrativos. As pautas colocadas nessa arena do jogo político institucional geralmente não garantem o debate profícuo de assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seu Projeto Político Institucional (PPI), sendo debatidas em outras instâncias, ou espaços de discussão paralelos ao seu Conselho Diretivo e isso, com certeza, diminuem o grau de deliberação gerado pelo Conselho.

A deliberação nesse espaço tem que levar em consideração a ressonância daquilo que está sendo discutido e debatido para aqueles que participam do Conselho Diretivo. Quando isso não acontece é bem provável que nesse espaço esteja existindo uma “pseudoparticipação”³³ (PATEMAN, 1992, p. 95) dos atores,

³³ Pateman em sua obra “Participação e Teoria Democrática” descreve três níveis de participação que formam uma escala normativa sobre esse conceito. O primeiro desses níveis ele caracterizou como “pseudoparticipação”, nas situações desse tipo não ocorre participação alguma dos atores a quem se destina o pleito da discussão: “um exemplo típico seria a situação na qual o supervisor [uma vez que o autor analisa espaços de democracia industrial], em vez de meramente informar os empregados sobre uma decisão, permite que eles a discutam e questionem o próprio supervisor[...] com frequência o objetivo não era o de

onde é dado o espaço para discussão e deliberação dos assuntos, instituído pela organização, não ocorrendo participação desses atores na tomada de decisão dos assuntos realmente relevantes para o seu trabalho, no caso dos professores e técnicos e de sua vida acadêmica, no caso dos discentes. Essa característica gera um mal-estar entre os atores que percebem intuitivamente e politicamente isso e muitas vezes se retiram da arena por não considerarem, o que está sendo colocado em jogo para a deliberação no espaço, como algo realmente importante para a tomada de decisão institucional. Lembro que não são em todos os momentos que isso acontece, mas é uma característica importante a se esclarecer. Como está escrito em um dos relatos do meu diário de campo:

Fica clara para mim a importância de se debater no espaço do Conselho Diretivo assuntos como: a alocação de recursos financeiros, balanço e avaliação da gestão administrativa e pedagógica do setor com ênfase na qualidade de ensino proposto e de vida, política de manutenção dos alunos na Universidade, questões que envolvem a dinâmica interna e burocrática da UFPR Litoral, como a hierarquia institucional, para entendermos melhor o cotidiano de trabalho dos técnico-administrativos e docentes, para se discutir os papéis, projetos e ações desses servidores dentro e fora, isso é na comunidade externa, dessa instituição, entre outros assuntos pertinentes a dinâmica política do setor. Esses fatores não estão sendo contemplados no debate nesse espaço com a sua devida importância e a meu ver, essas questões deveriam fazer parte mais assiduamente dessa dinâmica uma vez que é importantíssimo dar transparência aos processos na instituição para ela ser considerada democrática. (Diário de Campo).

A escolha dos assuntos e pautas para a deliberação deve proporcionar a discussão desses assuntos na arena política e institucional do Conselho Diretivo, como fez com as questões do Regimento Interno do setor e da não manutenção do

estabelecer uma situação onde a participação [...] ocorresse, mas o de criar um sentimento de participação por meio da adoção por parte do líder (supervisor) de uma certa abordagem, ou de um certo estilo [como um meio de introduzir a aceitação desse objetivo entre os atores]" (PATEMAN, 1992, p.95). O segundo nível é conhecido como "participação parcial" e ocorre quando o ator exerce certa influência no pleito por meio de sua participação, mas não exerce o poder de decisão final: "estar em posição de influenciar uma decisão não é o mesmo que estar em posição de (ter o poder para) determinar o resultado ou tomar essa decisão [...] podemos dizer que a 'influência' se aplica a uma situação na qual o indivíduo A afete o indivíduo B, sem que B subordine a sua vontade a A. Em outras palavras, A tem influência sobre B, mas B é quem tem o poder final de decidir" (PATEMAN, 1992, p.96). O terceiro nível é caracterizado pelo autor como "participação plena" e só existe em modelos democráticos quando a igualdade de influência nas decisões entre os atores é computada, esta seria a participação ideal, mas, devido ao pressuposto caráter igualitário de todos os participantes, explícito em sua definição, não acontece com frequência nos modelos democráticos: "nesse tipo de situação [...] não existem dois 'lados' com poderes desiguais de decisão, mas um grupo de indivíduos iguais que tem de tomar suas próprias decisões [...]" (PATEMAN, 1992, p.98).

curso de Graduação em Fisioterapia³⁴. A manutenção desse espaço participativo se dará a partir da discussão e deliberação de assuntos pertinentes a toda dinâmica do setor, uma vez que existem atores que se antagonizam, ficando o livre exercício do consenso no espaço mais distante de acontecer. E essa é uma característica fundamental, e eu diria até saudável, da democracia, uma vez que existem grupos em todas as arenas democráticas que apoiam a dinâmica de condução de seus superiores e existem aqueles grupos de oposição ao que está estabelecido. Pode-se, a partir dos dados e da vivência nessa arena pública, afirmar que as minorias são um importante indicador do processo democrático, pois elas também devem fazer parte das decisões tomadas no Conselho, uma vez que a oposição, ou as minorias, existem justamente para garantir os princípios democráticos dessa instituição. Não existirão consensos verdadeiros se esse fator não penetrar no jogo político do Conselho Diretivo da UFPR Litoral, ou em qualquer outra instância política com influência de poder que se diz democrática.

5.1.5 Síntese do Comportamento das variáveis que compõem a Dimensão Desenho Institucional

| DIMENSÃO DESENHO INSTITUCIONAL | | | | |
|---|--|------------------|----------|----------|
| Variáveis | Ausência (0), Presença Fraca (1), Presença Forte (2) de: | Pontuação | | |
| | | 0 | 1 | 2 |
| Arcabouço institucional e funcionamento | Formulação das regras e procedimentos de participação pelos atores | | | X |
| Condições de participação | Esferas amplas (para toda a sociedade) de participação | | | X |

³⁴ Um dos casos típicos onde houve a participação dos envolvidos no Conselho Diretivo, mas que não consegui explicar com a sua devida atenção nesse trabalho, essa pauta mobilizou uma parte considerável de Conselheiros na sua discussão e deliberação.

| | | | | |
|-------------------|---|--|---|--|
| Discussão | Espaços e fluxos de debates e negociações de caráter plural | | X | |
| Deliberação | Delegação efetiva de poder | | X | |
| Subtotal 6 | | | | |

TABELA 1 – COMPORTAMENTO DAS VARIÁVEIS DA DIMENSÃO DESENHO INSTITUCIONAL DO CONSELHO DIRETIVO DA UFPR-LITORAL

Munindo-se das discussões apresentadas sobre cada uma das variáveis analíticas desse contexto da teoria democrática deliberativa desenvolvi a tabela apresentada a cima. Acabei sugerindo a “presença forte” das variáveis “arcabouço institucional e funcionamento” e “condições de participação” por entender o Conselho Diretivo da UFPR Litoral como uma arena política inovadora na conquista da participação estudantil e dos técnico-administrativos no espaço de decisão institucional desse setor da UFPR. Essa constatação se deu consideravelmente, a partir do processo de construção do Regimento Interno da instituição ora em voga que contou com a participação paritária das três categorias e a condição desse Conselho ser aberto ao público, não se restringindo a democracia representativa como outros Conselhos Universitários dessa e de outras instituições, compreendeu-se o valor substantivo dessa iniciativa para a UFPR Litoral e outros espaços de decisão institucional no âmbito da educação superior pública brasileira.

Essas duas variáveis são muito significativas para o desenho institucional do setor litoral uma vez que garantem princípios muito caros a democracia deliberativa clássica como um todo. Não podendo deixar de ser um modelo de gestão participativa a ser implementada, considerando o histórico institucional dos espaços de poder, por outras Universidades Federais em caráter de urgência, uma vez que os modelos e desenhos estão ultrapassados ao que promulga grande parte da LDB brasileira e a Constituição Federal de 1988 que garante o debate pleno, conciso e com o maior número de atores sociais possíveis no âmbito das políticas públicas do país.

Identifico a “presença fraca” das variáveis “discussão” e “deliberação” por conta da centralidade do poder garantida à Presidência do Conselho, ainda existente, nos fluxos comunicativos de debate e decisão dos assuntos destacados nas pautas no Conselho Diretivo da UFPR Litoral. A partir do momento que as pautas e consequentemente as atas desse espaço participativo incluïrem assuntos menos burocráticos e mais substantivos como expus nos subcapítulos anteriores, poderemos afirmar a “presença forte” dessas duas variáveis no contexto desenho institucional do Conselho Diretivo dessa instituição educacional.

A inclusão da decisão política de grupos de oposição ao modelo de gestão da instituição em voga deve ser considerada nessa análise, uma vez que isso pode garantir a inclusão dessa minoria nos assuntos debatidos no Conselho Diretivo. A sensação de não pertencimento de muitos atores a esse coletivo está gerando uma série de condições que polarizam a participação nesse espaço de deliberação pública e isso tem gerado um desgaste muito grande e grave nessas duas variáveis. O pertencimento ao grupo é a única maneira de garantir espaços plurais de discussão e deliberação a partir de um modelo de gestão pautado na racionalidade deliberativa, que não pode se impor a centralidade do poder nas decisões substantivas do setor, garantindo um sentimento de eficácia política de todos os grupos sociais envolvidos no debate.

5.2 DIMENSÃO CONTEXTO

5.2.1 *Associativismo*

Trazendo para a discussão as palavras de Avritzer três componentes são cruciais para um novo modelo de associativismo civil na América Latina a partir dos anos 1970: a) O aumento gradativo no número e no ritmo de construção de associações civis; b) A interferência de novos atores, principalmente da classe média, na pluralização da ação social com uma profunda ruptura dos padrões homogeneizantes da ação coletiva – que o autor indica como sendo o sindicalismo,

por exemplo – com a adequação dessa a novas temáticas como a questão de gênero, raça e etnia, direitos humanos, meio ambiente, educação, saúde, assistência social, entre outras agendas; e c) A maior visibilidade, por parte do poder público e sistemas políticos, dos atores da sociedade civil que se integram e interagem em suas ações com o intuito da não incorporação ao Estado (1997,152). Tais componentes são importantes na direção do pluralismo das agendas de debate da sociedade civil e da publicidade nas ações do poder público, ocorrendo a partir da década de 1970 uma grande transformação em nível societário no Brasil.

Como o mesmo autor comenta (AVRITZER, 1997, 161-162) houve quatro fenômenos para essa transformação no histórico da ação coletiva latina americana. O primeiro deles está intimamente ligado à renovação e ou redução da influência dos sindicatos (da vida sindical) nos modelos e formas dessa ação, isso no caso brasileiro³⁵. O segundo tem a ver com a construção de solidariedades locais, onde a ação coletiva ganha peso, passando essa a estar imbricada na construção do conceito de comunidade vista como autônoma e solidária.

No terceiro fenômeno, a classe média é vista como um ator coletivo que opera sobre e na esfera pública, rompendo-se com a ideia de ação coletiva indiferenciada, essa esta colocada em um espaço plural, no qual as identidades entre os atores passam a ser formais. No último desses fenômenos há o surgimento de um conjunto de associações que são temáticas, isso quer dizer que houve não apenas a pluralização dos atores, mas também dos temas que são articulados na ação coletiva. Vemos a importância desse debate para a formação do público de instituições com caráter participativo e depois dessa pequena explicação sobre o conceito de associativismo civil passaremos a analisar essa variável da “dimensão contexto” no Conselho Diretivo da UFPR Litoral.

Levando em consideração cada uma das categorias que forma essa comunidade acadêmica nossa hipótese principal sobre o associativismo no Conselho Diretivo da UFPR Litoral pode ser entendida da seguinte forma. Os docentes e técnico-administrativos têm uma condição social e econômica estável, a participação política em suas várias instâncias (tanto do poder público formal, quanto

³⁵ No referido artigo Avritzer recorta suas considerações a dois outros países: México e a Argentina, apontando diferenças significativas entre os três modelos de sindicalismo analisados por ele.

do informal e a esfera pública), desses atores é expressiva, assim como a sua cultura política pode ser classificada como cívica ou participativa de acordo com o pensamento de Almond e Veba (1989, apud. HOROCHOVSKI, 2007, p.63-64), uma vez que entendo que esses atores estão trabalhando em uma Universidade que tem como uma de suas missões gerar, debater e disseminar conhecimentos de amplas áreas do saber teórico, prático, político e socioeconômico.

Para comprovar a efetividade dessa análise podemos destacar a participação profícua desses servidores públicos federais na paralisação e greve pela educação nacional que aconteceu em 2012. Muitos deles estão associados a entidades de classes de suas áreas de formação profissional e também de vinculação ao seu cotidiano de trabalho na instituição (como o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Terceiro Grau Público de Curitiba, Região Metropolitana e litoral do Estado do Paraná – SINDITEST; Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN; Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná – APUFPR; entre outros órgãos existentes), assim como em partidos políticos, Organizações Não governamentais (ONGs), movimentos sociais e Conselhos de políticas públicas das mais variadas áreas.³⁶

Já os discentes que participam do Conselho, segundo nossas observações de campo e o convívio no Setor, são na sua maioria bolsistas da instituição ou pertencentes ao movimento estudantil, infere-se que esses atores tem um engajamento político institucional significativo e também no movimento estudantil em toda a sua extensão e natureza. A partir da vivência que tive observando o Conselho Diretivo, a condição socioeconômica desses atores pode ser um potencializador da desistência desses em continuar no processo de tomada de decisões no Conselho.

Com o intuito de caracterizar o perfil dos alunos pertencentes ao curso de Graduação em Gestão Pública da UFPR Litoral alguns professores³⁷ desse curso

³⁶ “Não tive a pretensão de contabilizar esses dados a partir de questionários de tipo survey, por entender através das observações da dinâmica interna do Conselho Diretivo a relação entre esses dois grupos e o nível de associativismo civil existente. Compreende-se um nível de politização alto nessas duas categorias por conta das falas e debates levantados pelos atores no espaço ora analisado, principalmente o debate sobre o Regimento Interno do setor” (Diário de Campo).

³⁷ Os docentes envolvidos nesse artigo são os seguintes: Rodrigo Rossi Horochovski; Daniela Resende Archanjo; Ivan Jairo Junckes; Marcos Luiz Filippim; Marisete T. Hoffmann-Horochovski e Mayra Taiza Sulzbach.

produziram um artigo sobre o tema. No presente artigo eles nos indicam vários aspectos sobre esse perfil, que nos ajudará no presente ensaio a caracterizar os alunos desse curso. Deixo clara que essa caracterização não pode se dar aos outros discentes dos cursos envolvidos no setor, mas ela nos ajudará a dar um exemplo da condição sócio-econômica desses estudantes. Como nos apontam os autores:

Gestão Pública [assim como a maioria dos cursos do setor litoral] é um curso noturno na UFPR. Tal como acontece em outras graduações que funcionam à noite, a maioria dos estudantes pode ser considerada madura, encontrando-se em faixas etárias superiores à esperada para frequência em um curso superior, de jovens e adultos entre 17 e 24 anos (...) A idade dos estudantes repercute noutras variáveis. Número significativo deles (26) têm filhos. A maioria afirma que conciliar estudo e trabalho, e estudo e vida pessoal e familiar influenciam (muito ou pouco) suas trajetórias universitárias (...) Embora a maior parte do corpo discente viva em Matinhos, cidade que sedia o curso, parcela expressiva vem de outras cidades da região, tendo de se deslocar vários quilômetros todas as noites para estudar (...) Os fatores analisados acima constituem desafios à formação e permanência dos estudantes na universidade (...) Esses números se refletem na evasão registrada pelo curso, da ordem de 24%. Para chegar a esta porcentagem, dividimos o número de abandonos (30) pelo total de vagas ofertadas no período de 2008 a 2011 (125). Embora reconheçamos a necessidade de medidas de redução do índice de evasão, podemos considerá-lo aceitável, diante do quadro geral do Ensino Superior no Brasil e das próprias dificuldades enfrentadas por estudantes que precisam dividir seu tempo entre os estudos, deslocamento para chegar à instituição, o trabalho e a vida familiar. (HOROCHOVSKI; ARCHANJO, JUNCKES; *et al*; 2012, p. 14-16).

Esses dados podem nos transmitir um sentido de quem são esses atores e de algumas dificuldades enfrentadas para continuar os seus estudos em âmbito universitário, acabando por refletir a vivência de outros perfis do alunato da UFPR Litoral.

Com esse panorama percebe-se a não adesão da grande maioria dos discentes a participação no espaço que me propus a analisar por dois motivos principais: a) A falta de informações relevantes, a partir do contexto histórico nacional da educação pública brasileira, gerada por outros estudantes e também técnicos-administrativos e docentes, sobre a importância da participação discente em espaços de tomada de decisão institucional dessa natureza; e b) O não pertencimento político de muitos desses atores a esse espaço de debate que diminuiriam as chances de aderência desse grupo da comunidade acadêmica no Conselho.

Como nos aponta o “*Participante C*”:

[O Conselho acontece em um horário] que a maioria dos alunos estão no trabalho, né! Então nesse sentido, eu vejo [o Conselho] como sendo elitista e o perfil da participação estudantil, certamente é filtrada pela disponibilidade do uso do tempo livre, que fica a cargo de quem participa do Conselho que são aqueles que trabalham nesse espaço e os alunos que eventualmente podem se dispor desse tempo de debate, talvez até sendo amparados pelo apoio financeiro dos pais. Nesse sentido eu queria deixar claro que o Conselho é muito excludente na questão da participação estudantil da massa de trabalhadores das cidades que se encaixam no Projeto institucional. (Participante C).

Aponto esse comentário no trabalho, pois entendo que a crescente vinculação dos estudantes no cotidiano político institucional e de outras formas pode se dar de maneira compreensível ao seu pertencimento ao Conselho. Como Pateman (1992) nos aponta a participação política é um processo pedagógico dos mais importantes no cotidiano de quem entende a importância desse fato. As dinâmicas de reuniões do Conselho Diretivo poderão ser uma ferramenta institucional importante nesse processo de ensino, se, e somente se, os atores envolvidos entenderem a sua real importância para a qualidade democrática do espaço em questão. Isso posto, acredito que a participação discente nessas reuniões deve fazer parte do currículo mínimo – de uma maneira não obrigatória - de cada um dos cursos do setor, assim aumentaria a probabilidade de que esse grupo de atores compreendesse a importância de sua participação para a manutenção desse espaço paritário de tomada de decisões. Como ideia de organização do espaço, poder-se-ia acontecer reuniões do Conselho no período matutino e noturno da UFPR Litoral propiciando o debate entre os alunos mais necessariamente, isso é um ponto importante a essa análise e que não poderia deixar de ser feita.

Sobre a participação da comunidade externa no Conselho Diretivo saliento que ela ainda não existe na prática, isso diminui mais o nível de associativismo civil nesse espaço, uma vez que as associações e movimentos sociais existentes no próprio território que envolve o “Projeto Litoral” poderiam ser parceiras na discussão e tomada de decisões da Universidade. Essa ausência dificulta o grau dado a essa variável de nível contexto, uma vez que se anulou, pelo menos até o presente momento, a participação da sociedade civil organizada e de outros órgãos

governamentais, inclusive da própria UFPR, nesse espaço de geração da política institucional do setor litoral.

Diante dessa constatação, em uma das reuniões do Conselho que pude observar, os atores estavam discutindo o Regimento Interno do Setor e não chegaram a um consenso sobre como se daria a participação da comunidade externa nesse espaço e esse fato foi bem interessante. Em um dos meus relatos de campo sobre o assunto fiz as seguintes indagações:

Realmente essa questão é muito polêmica para a discussão uma vez que requer conhecer os atores que podem ser convidados a participar e como se dará essa participação: será por representantes eleitos em suas bases? Essa representação se dará de que forma? Que órgãos governamentais e ou associações da sociedade civil poderão participar? Como se dará o regime de votação no Conselho Diretivo da comunidade externa, da maneira proporcional e paritária que serve de base para as categorias da comunidade interna da instituição, ou de outro modo a ser deliberado nessa instância? (Diário de Campo).

Essas questões são básicas para responder as nossas indagações sobre a incorporação de novos atores sociais na composição do pleito do Conselho Diretivo da UFPR Litoral, mas se fazem necessárias para a incorporação de um modelo democrático inclusivo e plural no âmbito das políticas públicas na área educacional, ou em outras áreas de interesse público. Com essa incorporação gradual de novos atores nesse espaço de debate a instituição estudada “abriria as suas portas” para novos posicionamentos relevantes a continuação de seu Projeto Político Institucional, que garante a participação dos cidadãos na esfera pública dos seus órgãos de decisão, que nesse caso é o próprio Conselho Diretivo. Acredito então que essa questão deve ser levantada em um futuro próximo nessa arena discursiva.

5.2.2 Conformação dos Grupos Políticos

O Conselho Diretivo da UFPR Litoral surgiu como uma instância de debate e deliberação dos assuntos pertinentes à gestão acadêmica e pedagógica dessa instituição, sendo resultado de reivindicações participativas dos grupos e categorias

que fazem parte dessa comunidade científica. Segundo os documentos oficiais e pronunciamentos das lideranças do setor, esse modelo deliberativo foi criado para o aprofundamento das lutas no âmbito da autonomia universitária e está profundamente identificado com a criação de espaços de democracia direta nessa instância, sendo uma arena de poder essencialmente nova e progressista no âmbito das políticas públicas na área da educação superior.

Nesse subcapítulo desenvolveremos uma análise de como se deu o processo de implementação do desenho participativo aqui exposto. Quem são os atores políticos e institucionais e líderes partidários que transformaram a “Universidade no Litoral” de um simples projeto a uma realidade educacional? Quais aspectos do jogo político nacional, estadual e municipal foram importantes para essa criação? Como esse processo se deu e de qual maneira? Para responder a essas perguntas é preciso entender a configuração política existente na época em que o “Projeto Universidade do Litoral” foi sendo concebido.

A UFPR Litoral em sua essência é uma instituição criada a partir de acordos entre as três esferas de governo. No âmbito estadual é preciso esclarecer que houve a criação pelo então Governador Roberto Requião (PMDB) de uma “Comissão de Trabalho para efetuar estudos destinados a implantação da Universidade no Litoral”, instituída pelo Decreto Estadual nº 948 de 31 de março de 2003, e alterada pelos decretos nº1171 e 1172 de 28 de abril de 2003 (HAMERMÜLLER, 2011, p. 140). Essa comissão tinha como objetivo debater o aprimoramento da educação superior pública na região do litoral do Paraná e a possível implementação dessa Universidade.

A Comissão era formada pelos seguintes membros e entidades: Altair Tarcisio Rizzi - Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), na qualidade de Coordenador; Maurício Requião de Mello e Silva - Secretário de Estado da Educação; Carlos Augusto Moreira Junior – Reitor da Universidade Federal do Paraná; Valdo José Cavallet - Pró-Reitor de Graduação da Universidade Federal do Paraná; Hermínia Dorigan de Matos Diniz - Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná; Nivaldo Eduardo Rizzi - Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná; Antonio José Camargo - Coordenador de Ensino Superior da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Samia Saad Gallotti Bonavides - Reitora da

Universidade Estadual do Paraná; Archimedes Peres Maranhão – Secretário da Educação do Município de Matinhos e Eden Januário Neto – Diretor Geral do antigo Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná. No dia 28 de abril de 2003 foi incluído nesse grupo o então Presidente da Câmara Municipal de Paranaguá Antonio Carlos dos Santos e no dia 28 de abril do mesmo ano foram incluídos Antonio Alpendre da Silva, Vice-Diretor da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá – FAFIPAR e Maria Tarcisa Silva Bega, Vice-Reitora da Universidade Federal do Paraná (HAMERMÜLLER, 2011, p. 140 -143). Sendo composta então por atores importantes da época representantes das esferas governamentais do estado do Paraná e dos Municípios de Matinhos e Paranaguá e da esfera educacional pública, havia nessa composição representantes da UFPR, antigo CEFET, FAFIPAR e Universidade Estadual do Paraná.

A Comissão de trabalho de acordo com os estudos de Douglas Hamermüller encaminhou depois de um ano em abril de 2004, relatório para a apreciação do Conselho Universitário da UFPR. Sintetizando as idéias contidas no relatório:

A análise desse documento mostra que a intenção da comissão era fazer da instalação de unidades educacionais na região um instrumento catalisador para revitalizar as atividades socioeconômicas. O entendimento era de que não bastava qualificar educacionalmente os moradores do litoral, mas criar um ambiente socioeconômico para absorver a mão de obra, que seria qualificada pelas instituições de ensino [...] O trabalho dessa comissão, nessa lógica de melhorar as condições sociais na região, apresentou proposta para criação de cursos cujos futuros egressos encontrariam, ou poderiam vislumbrar uma vaga no mercado de trabalho. A análise do documento mostra que, apesar da intenção ser justificável, e a demanda pela formação existente, a união do projeto ficava por conta da iniciativa política do Governo do Estado do Paraná, não havendo ainda uma proposta educacional pensada para aquela região, levando em conta suas características educacionais. Porém, os méritos que o tempo conferiu ao projeto, foram os da iniciativa que deu origem ao atual Setor Litoral da UFPR e a questão da necessidade de melhorar a educação no Litoral Paranaense, posta em evidência nas instituições integrantes da proposta inicial. (HAMERMÜLLER, 2011, p. 54-56).

Com a resolução nº 39/04 do COUN então é criado o *campus* litoral a partir de um parecer de seu Conselheiro Alipio Santos Leal Neto dado no processo nº 14898/04-12 e por unanimidades de votos, quem assina esse parecer é o Reitor da UFPR, Sr. Carlos Moreira Junior no dia 1º de junho de 2004 (UFPR LITORAL, 2008, p.167).

Na época dos debates para a sua criação e configuração no âmbito estadual e municipal, o Partido dos Trabalhadores (PT) já estava no poder em âmbito federal

e Luiz Inácio Lula da Silva era o Presidente da República. A frente do Ministério de Educação e Cultura (MEC) estava o Ministro Tarso Genro e o Secretário de Educação Superior vinculado a esse Ministério era Nelson Maculan que haviam instituído a criação do “Projeto Expandir do MEC”. Com a criação do *campus*, foi possível a sua vinculação a esse novo projeto de âmbito federal no ano de 2004³⁸. O “Programa Expandir”, desenvolvido pela Secretaria de Educação Superior previa a expansão e interiorização do ensino superior público no Brasil, além da criação de dez universidades federais e da abertura de 47 *campi* em várias regiões do país (MICHELOTTO; COELHO; ZAINKO, 2006, p. 196).

Um desses novos *campi* é justamente o antigo *campus*, agora setor, da UFPR Litoral. Os recursos do MEC ajudaram essas universidades na construção de novos prédios, compra de equipamentos e mobiliários, reforma e adequação dos *campi*, principalmente no interior do país, aqui no caso no litoral do Paraná. Antes de entrarem no “programa Expandir”, as federais apresentaram ao ministério seus projetos acadêmicos e de obras, além de planos de trabalho.

Os novos *campi* e universidades foram sendo construídos com a participação da comunidade e a parceria das prefeituras, no caso a UFPR Litoral teve como parceiros tanto o município de Matinhos, representado pelo Prefeito Francisco Carlim dos Santos (PSDB) e o governo do Estado como já foi mencionado. O MEC bancava os serviços licitados, a contratação de trabalhadores da construção civil, professores e pessoal técnico-administrativo, além da aquisição de equipamentos e laboratórios.

Para desenvolver o trabalho de abertura do *campus* Litoral no ano de 2004 foi criada uma “Comissão de Implantação da UFPR Litoral” designada pela portaria nº 1267/04, de acordo com o artigo 7º da Resolução nº39/04 que criou o *campus* litoral (UFPR Litoral, 2008). Ela era formada pelos seguintes membros do Conselho Universitário: Alipio Santos Leal Neto, Marcia Helena Mendonça Nadolny – que foi substituída através da portaria 667/2007 da Reitoria pelo Sr. Luis Claudio Fernandes, Silvio Rogerio Correia de Freitas, Rita de Cassia Lopes, Valdo José Cavallet, Zaki Akel Sobrinho e Neide Alves. Essa comissão tinha por objetivo acompanhar a implantação desse novo *campus* institucional quando dos assuntos

³⁸ É importante esclarecer que o “Projeto Expandir” é anterior ao “Projeto de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais” (REUNI), sendo um de projeto piloto da política de expansão do governo do PT. O REUNI é definido como política pública no âmbito da educação superior no ano de 2008.

mais pertinentes a sua função social, tendo como principais assuntos debatidos por essa Comissão: o cronograma de controle das atividades desempenhadas pelos participantes desse projeto - UFPR, governo do Estado e município de Matinhos-, espaço físico e de instalação, contratação de professores e técnico-administrativos pela UFPR que seriam alocados no setor, o processo interno do primeiro vestibular do novo *campus*, entre outros assuntos que foram surgindo nesse período de construção da UFPR Litoral enquanto um *campus* institucional da UFPR.

Assim no dia 24 de março de 2004 foi assinado o “Termo de Cooperação União, Estado do Paraná e Município de Matinhos”. Assinam esse termo os representantes já citados – Roberto Requião, Altair Tarciso Rizzi, Carlos Augusto Moreira Junior e Francisco Carlim dos Santos – e o Diretor da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá (FAFIPAR) Antonio Alpendre da Silva. Na primeira cláusula do documento encontramos o seguinte:

O presente Termo disciplina a mútua cooperação entre os partícipes, com vistas à implementação de ações para a ampliação do acesso a educação e o acesso à educação e o funcionamento da **Universidade no Litoral**, por meio da oferta de cursos de graduação, técnicos e atividades universitárias de pesquisa e extensão, possibilitando a formação de agentes sociais que atuem de forma responsável [...]. (UFPR LITORAL, 2008, p. 171).

No termo de Cooperação em sua cláusula segunda o governo estadual, representando pelo ex-governador Roberto Requião e pelo ex-secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) Aldair Rizzi, participariam das reformas das áreas desapropriadas da antiga sede recreativa do Banestado (Banco do Estado do Paraná), onde se localiza atualmente uma das sedes da UFPR Litoral, também liberando recursos para laboratórios, biblioteca e estruturas de apoio ao *campus*. Cabendo ao município de Matinhos contribuir com a segurança e limpeza dos espaços universitários, assim como o pagamento de impostos e contas de água, luz, entre outros serviços básicos, quem assina pelo município é o então prefeito Francisco Carlim dos Santos (UFPR LITORAL, 2008, p. 171-172).

Até aqui trago dados iniciais para entendermos a criação do Setor Litoral e de seu Conselho Diretivo paritário e quem são os principais atores que viabilizaram esse Projeto educacional. A partir desse compendio, posso analisar a variável “conformação dos grupos políticos”. A cooperação entre esses vários órgãos viabilizou a implementação do campus litoral que passou a ser um dos setores da

Universidade Federal do Paraná em dezembro de 2007, como já foi exposto. É interessante perceber então que no âmbito da política brasileira esse setor só foi possível de ser criado graças a articulações do Partido dos Trabalhadores com suas coalizões de aliados políticos, no âmbito do governo estadual principalmente e de articulações de servidores da instituição afiliados ao partido ou que representavam a base governista, a partir de seu projeto de expansão universitária. Por mais que o prefeito do município de Matinhos fosse do PSDB, de oposição ao governo Lula, houve a adesão por parte da administração local do município de Matinhos a gastos básicos com esse empreendimento, pois esta tinha sido uma das campanhas eleitorais do prefeito da cidade, desenvolver melhores condições de ensino a população do Município. Na época em um esforço conjunto dessas três instancias do governo mais a Universidade Federal do Paraná e outras instituições de ensino, foi possível a instalação desse projeto educacional no litoral do Paraná.

Em via de regra a política pública na área da educação superior no governo Lula contribuiu substancialmente para a criação desse desenho institucional que só foi possível via Cooperação entre os três âmbitos de governo. Corroboro então com as ideias de alguns autores que analisam as instancias deliberativas dos Orçamentos Participativos como Nylen (2000), Souza (2001) e Matthaeus (1995) que afirmam existir uma relação direta entre os governos de esquerda e a criação de espaços deliberativos no âmbito das políticas públicas. De acordo com Horochovski e Clemente

Nylen (2000) aponta as razões para essa primazia da esquerda, em face dos objetivos que seus governos colocam-se: (i) inversão de prioridades, no sentido de favorecer os pobres; (ii) o empoderamento, pelo qual os cidadãos tomam consciência das desigualdades e injustiças existentes e enfrentam-nas por meio da ação coletiva visando alcançar reformas progressivas; (iii) o autogoverno local (HOROCHOVSKI; CLEMENTE, 2012, p.143).

A experiência do Conselho Diretivo da UFPR Litoral é mais um dos casos de instancias deliberativas, no âmbito das políticas públicas, que esclarece como os grupos de atores que se encontram no poder Executivo, isto é, nos governos municipais, estaduais e federais, afetam o desenho e o funcionamento dessas instituições (HOROCHOVSKI; CLEMENTE, 2012, p.143). Essa análise não tem por pretensão analisar o Conselho em si mesmo, mas sim de tentar dar um norte para

algo que estava posto anteriormente a própria criação do setor litoral e tentar esclarecer quem são os atores políticos e institucionais que possibilitaram esse novo arranjo educacional. Como escrevem Horochovski e Clemente

o fato [...] [desse Conselho Diretivo encontrar] à frente dos poderes executivos municipal [federal e estadual], forças políticas (notadamente o PT) que tinham entre seus objetivos declarados a democratização da esfera pública mediante a introdução de desenhos participativos, foi essencial [para a sua criação]" (2012, p.143).

Posso assim dizer que por conta da administração do PT e de seus aliados no espectro político-ideológico em regime federal e estadual de criação desse setor e mais tarde de institucionalização de seu Conselho perante a UFPR, permite constatar a presença nesse Conselho Diretivo de processos *bottom-up* na implantação do desenho participativo, a partir da variável “conformação dos grupos políticos”.

5.2.3 Síntese do Comportamento das variáveis que compõem a Dimensão Contexto

| DIMENSÃO CONTEXTO | | | | |
|----------------------------------|--|-----------|---|---|
| Variáveis | Ausência (0), Presença Fraca (1), Presença Forte (2) de: | Pontuação | | |
| | | 0 | 1 | 2 |
| Associativismo | Níveis de associativismo que sustenta o desenho | | X | |
| Conformação dos grupos políticos | Processos <i>bottom-up</i> na implantação do desenho | | X | |
| Subtotal 2 | | | | |

TABELA 2 – COMPORTAMENTO DAS VARIÁVEIS DA DIMENSÃO CONTEXTO DO CONSELHO DIRETIVO DA UFPR-LITORAL

A “Dimensão Contexto” sem dúvida é muito importante para compreendermos como se garantem os espaços de participação nas instituições democráticas, e como a direção desses espaços se comporta frente a especificações das demandas dos seus possíveis grupos de influência. Ao localizar os níveis de associativismo civil no espaço do Conselho Diretivo da UFPR Litoral é nítida a não participação de grupos da sociedade civil na arena, isso gera e tem gerado um fluxo de debates sobre a realidade da instituição reduzido ao seletivo grupo de pertencentes à comunidade acadêmica – técnico-administrativos, docentes e discentes.

No Projeto Político Pedagógico da instituição e em seu Regimento Interno está prevista a participação de associações e movimentos sociais nesse espaço de discussão em âmbito educacional, essa prerrogativa que existe nas suas bases legais deve sair do papel e adentrar ao centro da discussão. A “presença fraca” da variável “associativismo” tem a ver com essa falta de participação de outros “atores de protestos” tão importantes para o desenvolvimento participativo dessa esfera pública por natureza que é a Universidade pública. Essa articulação a nível territorial, com os sete municípios que compõe o litoral do Paraná, com outras instâncias da própria UFPR, com outras instituições de ensino superior do litoral do Paraná – sejam públicas ou privadas - com outras entidades que fomentam a discussão pública da educação superior e agilizam políticas públicas nessa área de interesse social, se faz muito necessária para o grau de democracia deliberativa desse Conselho Diretivo.

Como já expus anteriormente, não me cabe indicar nesse espaço como deve ser essa participação, nem quais grupos e entidades devem ser convidadas a adentrar no debate público dessa arena, mas a necessidade dessa articulação via Conselho Diretivo é importante para a manutenção da pluralidade das decisões nessa instituição de ensino. A abertura desse canal discursivo a instituições que corroboram outras realidades e outros cotidianos de enfrentamento a questão educacional em seus mais amplos meios, é vital para a qualidade substantiva da arena em questão e geraria retornos positivos para seu desenho institucional.

Outro ponto que mencionei no trabalho é a não adesão da grande maioria dos discentes ao espaço de discussão ora em voga, elenquei dois motivos principais

para essa não adesão e acredito que isso significa o esvaziamento dessa categoria da arena discursiva. Esse fato ajuda ainda mais nessa classificação em nível de “presença fraca” de associativismo entre os atores que nesse caso podem e estão participando do Conselho. Essa instituição tem espaços flexíveis de ensino aprendizagem, podendo ser encarada como um espaço de educação formal interdisciplinar, assim essa interdisciplinaridade deve contar com a participação dos discentes no espaço do Conselho Diretivo.

Eu já tratei sobre essa questão que trago agora em outro ponto do trabalho, sou favorável a extensão da participação nessa arena nos currículos dos alunos como uma forma de Atividade Formativa, por exemplo, ou de carga horária não obrigatória dos Projetos Pedagógicos Curriculares (PPC's) dos cursos oferecidos no setor, como uma forma pedagógica institucional de aumentar a participação discente nesse espaço. Pode-se ver claramente que falta informação sobre a importância desse espaço para essa categoria, muitos alunos nem sequer sabem que existe esse Conselho e pior muitos não conhecem o caráter paritário que ele mantém em seu modelo, acreditando se tratar de um Conselho permitido apenas para professores, técnico-administrativos e alguns representantes dos alunos. Essa visão dificulta o próprio Projeto Político Pedagógico uma vez que a voz e o regime de votação dos discentes nesse espaço de formação de cidadania não estão ecoando em todo o seu potencial e importância para o desenho deliberativo construído.

A variável “conformação dos grupos políticos” nos mostra a configuração política para a implementação de desenhos participativos nos mais variados campos das políticas públicas. Por ser uma variável de explicação analítica anterior ao processo de implementação dos desenhos, ela serve para a compreensão de como que os atores se articularam para a criação das arenas participativas. A UFPR Litoral por ser uma instituição criada no governo Lula, a partir da articulação entre as três esferas do governo que se alicerçavam no mesmo espectro político-ideológico, garantiu a “presença forte” de processos bottom-up de implementação de seu desenho institucional. Com isso confirmo a hipótese de outros atores, já explicitados, que veem na influência de governos da esquerda política a crescente garantia de espaços de discussão e deliberação de políticas públicas pelos atores que são diretamente atingidos por essas. Por ser uma variável pouco utilizada ainda nos

estudos da Ciência Política, esse dado é inédito no estudo de Conselhos Gestores no âmbito universitário.

5.3 DIMENSÃO POLÍTICA

5.3.1 Representação

Sobre a questão da representação para Luchmann o modelo da democracia representativa está relacionado com a “idéia de que as decisões políticas são derivadas das instâncias formadas por representantes escolhidos por sufrágio universal” (2007, p. 139). Para Faria essa perspectiva “sustenta que o poder deve organizar-se democraticamente através de instituições que mediam a relação entre os interesses privados dos indivíduos e o poder” (2000, p. 58). Assim o poder, nessa variável, necessita da organização democrática de instituições que façam a mediação entre os interesses individuais e societários de forma coletiva por intermédio da discussão pública.

Essa organização tem como objetivo a constituição de premissas legais de interesses também públicos que acabam por acarretar a implementação dessas premissas pela administração pública estatal. O sentido básico da representação para Luchmann seria então o de “tornar presente algo que está ausente” dentro das organizações democráticas. Nesse modelo político, segundo a autora, a participação dos atores sociais se reduz ao momento da escolha dos representantes no processo eleitoral, assim a legitimidade e a responsabilidade pelo processo decisório dessas organizações restringem-se aos seus representantes escolhidos no pleito por sufrágio eleitoral (2007, p. 144).

A partir do momento que encaramos a inevitabilidade da representação em processos participativos (na participação democrática), o controle social efetivo das políticas e bens públicos ocorre por meio de diferentes práticas de participação que incluem a representação nas instâncias deliberativas. Esse controle social tangencia a superação dos limites da representação eleitoral, dando uma nova característica

ao processo de representação política e requer como fundamento básico a ativação da cidadania pelos cidadãos em destaque. Na ocasião em que essas características dos processos participativos apareceram nas instituições, criaram-se as bases para um novo significado político e social de rompimento com a ideia da política em si ser uma atividade exclusiva dos aparatos partidários oligarquizados e de políticos profissionais (LUCHMANN, 2007, p. 144-145).

Assim definiu-se o resignificado da variável “representação” na teoria democrática contemporânea onde “a introdução da participação está relacionada, portanto, a uma avaliação positiva acerca da capacidade que as experiências participativas oferecem para ‘rebalancear a articulação entre a democracia representativa e a democracia participativa’” (LUCHMANN, 2007, 145). Com o advento das conhecidas experiências participativas - Conselhos Gestores de Políticas Públicas e Orçamentos Participativos, por exemplo – houve, segundo a mesma autora, a inauguração de mecanismos e relações de representação políticas com um caráter novo e que se diferem do modelo democrático da representação eleitoral, mas é bom lembrar que essas experiências sofreram vários impactos dessa representação. Isso porque essas experiências em seus modelos e desenhos institucionais combinaram em seu cotidiano de debates e decisões, mecanismos de representação direta – como é o caso do Conselho Diretivo da UFPR Litoral – com mecanismos de articulação e participação da sociedade civil – esse quesito não aparece substancialmente nesse desenho institucional como já foi mencionado no subcapítulo sobre a variável “associativismo”.

A discussão sobre esses dois mecanismos é que começarei a discorrer e analisar nessa parte do trabalho. Quando o assunto é representação no espaço do Conselho Diretivo da UFPR Litoral, muitas polêmicas são levantadas pelos atores políticos dessa arena discursiva. Com o intuito de levantar essas polêmicas trarei para o debate a seguinte fala para entendermos mais proficuamente essa questão. O “*participante I*” nos aponta o seguinte comentário:

[...] Eu queria estar lá [no espaço de criação do Regimento Interno do setor] só para acompanhar o processo de criação e discussão desse documento, mas como não pude me controlar (risos), eu fui propondo várias ações para esse trabalho e onde pegou para mim nessa discussão específica tem o nome de composição do Conselho Diretivo – quem efetivamente irá

participar desse espaço de tomadas de decisões? Tínhamos na ocasião duas alas, uma que pensava o Conselho como representativo das categorias envolvidas e a outra que pensava o Conselho tal como ele se apresenta hoje, composto por todos aqueles que dele querem e tem interesse em participar das discussões e deliberações, então eu propus que esse espaço fosse representativo, dada as boas experiências que pude ter nos Conselhos Superiores e no meu cotidiano aqui na instituição. (PARTICIPANTE I).

Nesse relato fica nítida a opinião de vários indivíduos que participam desse espaço de discussão, muitos participantes do Conselho gostariam que ele fosse representativo nos moldes dos Conselhos Superiores da Universidade. De acordo com meu diário de campo

Um argumento bem presente e que pude notar a partir da observação da discussão do Regimento Interno do setor sobre a afirmação por parte dos atores que preferem um Conselho Representativo, é a imprecisão nos fluxos de informações úteis sobre os temas que estão sendo debatidos no espaço participativo. Os relatos nesse espaço de discussão do Regimento sobre essa variável, estão sendo constituídos através da premissa de que na representação um grupo de pessoas é responsável por trazer as informações úteis ao Conselho e relacioná-las com a realidade vivida pelos pares, para então se discutir e deliberar as pautas relativas às várias temáticas que podem surgir nesse espaço. A fala de participantes que tem dúvidas se esse espaço é mesmo um espaço de Conselho são grandes, nessa última reunião pude perceber que muitos acreditam que esse espaço não passa de um espaço de Assembléia geral da comunidade universitária. (Diário de Campo).

Depois de muito refletir a respeito cheguei à conclusão de que esse espaço é um espaço de Conselho Gestor da instituição, não corroborando com a ideia desses atores, uma vez que ele tem o potencial e foi criado com o objetivo de ser um recinto de Conselho com o intuito de administrar, a partir da deliberação livre entre os atores as questões relativas ao setor de forma participativa. O argumento da falta de informações para a deliberação no pleito, que muitos desses indivíduos se utilizam para torná-lo um espaço de representação nos moldes de outros Conselhos Universitários, é bem convidativa e interessante e muito fiquei a pensar se a solução para o esvaziamento da arena não seria a falta de representação por categorias que fazem parte dessa instituição de ensino.

O problema da falta de informação sobre os assuntos que estão em discussão no espaço participativo analisado não está no âmbito da composição do

Conselho Diretivo. Esse fator está presente em outros aspectos como na centralização do poder relativa às pautas que chegam a esse espaço e na organização prévia do Conselho ao debate de suas demandas, lembrando-se das ideias que trouxe sobre a participação política ser um ato pedagógico fundamental para os sujeitos cidadãos que participam desses espaços, falta um pouco desse caráter formativo nessa arena social, que nos discursos dos participantes e de meus próprios entrevistados ficaram tão em voga em seu início.

A responsabilidade no pertencimento ao Conselho Diretivo é individual, isso é de cada sujeito, mas a articulação das informações que devem ser pautadas e o devido conhecimento técnico, burocrático, científico, social, econômico, entre outros, deve ser claro para todo o grupo, e a utilização nesse espaço de Conselhos Temáticos pode vir a solucionar esse dilema. As informações prévias daquilo que está sendo debatido deve ser repassada pela Direção do Conselho, mas não acredito que é essa instância que deve em todos os momentos repassá-la, afinal de contas ela existe para mediar os trabalhos e não pautá-los, ou deixar de pautar alguma demanda. É preciso um novo estudo de viabilização desse espaço para que ele deixe de ser uma arena mal quista pelos atores que participam e por aqueles que foram deixando de participar e só participam quando o assunto é de seu interesse pessoal.

A singularidade desse Conselho Diretivo é tamanha para não enxergarmos o potencial democrático que está contido em sua estrutura paritária e quase universal. Não posso deixar de apontar todos os pressupostos teóricos que a democracia deliberativa clássica traz em seu bojo, para mim o principal deles é o diálogo entre todos os cidadãos que desejam participar do pleito deliberativo, o que transforma as instâncias participativas em um veículo discursivo essencial no âmbito das políticas públicas. Pertencer a uma instituição com um modelo descentralizado e participativo deveria unir os atores nas resoluções das problemáticas oriundas da realidade institucional e não afastá-los muitas das vezes, o problema aqui não está na paridade e sim no uso do poder pelos atores.

Como nos aponta o “Participante A”

Os dois primeiros dias de Conselho foram os mais marcantes, primeiro porque eu não estava entendendo muito bem o que era aquilo. Quando você chega, você é apresentado para todo o setor e no segundo dia você percebe que é um conselheiro! Você é conselheiro desse espaço pelo fato de existir nessa instituição, então isso é muito marcante, porque você percebe que dentre todos os modelos de democracia, democracia participativa, democracia deliberativa, enfim entre os vários modelos, você tem a possibilidade de se representar diretamente no espaço [...] Se você reconhece e entende esse potencial de se perceber como um conselheiro dentro da instituição a participação no espaço fica mais responsável. Por isso você tem que ter uma clareza sobre isso e uma postura em relação a esse fato, porque ser conselheiro nos trás uma responsabilidade nas ações e deliberações muito maior. (PARTICIPANTE A).

Essa informação articulada pelo “*Participante A*” tem valor para a presente pesquisa, pois se entende a partir dela a importância do fenômeno pedagógico de pertencimento ao espaço de deliberação para a “variável representação”. As premissas básicas da representação direta entre os atores sociais que fazem parte dessa realidade é contemplada nesse Conselho Diretivo e isso é altamente importante para o processo e desenho democráticos dessa instituição. A representação direta dos atores no pleito significa uma resignificação dessa variável tornando o ato de deliberar algo suscetível a todos aqueles que queiram decidir nesse espaço, a partir do diálogo entre os pares.

A análise da “variável representação” não pode ser encerrada nesse ponto da questão uma vez que a inexistência da representação direta, ou em seu modelo clássico, de atores das associações da sociedade civil também deve ser contemplada. Apresentou-se no subcapítulo onde discorro sobre a “variável associativismo” o problema em torno dessa não-representação, aqui defendendo o mesmo ponto de vista traduzido na análise dessa variável. A não representação desses atores nessa arena pública traz em seu bojo a questão da invisibilidade dessas associações, e ou movimentos sociais, nesse processo e esse aspecto é relevante para presente pesquisa de campo.

5.3.2 Participação

A “variável participação” expressa no modelo da democracia direta³⁹, a partir do pensamento de Luchmann, traz a seguinte ideia:

Inspirada no modelo ateniense, a democracia direta, diz respeito, de um modo geral, ao processo de discussão e deliberação política pautado nos princípios de igualdade, liberdade e cidadania plena caracterizada pela participação direta dos cidadãos nos assuntos do Estado. Em que pese todas as contradições do modelo ateniense (Held, 1987) e as dificuldades de implementação da democracia direta nas sociedades complexas (Bobbio, 1987; Held, 1987), esse modelo em boa parte revitalizado por Rousseau, pressupõe o resgate da soberania popular enquanto princípio central do autogoverno, voltado para a formação da vontade geral, ou do bem comum publicamente gerado. Radicaliza-se aqui, a concepção de participação política, na medida em que diz respeito a expansão do exercício do poder político a todos os cidadãos, considerados aptos (e em condições de igualdade) para definir os rumos da coletividade. (LUCHMANN, 2006, p. 20).

Os escritos sobre a “variável participação” democrática começaram a aparecer de forma mais enfática nos anos 1970, quando pensadores como Pateman (1992) e Macpherson (1978) escreveram seus relatos sobre o acesso de funcionários às decisões em seu local de trabalho, democracia industrial, em organizações formais e hierarquizadas, sendo uma construção teórica muito profícua a esse debate. A partir de então esses conceitos começaram a aparecer nos trabalhos de diversos pesquisadores sobre o tema proposto e ajudaram a aprofundar o debate sobre a importância e a singularidade da participação democrática no século XX.

Analisar a variável “participação” do Conselho Diretivo da UFPR Litoral de acordo com a literatura exposta é essencial para o presente trabalho. A participação nesse Conselho se dá de forma paritária entre as três categorias que fazem parte dessa comunidade universitária, mas é preciso encarar a dinâmica interna dessa arena para constatar, ou não, se os princípios expostos por Luchmann fazem parte de seu cotidiano. Já mencionei anteriormente que uma das características fundamentais do desenho institucional desse Conselho é a centralidade do poder de decisão das pautas e conseqüentemente das suas atas na Presidência do Conselho, a partir dos “Informes Litoral” - veículo institucional de comunicação entre as

³⁹ Afinal existe um modelo de participação representativa na teoria democrática.

categorias dos técnico-administrativos e docentes - e esse é um aspecto que não posso deixar de lado nessa análise.

A partir da constatação do grau de participação dos atores nesse espaço profundamente político revelar-se-á algo como se fosse um “raio x” do processo democrático dos mesmos nessa arena e de como funciona os filtros comunicativos que garantem, ou não, o pertencimento desses agentes ao Conselho Diretivo. “Participar” de um espaço de tomada de decisões exige duas características prévias no âmbito da democracia deliberativa clássica, a partir das minhas observações: a) todos os participantes do debate devem estar munidos de informações substantivas sobre aquilo que está sendo debatido e da sua importância para o contexto geral da instituição – e isso não quer dizer que eles precisem concordar entre si sobre a problemática em questão, uma vez que a partir da participação dos atores, dos fluxos comunicativos, do debate propriamente dito e da deliberação é que decisões serão tomadas e implementadas; b) as regras da participação no pleito devem ser consensuadas anteriormente no próprio espaço de diálogo e debate, sendo imprescindível a participação de todas as categorias envolvidas no processo no mesmo.

Tendo essas características no bojo da situação é que começarei essa análise, pois “participar” não é só estar de corpo presente no espaço é ter a clareza e a possibilidade de mudar a forma e a condução do jogo político. Será que isso acontece no processo político do Conselho Diretivo da UFPR Litoral? Será que os participantes estão munidos de todas as ferramentas institucionais para uma participação efetiva no espaço?

Voltarei à discussão do Regimento para tentar responder a essas perguntas. Com a deliberação dos atores sobre essa normativa no cotidiano político da UFPR Litoral ficou impresso no Conselho Diretivo uma relação conflituosa, mas benéfica ao modelo implementado de discussão paritária, entre os dois grupos conflitantes que já analisamos em subcapítulos anteriores. A centralidade do poder, principalmente de informações que foi se instituindo na instituição pela Direção do setor, que também é quem preside o Conselho, tem levado ao esvaziamento participativo desse espaço criado para a deliberação profícua dos membros da

comunidade acadêmica e seus possíveis parceiros. Sobre esse assunto o “*Participante M*” nos fala o seguinte:

As pautas que chegam até o Conselho devem ser trabalhadas pelas pessoas anteriormente ao debate no espaço, onde elas possam ter acesso a informação. [...] Hoje como não temos clareza desses processos o Conselho fica muito centralizado na figura de quem está dirigindo, então quem está dirigindo pode dar credibilidade maior a reunião ou ‘deixá-la rolar’ indefinidamente dependendo da pauta e isso não é democrático, porque centralizamos no nosso cotidiano o poder nessa figura. Quem dirige tem que tomar algumas decisões, só que elas têm que ser claras para que todos a compreendam, nesse sentido hoje quem está à frente do Conselho [os três diretores da instituição] tem tomando o maior número de medidas possíveis para a não continuação dessa centralidade. (PARTICIPANTE M).

Esse “dever ser”, ou esse *modus operandi* histórico a instituição deve ser considerado nessa análise uma vez que é justamente esse ponto que acarreta a maioria dos conflitos existentes entre as partes que constituem essa arena discursiva. A centralização do poder e a discussão de assuntos muitas vezes meramente burocráticos, que não podemos esquecer, têm trazido desgastes aos fluxos discursivos que poderiam estar sendo mais bem aproveitados dentro desse espaço. É justamente esses pontos que tem gerando um forte sentimento de não pertencimento e não eficácia do espaço entre os vários atores que potencialmente poderiam estar gerindo a instituição a partir do debate e da contestação. Levando em consideração a observação participante em um de meus relatos de campo está mencionado o seguinte:

Isso [a centralização do poder] pode ser o principal fator da não aceitação da legitimidade do Conselho Diretivo e porque não do Regimento Interno da instituição pelos atores insatisfeitos com o processo, mas lembro que uma maioria considerável de atores legitima o Conselho. Mesmo aqueles que discordam dos posicionamentos de quem está na condução do processo participaram assiduamente do espaço durante o período em que analisei o Conselho e isso é uma característica muito interessante para a crescente manutenção desse espaço. Talvez, e aqui é uma suposição minha esses atores da oposição são justamente aqueles que geraram os fluxos de debates mais interessantes para essa análise, pois provocaram a maioria das contradições oriundas desse universo, e aqui não quero dizer que os atores da situação não o façam a sua maneira também, acho que a participação desses dois grupos no Conselho é saudável e se complementam, desde que não aja no espaço dissabores meramente pessoais, como já foi possível reconhecer. (Diário de Campo).

A “pseudoparticipação” também é um forte indício para o inconformismo de alguns atores em relação ao espaço participativo em análise, uma vez que esse espaço tem se tornado uma instância de validação de assuntos burocráticos que precisam da aprovação no Conselho por seus pares para os atores encaminharem as suas ações. O Conselho está perdendo o seu caráter embrionário de uma instância participativa de assuntos substanciais a dinâmica interna do setor e isso é um grave indicio dessa não conformação, pois os atores esperam encontrar nesse espaço uma realidade diferente daquela que está posta, essa instância precisa urgentemente de um revigoramento de suas pautas para que a participação dos atores deixe de ser apenas casual, passando a exercer todo o seu potencial deliberativo.

A variável “participação” nos é muito cara para o presente projeto de análise, pois traz no seu bojo a configuração do clima organizacional a partir das regras que foram sendo implementadas, ou não, no setor. Vejo essa variável de forma muito salutar a teoria que me propus a estudar por conta da manutenção dos atores sociais em questão no espaço do jogo político em si e fica claro para mim que essa manutenção está colocada muito por conta das demandas pessoais desses atores. Isso gera um grande problema que esse Conselho Diretivo deve resolver uma vez que entendo o espaço do Conselho como sendo um espaço de participação profícua de assuntos substantivos para a manutenção do Projeto Político Pedagógico, por isso que asseguro haver uma “pseudoparticipação” dos atores em muitas das discussões que aparecem nesse espaço de possíveis consensos. A manutenção da centralidade do poder de deliberação das pautas nas mãos da direção do Conselho tem gerado certo mal-estar entre os atores participantes dessa arena que não conhecem, ou não se sentem esclarecidos, sobre os filtros institucionais de criação e vigente organização das pautas e atas do Conselho.

Sinto a necessidade do debate de assuntos pontuais nesse espaço, vou dar mais alguns exemplos dessas pautas, a partir das falas de descontentamentos de vários atores da instituição: a) A aprovação pelos participantes do Conselho das despesas institucionais que impliquem licitações, quer dizer, as de custeio do setor litoral e a deliberação nesse espaço da alocação dessas verbas entre as suas várias instâncias gerenciais; b) Nova discussão sobre o modelo de avaliação vigente na instituição; c) Planejamento de encargos didáticos para os professores e

coordenadores de cursos; d) Avaliação conjunta de seus espaços pedagógicos – ICH's, PA's e de conteúdos específicos de cada curso; e) Avaliação conjunta de seus espaços administrativos e de gestão universitária; f) Avaliação das políticas de integração entre o setor e os sete municípios do litoral do Paraná, público alvo dessa instituição de ensino, na criação e melhorias de políticas públicas em amplas áreas; g) Melhorias na política de benefícios socioeconômicos aos discentes a partir da realidade local do litoral do Paraná; h) Avaliação do acesso dos estudantes egressos da instituição ao mercado de trabalho; entre outras pautas, que foram chegando até mim, por conta principalmente desse projeto de estudos, a partir das falas desses atores que participam do Conselho e de meus entrevistados.

A participação substancial dos atores nesse espaço de debate se dará a partir da incorporação desses dissensos no Conselho, quando, e somente quando, os assuntos pautados forem de relevância pública para a manutenção desse espaço, sem é claro a influência nas decisões na figura da liderança do Conselho. Essa liderança deve aparecer e é salutar, mas o que questiono é *modus operandi* histórico criado na tomada de decisão das pautas do Conselho e de possíveis arranjos institucionais extra Conselho que decidem, ou melhor, podem decidir assuntos que necessariamente deveriam passar por essa instância tamanha é a sua importância paritária nas tomadas de decisão. No mais a criação desses fluxos abertos ao diálogo de assuntos substantivos é o que poderia garantir, de fato, a partir do bojo teórico que apresento, essa participação mais ativa e legitimada pelos grupos que compõe o desenho institucional do setor. A não adequação das pautas e filtros de informação a essa realidade e a possível deliberação de assuntos importantes a toda a vida acadêmica em outros espaços e arranjos institucionais é o que vem gerando, aos olhos da pesquisadora, essa incapacidade de aceitação do Conselho Diretivo como um espaço legítimo de participação por vários indivíduos. Esse é um erro grave nas minhas observações e que deve ser discutido para a manutenção desse espaço em vieses e premissas democráticas.

5.3.3 Síntese do Comportamento das variáveis que compõem a Dimensão Política

| DIMENSÃO POLÍTICA | | | | |
|--------------------------|---|-------------------|----------|----------|
| Variáveis | Ausência (0), Presença Fraca (1), Presença Forte (2) de: | Pontuação | | |
| | | 0 | 1 | 2 |
| Representação | Públicos múltiplos e variados | | X | |
| Participação | Ocupação efetiva do espaço participativo | | X | |
| | | Subtotal 2 | | |

TABELA 3 – COMPORTAMENTO DAS VARIÁVEIS DA DIMENSÃO POLÍTICA DO CONSELHO DIRETIVO DA UFPR-LITORAL

Por mais que a variável “representação” esteja sendo empregada nesse modelo a partir da representação direta dos atores no pleito democrático e entendendo que ela está sendo contemplada nesse aspecto, duas são as justificativas para a “presença fraca” dessa variável no Conselho Diretivo em questão. A primeira é a falta de representantes de outras instituições, associações e movimentos sociais em seu desenho institucional, que como já expus é fundamental para gerar fluxos de comunicação capazes de construir “acordos mútuos” mais verdadeiros com a realidade local, tendo como objetivo a manutenção e melhoramento das políticas públicas em todas as suas áreas de fomento. A segunda é a debilidade da representação estudantil no espaço do Conselho, é imprescindível que essa categoria de atores políticos conheça a importância desse espaço no seu cotidiano institucional e que a representação no espaço se dá de maneira paritária.

Quando procuro sensibilizar o leitor para a importância de reuniões temáticas nesse Conselho, um de seus grandes objetivos é justamente propiciar aos estudantes trabalhadores, que não podem participar das reuniões no período da tarde, a sua própria representação nesse Conselho Diretivo. Essa ferramenta de organização do Conselho propiciará a abertura desse espaço deliberativo a essa demanda, como já disse e repito o caráter pedagógico desse desenho institucional

ganhará cada vez mais adeptos a partir dessa constatação. Essas reuniões temáticas também podem resultar na representação de atores extra-instituição que trariam para dentro da UFPR Litoral suas vivências na área educacional e o debate se tornaria cada vez mais profícuo entre esses vários atores políticos.

A representação direta para a democracia deliberativa clássica abre a possibilidade do adensamento dos atores nos espaços participativos, para isso é preciso ter um grau de informações condizente a importância dos espaços e a liberdade para debater assuntos importantes com todos aqueles que queiram, e digo mais necessitam, debater os assuntos para a manutenção da política pública setorial analisada. Uma das premissas mais significativas do Projeto Político Pedagógico da UFPR é a autonomia dos atores enquanto “seres políticos”, e a autonomia universitária enquanto instituição fomentadora de novos mecanismos de gestão social e econômica na sociedade. É preciso dar mais autenticidade a esse processo uma vez que o caráter representativo desse Conselho Diretivo deve levar em consideração a análise exposta.

Sobre a variável “participação” posso dizer que os aspectos que me levaram a dar o grau de “presença fraca” para essa variável analítica assemelham-se à anterior. Devo enfatizar que o processo pedagógico de construção da cidadania pelos atores deve estar entre os principais objetivos, a curto, médio e longo prazos, desse Conselho Diretivo afinal ele se institucionalizou em uma Universidade o que é pode ser algo muito propício a esse processo. A “pseudoparticipação” que proponho existir em alguns momentos dessa arena por conta de sua centralização do poder - nos fluxos de comunicação e também de algumas pautas fundamentais para a manutenção do setor e da qualidade de seu ensino que acabam não se encaminhando para o Conselho Diretivo - como já enfatizei deve ser banida desse espaço.

A variável “participação” é singular a todo esse trabalho, pois é a partir dela que medimos a importância do espaço deliberativo para a instituição e seus atores. Se continuarmos tendo um crescente esvaziamento desse espaço pelos grupos que configuram a comunidade interna da UFPR Litoral, o caráter participacionista da arena social começara a diminuir e por mais que tenhamos um desenho institucional propício ao debate, ela perderá a sua significância substantiva. Essa significância

que para mim está muito centrada nos processos inovadores de ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica com premissas da racionalidade deliberativa nas suas ações de interesse público.

6 CONCLUSÃO

A partir da teoria e dos dados empíricos analisados neste estudo de caso, pode-se responder a pergunta de pesquisa feita na introdução: em que medida o Conselho Diretivo da UFPR Litoral é participativo, como proposto no seu Projeto Político Pedagógico (PPP) e na legislação competente, a partir da teoria deliberativa de democracia? O quadro abaixo, que sintetiza as dimensões analisadas ao longo do capítulo anterior, auxilia na resposta.

| Dimensão | Pontuação máxima | Pontuação observada |
|-----------------------|-------------------------|----------------------------|
| Desenho institucional | 8 | 6 |
| Contexto | 4 | 2 |
| Política | 4 | 2 |
| Total | 16 | 10 |

TABELA 4 – ÍNDICE DE DEMOCRACIA DELIBERATIVA – CONSELHO DIRETIVO/UFPR LITORAL

A partir do quadro, o Índice de Democracia Deliberativa do conselho em tela é de 10 pontos, em 16 possíveis. Pode-se perceber que a dimensão na qual a instituição analisada mais se aproxima das prescrições da teoria deliberativa é a do desenho institucional, sendo mais modesto o desempenho do conselho nas demais – contexto e política. A partir disso, é possível afirmar que este espaço participativo é mais pleno em seus aspectos formais, ou seja, no plano das intencionalidades. Está, porém, mais distante de uma democratização substantiva, em face da teoria, quando se consideram dimensões relacionadas ao funcionamento efetivo, do cotidiano dos atores, aspecto muito caro à vertente teórica aqui adotada.

Retomar a literatura da democracia deliberativa clássica trazendo seus principais conceitos, de acordo com alguns de seus mais notórios debatedores nacionais e do próprio pensamento de Jürgen Habermas, pioneiro da teoria, clarificou as problemáticas postas e permitiu entender a sua importância para a pesquisa empírica de espaços democráticos participativos, como o Conselho Diretivo da UFPR Litoral. As variáveis com as quais trabalho durante a análise, propostas por Claudia Feres Faria e Uriella Ribeiro (2010), são saltos qualitativos a

essa teoria, pois com essas proposições é possível caracterizar a dinâmica desses espaços e trazer à tona a impressão dos atores sobre a arena em que eles participam. Isso faz com que a democracia deliberativa clássica obtenha ganhos na exposição de trabalhos empíricos na área da Ciência Política.

A partir daqui sintetizo e amadureço algumas questões do que chamei no título desse trabalho de análise prática do Conselho Diretivo da UFPR Litoral. Estou me referindo à prática nas análises da democracia deliberativa, por conta de diálogos que mantive com meus pares durante esse período de pesquisa, nos quais muitos deles afirmam e caracterizam essa abordagem teórica como sendo muito teórica e prognóstica, deixando de lado questões empíricas tão importantes para a análise de instituições políticas complexas. A sistematização das variáveis propostas por Faria e Ribeiro contemplou a questão do norte teórico para o uso de ferramentas adequadas das metodologias qualitativas nesse estudo e pode ser aplicada em outros estudos de Conselhos Gestores de políticas públicas, em todas as áreas que demandam a participação popular, através da sociedade civil, em seu contexto. Por entender essa teoria como fundamental em estudos dessa magnitude, pode-se ao menos rever esses argumentos, deixando clara a real importância da sua adequação as questões práticas das instituições democráticas como o Conselho Diretivo da UFPR Litoral.

Muitas das minhas considerações sobre esse espaço foram feitas ao longo do trabalho, fugindo um pouco do protocolo do método científico que salienta a construção dessas exposições nesse capítulo de conclusão. Por entender que esses apontamentos são essenciais para a análise que faço do Conselho Diretivo, elas foram sendo incorporadas ao longo do texto para que possamos entendê-las na totalidade das variáveis expostas, o que também ajudará na leitura sucinta dos leitores de meu capítulo empírico, uma vez que os apontamentos estão divididos entre essas duas partes do estudo.

Muito do que trati no presente estudo são questões para manter a eficácia política do espaço analisado, sem perder de vista aspectos que o tornam um veículo profundamente importante para o processo democrático da instituição. O processo de institucionalização, deliberação e participação política do Conselho Diretivo da UFPR foi sendo desvelado ao longo do trabalho e assimilo que a concepção de novos fluxos de comunicação no setor e a incorporação dos discentes no veículo já

criado - o “Informes Litoral” - se faz necessária para que tenhamos um quadro de informações úteis sobre as pautas do Conselho Diretivo a essa categoria da comunidade universitária. Outro ponto que saliento é a incorporação dos “atores de protesto” oriundos da sociedade civil e de instituições latentes a discussão educacional no espaço do Conselho Diretivo. Vejo que a criação de Conselhos Temáticos em horários compatíveis à dinâmica da vida dos discentes e desses outros atores complementaria essa questão da eficácia em direção a um aprofundamento democrático, assim como a incorporação das discussões políticas do setor no currículo dos discentes, de uma forma não obrigatória, como uma maneira de gerar um processo pedagógico de construção da cidadania dos sujeitos como propõe Carole Pateman em seus estudos.

A centralização do poder do fluxo de comunicação e a sublimação das decisões substantivas ao espaço do Conselho Diretivo, pela qual essas se dão em outros espaços institucionais pouco adequados, devem ser novamente levantadas na arena objeto desta pesquisa. Essas são as duas características que em minha opinião, através da leitura que faço da literatura sobre a questão, tem de ser debatidas e exploradas ao máximo nesse Conselho para que tenhamos um espaço plural de deliberação política altamente questionador das formas que estão postas na sociedade, utilizando, para isso, a racionalidade deliberativa. A partir do momento em que pautas como a construção do Regimento do Setor aparecerem mais proficuamente no Conselho Diretivo, espera-se um maior grau de relevância pública dos assuntos debatidos. O que proponho, enfim, é a superação da atual dinâmica, por que assuntos meramente burocráticos prevalecem nesse desenho participativo, pelo fato complexo da ruptura com os padrões estabelecidos por outras instituições, ou a própria UFPR, na composição desse Conselho Diretivo. Rever velhos hábitos e o que chamei de *modus operandi* é fundamental para a instituição ampliar a qualidade da democracia interna, o que também configura um ponto básico para o adensamento da esfera pública regional que debate em sua agenda a questão da educação superior. A UFPR Litoral tem como missão educacional fazer essa ponte entre as instituições de fomento na área educacional da região do litoral paranaense e o canal discursivo de seu Conselho Diretivo tem potencial para ser usado mais proficuamente nesse sentido.

Outra questão importante e que não posso deixar de salientar nessa finalização do estudo é a transparência no quesito fluxo de comunicação das atas do

Conselho Diretivo. Esse ponto é muito importante no processo de melhoria desse espaço de gestão universitária, a partir do momento em que os indivíduos tiverem acesso a essas informações tão substanciais para a manutenção do caráter deliberativo do espaço a *accountability* do processo poderá ser definitivamente mantida por esses atores. A incorporação dessa variável em estudos de instituições participativas foi proposta por Horochovski e Clemente (2012) e sua incorporação na análise do Conselho em exame é um possível desenvolvimento desta pesquisa. Por experiência própria sei da dificuldade dos conselheiros em adquirir essa documentação junto a Direção do Conselho Diretivo – até o presente, as atas das reuniões não foram publicadas –, quando justamente é ela quem provaria a existência das mediações discursivas nesse espaço de participação política. Neste ano e meio que acompanhei o Conselho Diretivo só tive acesso a uma ata do Conselho, na qual está contida a discussão da não manutenção do curso de Fisioterapia no setor litoral. Isso demonstra que a questão da transparência nesse espaço está muito longe de acontecer a contento dos conselheiros, e da teoria estudada. Se essa dificuldade é encontrada e relatada pelos servidores públicos da instituição ela pode ser vista com mais ênfase ainda entre os discentes, que como já analisado tem maiores dificuldades em adentrar nesse espaço público por falta de informações úteis sobre importância de sua participação na arena. É salutar ao processo que essas informações sejam divulgadas em veículo próprio do Conselho Diretivo para que as pessoas possam consultar todas as pautas e suas devidas deliberações para que a *accountability* política seja contemplada nesse Conselho gestor da política pública na área da educação.

Por último quero ressaltar a importância desse Conselho Diretivo na manutenção da autonomia universitária conquistada constitucionalmente pelas instituições de ensino superior. Nesse espaço estão sendo criadas novas prerrogativas institucionais em relação à gestão pública dos Conselhos Universitários e deve ser mantida a sua análise para o seu futuro aprofundamento. Esse desenho institucional pode ser uma das experiências participativas modelo para outras instituições desse caráter e quem sabe ele ajude na mudança da legislação competente quanto ao assunto da composição dos Conselhos imposta pela LDB.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, L. *A moralidade da democracia: ensaios em teoria habermasiana e teoria democrática*. São Paulo: Perspectivas; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996.

_____. COSTA, S. *Teoria Crítica, Democracia e Esfera Pública: Concepções e Usos na América Latina*. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 47, no 4, 2004, pp. 703 a 728.

BOBBIO, N. *O Futuro da Democracia*. Tradução de: Nogueira, M.A.. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BOSI, J. A. *Democracia Participativa: Uma alternativa para novos desenhos institucionais – A experiência na área orçamentária*. Dissertação do Programa de Estudos Pós Graduação em Administração. PUC/SP, 2007

BRASIL. *Constituição Federal da República do Brasil de 1988*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm > Acesso em: 01-08-2012

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em: < http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf > Acesso em: 01 -07-2012.

CLEMENTE, A. *Democracia deliberativa e esfera pública: a experiência das audiências públicas de Curitiba*. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em Ciência Política-PPGCP), Universidade Federal do Paraná, 2011 (144 p.)

COHEN, J.; ARATO, A. *Civil society and political theory*. Cambridge: The Mit Press, 1992.

COSTA, S. *A Democracia e a dinâmica da esfera pública*. Revista Lua Nova. Nº 36. São Paulo: 1995.

DEL CLARO, P.; OLIVEIRA, T. *Sociedade civil e os espaços institucionais de participação: uma breve reflexão teórica*. Seminário Nacional de Ciência Política: UFRGS, 2011.

DULTRA, D. *Da função da sociedade civil em Hegel y Habermas*. Revista Internacional de Filosofía Iberoamericana y Teoría Social, nº 35, 2006, p. 55-65. Maracaibo-Venezuela: Universidad del Zulia.

FARIA, C. *Democratizando a relação entre poder público municipal e a sociedade civil: o orçamento participativo em Belo Horizonte*. Dissertação de Mestrado. UFMG. Belo Horizonte: 1996.

——— *El Conpecto de Democracia Deliberativa. Un Diálogo entre Habermas, Cohen e Bohnam. Metapolítica*. México, v. 4, n. 14, 58-75, abr./ jun.

——— RIBEIRO, U. C. 2010. Entre o legal e o real: o que dizem as variáveis institucionais sobre os Conselhos de Políticas Públicas. In: AVRITZER, L. *A dinâmica da participação local no Brasil*. São Paulo: Editora Cortez.

FRASER, N. *Recognition without ethics? Theory, culture and society*, London, v. 18, n. 2-3, p. 21-42, jun. 2001.

——— *Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy*. In: FRASER, Nancy. *Justice interruptus: critical reflections on the "postsocialist" condition*. New York, London: Routledge. 1997a. p. 69-98.

GERMANO, J. W. *Estado Militar e educação no Brasil: 1964 a 1985*. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4 ed. 8 reimpr. São Paulo: Atlas, 2006.

——— *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HABERMAS, J. . *Três modelos normativos de democracia*. Lua Nova, Cedec, São Paulo, n.36, p.39-53, 1995.

——— *Direito e Democracia: entre factibilidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 1997 v. 2.

——— *Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2003.

——— *Teoria de la acción comunicativa*. Madri: Taurus, 2010.

HAMERMÜLLER, D. O. *Possibilidade e Limites do Exercício da Autonomia dos Estudantes na UFPR Litoral: Os Projetos de Aprendizagem em Foco*. Dissertação de Mestrado. UFPR: 2011.

HELD, D. *Modelos de Democracia*. Belo Horizonte: Paidéia, 1987.

HOROCHOVSKI, R. *Desatando nós: Associativismo civil, democracia e empoderamento na colônia de pescadores de Matinhos, Paraná*. Tese de Doutorado. UFSC: 2007

—————CLEMENTE, A. 2012. *Democracia Deliberativa e Orçamento Público: Experiências de Participação em Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife e Curitiba*. Revista Sociologia e Política. UFPR: 2012.

—————ARCHANJO, D.R.; JUNCKS, I. J. et al. [Bacharelado em Gestão Pública da UFPR: Uma contribuição ao desenvolvimento sustentável do litoral do Paraná](http://www.fclar.unesp.br/#!/departamentos/administracao-publica/revista-temas-de-administracao-publica/ed-esp-v3n62012/). Temas de Administração Pública. – n. 6. vol. 3: UNESP: 2012 <http://www.fclar.unesp.br/#!/departamentos/administracao-publica/revista-temas-de-administracao-publica/ed-esp-v3n62012/>

LIPINSKI, E. *Civil Society and Democratization*. [The Oxford Handbook of Political Behavior](#). Oxford University Press, 2007, p. 675 – 689.

LUBENOW, J. *A categoria de esfera pública em Jürgen Habermas: para uma reconstrução da autocrítica*. Cadernos de Ética e Filosofia Política 10, 1/2007, p.103-123.

LÜCHMANN, L. *Possibilidades e Limites da Democracia Deliberativa: A Experiência do Orçamento Participativo de Porto Alegre*. Tese de Doutorado. UNICAMP. Campinas: 2002.

———. *Os sentidos e desafios da participação*. Ciências Sociais Unisinos. Janeiro-Abril. Ano/vol. 42, número 001, Universidade do Vale do Rio Sinos: São Leopoldo, 2006, p. 19-26.

———. *A Representação no interior das experiências de participação*. Lua Nova, São Paulo, v. 70, p. 139-170, 2007.

MACPHERSON, C. B. *A democracia liberal: origens e evolução*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MANCEBO, D. *Autonomia Universitária: Reformas, Propostas e Resistência Cultural*. Disponível em: < <http://www.anped11.uerj.br/20/MANCEBO.htm> > Acesso: 13-03-2013.

MATTHAEUS, H. 1995. *Urban Management, Participation and the Poor in Porto Alegre/ Brazil*. Birmingham: Institute of International Development, 1995.

MERTON, R.; KENDALL, P., The Focus Interview. The American Journal of Sociology, Vol. 51, nº 6, p. 545-546.

MICHELS, R. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

MICHELOTTO, R. M.; COELHO, R. H.; ZAINKO, M. A. S. *A política de expansão da educação superior e a proposta de reforma universitária do governo Lula*. Educar, Curitiba, n. 28, p. 179-198. UFPR: 2006.

MIGUEL, L. F. *Teoria Democrática Atual: Esboço de Mapeamento*. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, Associação Nacional de Pós – Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, nº59, 2005. p. 5-42, São Paulo: HUCITEC.

MINAYO, M.C. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2007.

MOSCA, G. A classe política. In: *Teorias Sociológicas: os fundadores e os clássicos*. Vol. I Org. CRUZ, M. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

MOUFFE, C. *Por um modelo Agonístico de Democracia*. Revista de Sociologia Política. Universidade Federal do Paraná, nº 25, 2006, p. 165-175, Curitiba: UFPR.

NOGUEIRA, M.A.; *Sociedade civil, entre o político-estatal e o universo gerencial*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.18 no.52 São Paulo: 2003.

NYLEN, W. The Making of Loyal Opposition: the Worker's Party (PT) and the Consolidation of Democracy in Brazil. In: KINGSTONE, P. & POWER, T. J. (eds.). *Democratic Brazil: Actors, Institutions, and Processes*. Pittsburgh: University of Pittsburgh, 2000.

OLIVEIRA, T. M. A Teoria Democrática, a Sociedade Civil e a Globalização Não Hegemônica: uma obra da teoria liberal e da obra "Democratizar a Democracia". IV Seminário Nacional Sociologia e Política. Anais. Curitiba: UFPR, 2011 http://www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br/anais2011/1_185.pdf

PARETO, V. Os resíduos, as derivações e a forma geral das sociedades In: *Teorias Sociológicas: os fundadores e os clássicos*. Vol. I Org. CRUZ, M. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

PATEMAN, C. *Participação e Teoria Democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

RAICHELIS, R. *Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social: caminhos da construção democrática*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

RAPOSO, G.R. *A educação na Constituição Federal de 1988*. Disponível em: < <http://jus.com.br/revista/texto/6574/a-educacao-na-constituicao-federal-de-1988> > Acesso: 29-05-2012.

REESE-SCHAFER, W. *Compreender Habermas*. Trad. Vilmar Scheneider. Petrópolis: Vozes, 2008.

ROMANELLI, O. O. *História da Educação no Brasil: 1930 a 1973*. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

SANTOS, B. S; AVRITZER, L. *et AL. Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa*. 1º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SERVA, M. *A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa*. Revista de Administração de Empresas. v. 37, n. 02. São Paulo: FGV, abr/jun 1997. p.18-30.

SOUZA, C. 2001. Construção e consolidação de instituições democráticas: papel do orçamento participativo. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 84-97, out.-dez. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n4/10375.pdf>. Acesso em: 29/3/2013.

UFPR-LITORAL, *Trajetória de Implantação da UFPR Litoral*. Curitiba: UFPR, 2008.

YOUNG, I. M. 2001. Comunicação e o Outro: Além da Democracia Deliberativa. In: SOUZA, J. *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

WEBER, M. “Poder e Dominação” e “Os tipos de dominação”. In. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Vol. 1. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

——— Política como Vocação. In. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2008.

——— “Poder e Dominação. Formas e Transição” e “A Instituição Estatal Racional e os Modernos Partidos Políticos” In. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Vol. 2. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

ANEXO 1

Roteiro de Observação

Pontos a serem observados e anotados no diário de campo:

Data da Reunião

Público estimado

Horário de Início e Finalização da reunião

1. Relacionados aos atores:

- a) modo de falar, de agir, de contestar, de deliberar
- b) como se apresenta e se comporta na reunião do Conselho

2. Relacionados à comunicação:

- a) palavras
- b) gestos
- c) depoimentos
- d) observações
- e) deliberação dos assuntos (fluxo do debate)

3. Relacionados aos locais (cenários da pesquisa):

- a) descrição do ambiente e espaços físicos utilizados

4. Descrição das reuniões do Conselho:

- tipo de assunto debatido – pauta ou informes, duração desses tópicos por reunião, comportamento dos atores quanto ao assunto debatido

5. Relacionados ao observador:

- atitudes, ações e conversas com os participantes

6. Anotações

- Descrição dos eventos
- Aspectos a serem esclarecidos – legislação, documentos oficiais do setor, declarações dos atores envolvidos em redes sociais, entre outros.
- Situações que favoreçam o Conselho Diretivo enquanto uma instância deliberativa.

Fonte: SANTOS, M. M. D. Estratégia de Ensino-Aprendizagem na Formação da Enfermeira: a ideologia que permeia o ensino de enfermagem de Saúde Pública da Universidade Severino Sombra / Margarida Maria Donato dos Santos – Rio de Janeiro: UFRJ / EEAN, 2003.

ANEXO 2

Roteiro da Entrevista Semi-Estruturada

- a) Você saberia dizer quando, como e por que surgiu o Conselho Diretivo da UFPR Litoral?;
- b) No seu cotidiano na UFPR Litoral você enxerga algum tipo de demanda da comunidade universitária (professores, técnico-administrativos, discentes, “terceirizados” e comunidade externa) por uma maior participação política no espaço do Conselho Diretivo?;
- c) Como se dão as deliberações/negociações das demandas no espaço do Conselho Diretivo?;
- d) Os debates são esgotados e explorados ao máximo visando alcançar acordos mútuos e/ou soluções?;
- e) No Conselho Diretivo, a comunidade universitária é organizada? Isso é, as demandas são frutos de discussões anteriores que os participantes tiveram em sala de aula – nas Fundamentações Teórico Práticas (FTP), nas Interações Culturais e Humanísticas (ICHs), nas Câmaras dos Cursos, no GTEST, no Movimento Estudantil ou em qualquer outro espaço de participação?⁴⁰
- f) A comunidade universitária tem uma postura contestatória ou cooperativa para com a Direção do Setor, que é quem organiza a dinâmica do Conselho? Por quê?;
- g) Como a Direção do Setor se comunica com a comunidade universitária, ou seja, as falas de seus representantes são/foram facilmente compreendidas?;
- h) Como a comunidade universitária se comunica com a Direção do Setor, ou seja, as falas da comunidade são facilmente compreendidas pela Direção?;
- i) O que você acha do espaço físico da reunião, a disposição do público poderia ser diferente?;
- j) O que você acha do tempo de duração dos encontros e a forma que ele é controlado?⁴¹

⁴⁰ A descrição desses espaços encontra-se ao longo do Capítulo 4, adiante. Para informações mais detalhadas desses espaços, consultar o Projeto Político Pedagógico do Setor em: <http://www.litoral.ufpr.br/sites/default/files/PPP%20-%20UFPR%20-%20LITORAL.pdf>

⁴¹ Essas perguntas tiveram como norte a pesquisa de Clemente (2011, p. 114 -117).

ANEXO 3

Roteiro de análise grau de democracia deliberativa do Conselho Diretivo da UFPR
Litoral

Instituição Participativa: _____

DIMENSÃO DESENHO INSTITUCIONAL

| Variáveis | Ausência (0), Presença Fraca (1), Presença Forte (2) de: | Pontuação | | |
|---|--|-----------|---|---|
| | | 0 | 1 | 2 |
| Arcabouço institucional e funcionamento | Formulação das regras e procedimentos de participação pelos atores | | | |
| Condições de participação | Esferas amplas (para toda a sociedade) de participação | | | |
| Discussão | Espaços e fluxos de debates e negociações de caráter plural | | | |
| Deliberação | Delegação efetiva de poder | | | |
| Subtotal | | | | |

DIMENSÃO CONTEXTO

| Variáveis | Ausência (0), Presença Fraca (1), Presença Forte (2) de: | Pontuação | | |
|----------------------------------|--|-----------|---|---|
| | | 0 | 1 | 2 |
| Associativismo | Níveis de associativismo que sustenta o desenho | | | |
| Conformação dos grupos políticos | Processos <i>bottom-up</i> na implantação do desenho | | | |
| Subtotal | | | | |

| DIMENSÃO POLÍTICA | | | | |
|--|---|------------------|----------|----------|
| Variáveis | Ausência (0), Presença Fraca (1), Presença Forte (2) de: | Pontuação | | |
| | | 0 | 1 | 2 |
| Representação | Públicos múltiplos e variados | | | |
| Participação | Ocupação efetiva do espaço participativo | | | |
| Subtotal | | | | |
| ÍNDICE DE DEMOCRACIA DELIBERATIVA | | | | |

FONTE: HOROCHOVSKI; CLEMENTE, 2012, p. 10.

ANEXO 4

Regimento Interno Setor Litoral



CAPA DO PROCESSO

Número do Processo : 23075.112025/2011-48 Documento Origem : 170/11 - DSL

Data de Abertura : 02/12/2011 Hora : 11:36:13

Procedência : 1.01.01.01.00.00.00.00.00 - Secretaria dos Órgãos Colegiados

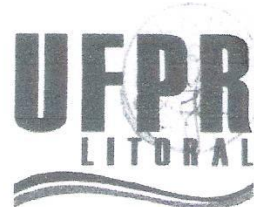
Interessado : 1.01.01.01.00.00.00.00.00 - Secretaria dos Órgãos Colegiados

Tipo de Documento: Processo Administrativo

Assunto : Documentação e Informação.

Resumo Assunto PROPOSTA DE REGIMENTO INTERNO DO SETOR LITORAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.

| DATA | DESTINO | DATA | DESTINO |
|----------|-----------------------|----------|--------------------------|
| 02/12 | SOC | 28/11/12 | SOC |
| 02/12 | CCPNAD | 28/11/12 | PROGEPE |
| 02/12 | Comissão Vereadores | 29/11/12 | PROGEPE/GPR |
| 29/11/12 | CCUN | 30/11/12 | Comissão Luiz Cláudio |
| 02/12/12 | SOC | | CCUN |
| 02/12/12 | Comissão Luiz Cláudio | 13/12/12 | Comissão Danilo Pinheiro |
| | CCUN | | CCUN |
| 20/12 | SOC | | |
| 03/04/12 | Comissão | | |
| | Comissão | | |
| 09/12/12 | SOC | | |



Ofício nº 170/2011-DSL

Curitiba, 1º de dezembro de 2011.

Assunto: **REGIMENTO DO SETOR LITORAL DA UFPR (UFPR Litoral).**

Senhor Presidente do COPLAD

Nos termos acordados e protocolares da UFPR estamos encaminhando a proposta de Regimento do Setor Litoral, a UFPR Litoral.

Trata-se da pretensa ousadia de evolução de uma Instituição que foi criada há um século, denominada Universidade do Mate, com o objetivo de fazer a diferença na construção e consolidação do Estado do Paraná.

Sentimo-nos orgulhosos, depois de seis anos de árduas campanhas na implementação e consolidação dessa fronteira educacional e mais de quatro anos para normatizá-la, de estarmos compartilhando com os conselheiros do COPLAD a regimentação dessa ousadia educacional, da mais antiga Universidade brasileira.

Trata-se de um processo intenso, participativo, educacional e esperançoso, de construção democrática, de uma unidade que foi originalmente concebida como marco educacional da ousadia dos paranaenses de construir a história, comemorando a história, da primeira universidade brasileira: a Universidade Federal do Paraná.

O tempo e o olhar de ousadia, dos atuais dirigentes e conselheiros da UFPR, indicarão a direção e a perspectiva dessa centenária instituição no caminhar de um novo século de sua trajetória.

Atenciosamente,

Valdo José Cavallet

Presidente do Conselho Diretor do Setor Litoral da UFPR.

Ao Senhor

Prof. Dr. Zaki Akel Sobrinho

Presidente do Conselho de Planejamento e Administração – COPLAD

Universidade Federal do Paraná.

TÍTULO I

DA UFPR LITORAL SEUS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS INSTITUCIONAIS

Art. 1. O Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná - UFPR, criado pela Resolução 121/07-COUN, de 05/12/07, denominado UFPR Litoral, abrangerá os processos formativos que se desenvolvem na vida acadêmica, na convivência humana, no trabalho e nas manifestações culturais.

Art.2 Na UFPR Litoral, os princípios políticos e pedagógicos que orientam o ensino com pesquisa e extensão e demais ações educativas serão baseados no seu Projeto Político Pedagógico, com os seguintes objetivos:

- I. consolidar-se como um agente de desenvolvimento sustentável regional;
- II. atuar integradamente com os diferentes agentes sociais, públicos, privados ou não-governamentais;
- III. contribuir para a qualidade de vida da população do litoral do Paraná, com extensão no Vale do Ribeira compatível com a dignidade humana e a justiça social.

Art. 3. A integração do ensino com a pesquisa e extensão será efetivada com base nos Princípios do Projeto Político Pedagógico da UFPR Litoral.

Parágrafo único - Este regimento disciplina a atuação do Setor Litoral, que se desenvolve, por meio da educação formal e não-formal, na oferta de cursos dos diversos níveis de ensino.

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO

CAPÍTULO I

Da Administração

Art. 4. São órgãos da administração da UFPR Litoral:

- I- Conselho Diretor;

II- Direção;

III – Câmaras;

CAPÍTULO II

Do Conselho Diretor

Art. 5. O Conselho Diretor, órgão consultivo e deliberativo da UFPR Litoral, apresenta estrutura paritária, sendo integrado com direito a voz e voto:

I- pelo Diretor, como Presidente;

II- por todos os servidores docentes ativos na UFPR Litoral na proporção de 1/3 do total de membros do Conselho.

III- por todos os servidores técnico-administrativos ativos na UFPR Litoral na proporção de 1/3 do total de membros do Conselho.

IV- pelos representantes do corpo discente em todos os níveis educacionais, na proporção de 1/3 (um terço) do total de membros do Conselho.

§ 1º - O funcionamento do Conselho Diretor será regulamentado em resolução própria, complementar a este regimento.

§ 2º O Conselho Diretor solicitará a categoria dos estudantes da UFPR Litoral a indicação de seus representantes para um mandato anual, permitida uma recondução.

§ 3º A participação da comunidade externa poderá ser normatizada através de resoluções complementares a este regimento.

Art 6 . - São Atribuições do Conselho Diretor :

I. Fazer cumprir os princípios da UFPR Litoral e direcionar todos os processos de gestão a partir de seu Projeto Político Pedagógico;

II. acompanhar, propor e deliberar sobre a reformulação do Projeto Político-Pedagógico da UFPR Litoral e dos seus cursos sempre que se fizer necessário;

III. articular e promover ações e/ou cursos de capacitação e formação permanente do grupo dos servidores em atuação na UFPR Litoral;



IV. coordenar o processo de escolha de Diretor Geral, Diretor Administrativo e Diretor Pedagógico, por meio de consulta à comunidade Setorial, conforme normativa setorial;

V. apreciar, aprovar e reavaliar, sempre que se fizer necessário, a estrutura organizacional da UFPR Litoral;

VI. indicar, através de processo eleitoral quando pertinente, os representantes da UFPR Litoral em todos os espaços de representação, sejam eles internos ou externos à UFPR;

VII. apreciar os processos administrativos da UFPR Litoral de competência desta instância;

VIII. pronunciar-se sobre qualquer assunto que diga respeito à organização universitária e aos interesses da UFPR Litoral;

IX. deliberar e homologar, após a deliberação das câmaras, sobre a política e processos relacionados ao quadro de servidores da UFPR Litoral, incluindo: concursos, testes seletivos, movimentações, licenças, afastamentos, avaliações e demais itens relacionados ao tema;

X- analisar e recomendar ou não, ações político pedagógicas propostas pela comunidade acadêmica da UFPR Litoral, priorizando os processos relacionados a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

XI - discutir e aprovar a proposta orçamentária, elaborada pela Direção, dentro dos prazos adequados;

XII. exercer outras atribuições previstas em Lei, Regulamentos, Regimentos, Resoluções e Pareceres, no âmbito de sua competência;

XIII. Cumprir e fazer cumprir o presente regimento;

Art. 7. O Conselho Diretor da UFPR Litoral deliberará sobre a implantação das resoluções e normatizações internas que serão complementares a este regimento.

Art. 8. O Conselho Diretor da UFPR Litoral poderá criar, a partir de normatizações internas, unidades complementares.

I. As unidades complementares poderão se estruturar na forma de: comissões, grupos de estudo, grupos de trabalho, comitês gestores, fóruns de discussão, entre outros, sempre tratando de temática específica.

II. A criação, extinção, temporalidade e composição das unidades complementares ficam condicionadas a aprovação pelo Conselho Diretor através de portarias específicas.

III. As unidades complementares poderão admitir pessoas externas ao Conselho Diretor, se por este for aprovado.

Art. 9. O Conselho Diretor realizará reuniões:

I- ordinárias;

II- extraordinárias; e

III- solenes.

Parágrafo único - As reuniões ordinárias serão realizadas em datas fixadas em calendário a ser aprovado anualmente na semana de planejamento.

CAPÍTULO III

Da Direção

Art. 10. A Direção, órgão executivo e de supervisão das atividades da UFPR Litoral é exercida pelo Diretor Geral, Diretor Pedagógico e Diretor Administrativo.

§ 1º. – O Diretor Geral, nas suas faltas e impedimentos, será substituído pelo Diretor Administrativo e/ou Diretor Pedagógico e, na ausência de ambos, pelo membro do Conselho Diretor mais antigo na UFPR Litoral.

§ 2º - Em caso de vacância dos cargos, uma nova eleição será realizada para preenchimento dos mesmos.

Art. 11. O Diretor Geral, o Diretor Pedagógico e o Diretor Administrativo serão nomeados pelo Reitor, com mandato de 04 (quatro) anos permitida uma recondução.

Parágrafo único – O Diretor Geral, o Diretor Pedagógico e o Diretor Administrativo, possuindo ou não dedicação exclusiva em seus cargos de origem, exercerão suas funções como diretores em regime de tempo integral.



Art. 12. São atribuições da Direção:

- I. planejar, dirigir, superintender, deliberar e executar os processos e atividades administrativas e pedagógicas da UFPR Litoral, sempre em consonância com seu Projeto Político Pedagógico;
- II. executar as deliberações do Conselho Diretor e prestar contas de suas ações nos períodos previstos para avaliação e planejamento setorial.
- III. convocar e presidir as reuniões do Conselho Setorial, com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- IV. zelar pelos bens de uso comum da UFPR Litoral, ficando os mesmos em suas respectivas cargas patrimoniais;
- V. emitir documentos referentes à cargos e representações com ou sem funções gratificadas.
- VI - aplicar as verbas orçamentárias;
- VII - ordenar despesas;
- VIII - organizar a proposta orçamentária, para os fins do art. 6, XI;
- X - apresentar à Reitoria, no final de cada exercício, relatório e prestação de contas;
- XI - instaurar procedimento e propor aplicação de pena disciplinar;
- IV. exercer outras atribuições previstas em Lei, Regulamento, Regimento, no âmbito de sua competência; e cumprir e fazer cumprir o presente Regimento.

Art. 14. São atribuições do Diretor Administrativo

- I. planejar, dirigir, superintender, deliberar e executar os processos e atividades administrativas da UFPR Litoral, sempre em consonância com seu Projeto Político Pedagógico;

Art. 15. São atribuições do Diretor Pedagógico

- I. planejar, dirigir, superintender, deliberar e executar os processos e atividades pedagógicas da UFPR Litoral, sempre em consonância com seu Projeto Político Pedagógico;

CAPITULO IV

Das Câmaras Pedagógicas

Art. 16. As Câmaras Pedagógicas são órgãos interdisciplinares deliberativos e consultivos dos cursos em consonância com o Projeto Político Pedagógico da UFPR Litoral

Art. 17. As Câmaras Pedagógicas serão compostas:

- I. pelo seu coordenador e vice-coordenador, responsáveis por presidir as reuniões;
- II. por servidores do quadro docente que atendam às demandas do Projeto Político-Pedagógico do(s) curso(s) sob responsabilidade da Câmara;
- II. por servidores do quadro técnico administrativo que atendam às demandas do Projeto Político-Pedagógico do(s) curso(s) sob responsabilidade da Câmara;
- III- por representantes discentes do curso, com no mínimo um por turma.
- IV. por membros da comunidade externa, a ser deliberado e especificado pela própria Câmara, se esta entender necessário.

§ 1º Cada docente deverá atuar por adesão nas câmaras, seguindo os critérios e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Diretor.

§ 2º A escolha dos representantes do corpo técnico-administrativo ficará a cargo da câmara administrativa;

§ 3º A escolha dos representantes discentes ficará a cargo do corpo discente;

Art.18 - A mobilidade de docentes entre as Câmaras deverá ser aprovadas nas mesmas com anuência do Conselho Diretor.

Parágrafo único – O ingresso do(s) docente(s) na nova Câmara dar-se-á a partir da Semana de Planejamento, salvo nos casos de recém-concursados e transferidos, que ficará a critério do Conselho Diretor.

Art. 19. É responsabilidade das Câmaras Pedagógicas:

- I. planejar, avaliar, alterar e acompanhar a execução dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, buscando a integração dos espaços curriculares;
- II. regulamentar, normatizar e deliberar sobre as atividades dos Cursos de acordo com as normativas superiores do Conselho Diretor e da UFPR;
- III. aprovar os programas de aprendizagem e a distribuição de encargos didáticos, bem como distribuir entre os docentes e técnicos administrativos os encargos de ensino, pesquisa e extensão;
- IV. propor, aprovar, avaliar e recomendar ações pedagógicas propostas para o curso(s), priorizando os processos relacionados a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
- V. coordenar, e articular ações pedagógicas relacionadas aos três eixos curriculares do PPP – Fundamentos Teórico Práticos (FTP), Interações Culturais e Humanísticas (ICH) e Projetos de Aprendizagem (PA).
- VI. exercer outras atribuições previstas em Lei, Regulamento, Regimento, no âmbito de suas atribuições.

Art. 20. As Câmaras Pedagógicas reunir-se-ão ordinariamente ao menos duas vezes por mês, de acordo com calendário aprovado semestralmente e as extraordinárias por convocação da coordenação ou de 1/3 (um terço) de seus membros.

CAPÍTULO V

Da Coordenação das Câmaras Pedagógicas

... eleição de curso!!!

Art. 21. Caberá a Câmara a definição sobre os servidores elegíveis à Coordenação e Vice-Coordenação, podendo estes ser servidores docentes ou técnicos administrativos.

§ 1º O Coordenador e vice-coordenador serão eleitos pelos membros da câmara e corpo discente, para um período de 01 (um) ano, permitida uma recondução.

§ 2º Os coordenadores, nas suas faltas e impedimentos, serão substituídos pelo vice-coordenador e, na ausência deste, pelo servidor componente da Câmara mais antigo e ativo na UFPR Litoral.

§ 3º Os coordenadores e vice-coordenadores poderão ter a sua carga horária de atividades diminuída em virtude das atividades relativas às câmaras.



Art. 22. Compete ao coordenador e ao vice-coordenador de Câmara:

- I. administrar e superintender as atividades da câmara;
- II. convocar e presidir as reuniões de plenário e câmara, com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- III. zelar pela indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão;
- IV. Exercer outras atribuições previstas em Lei, Regulamento ou Regimento.

CAPÍTULO VI

Da Câmara Administrativa

Art. 23. A Câmara Administrativa é um órgão deliberativo e consultivo, diretamente subordinada ao Conselho Diretor e suas normatizações.

Art. 24. A Câmara Administrativa será composta:

- I. pela coordenação composta por três membros, responsáveis por presidir as reuniões, com direito a voz e voto;
- II. por todos os servidores técnico-administrativos atuando na UFPR Litoral, com direito a voz e voto;
- III. pelos docentes que estejam exercendo na UFPR Litoral, com direito a voz e voto: cargos de direção; cargos de coordenação de Câmara Pedagógica; cargos de coordenação de unidade administrativa;
- IV. Representantes discentes, com direito a voz e voto, até o limite de três estudantes;
- V. por qualquer interessado, com direito a voz.

§ 1º- A Câmara solicitará a categoria dos estudantes da UFPR Litoral a indicação de seus representantes titulares e suplentes, cujo mandato será anual, permitida uma recondução.

§ 2º A presença de cada servidor técnico-administrativo é garantida em todas as reuniões de Câmara Administrativa.

§ 3º É dever de cada unidade administrativa estar representada em todas as reuniões de Câmara Administrativa.

Art. 25. É responsabilidade da Câmara Administrativa:

I. normatizar, regulamentar e deliberar sobre as atividades administrativas de acordo com as normativas superiores do Conselho Setorial, sempre em consonância com os princípios expostos no Projeto Político Pedagógico da UFPR Litoral;

II. planejar, avaliar, alterar e acompanhar a execução das tarefas da área administrativa, sempre em consonância com o Projeto Político Pedagógico da UFPR Litoral;

III. discutir, propor e deliberar sobre a alocação e realocação interna e externa de servidores técnico-administrativos na UFPR Litoral;

IV. exercer outras atribuições previstas em Lei, Regulamento ou Regimento, no âmbito de sua competência.

Art. 26. A Câmara Administrativa reunir-se-á ordinariamente ao menos duas vezes por mês, de acordo com calendário aprovado semestralmente e as extraordinárias por convocação da coordenação ou de 1/3 (um terço) de seus membros.

CAPITULO VI

Da Coordenação da Câmara Administrativa

Art. 27. A coordenação será composta por três servidores de carreira da UFPR, eleitos pelos membros da câmara para um período de 01 (um) ano, podendo ser reconduzido uma vez.

§ 1º Os coordenadores poderão ter a sua carga horária de atividades diminuída em virtude das atividades relativas à câmara.

Art. 28. Compete a coordenadoria de Câmara:

I. administrar e superintender as atividades da câmara;

II. convocar e presidir as reuniões de plenário e câmara;



III. Exercer outras atribuições previstas em Lei, Regulamento ou Regimento.

TÍTULO IV

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 29. A Estrutura organizacional (organograma) da UFPR Litoral, será estabelecida através de normatização do Conselho Diretor.

I. as unidades e estruturas serão implementadas e terão suas composições e atribuições definidas por meio do Conselho Diretor;

II. para a atribuição de uma função de confiança gratificada é necessário ao servidor público estar lotado e (ou) atuando no setor;

III. a sugestão de atribuição de função de confiança gratificada caberá às câmaras administrativa e pedagógica, seguindo critérios de portaria emitida pela direção e referendada pelo conselho diretor.

Art. 30. Poderão fazer parte da estrutura organizacional as unidades complementares implementadas pelo Conselho Diretor, conforme artigo 8º. deste regimento.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31. Ressalvada a hipótese de exigência legal, o presente Regimento só poderá ser modificado por iniciativa da Direção da UFPR Litoral ou por no mínimo de 1/3 (um terço), dos membros do Conselho Diretor.

Parágrafo único – A modificação exigirá o voto de 2/3 dos membros do Conselho Diretor, em reunião especialmente convocada, cabendo a homologação ao Conselho de Planejamento e Administração da UFPR.

Art. 32. A interpretação do presente Regimento será feita pelo Conselho Diretor nas matérias de sua competência e os casos omissos serão resolvidos pelo mesmo.

Parágrafo único – Das deliberações do Conselho Diretor e Câmaras, fica assegurado o direito de reconsideração ao mesmo e recurso à instância deliberativa superior da UFPR, conforme a natureza da matéria, observado o prazo de 10 (dez) dias da divulgação em edital da decisão.

Art. 33. O presente Regimento entrará em vigor após a sua aprovação pelo Conselho de Planejamento e Administração da UFPR, revogando-se as disposições em contrário.

ANEXO 5

Organograma UFPR Litoral

